

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARINEIDE DA SILVA RIBEIRO

“A GENTE VEIO DO INTERIOR SEM SABER MUITA COISA DA CAPITAL”:
Vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014)

MESTRADO EM HISTÓRIA

Manaus

2015

MARINEIDE DA SILVA RIBEIRO

**“A GENTE VEIO DO INTERIOR SEM SABER MUITA COISA DA CAPITAL”:
Vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Professora Doutora Patrícia Rodrigues da Silva.

Manaus

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Patrícia Rodrigues da Silva
(Presidente-UFAM)

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
(Membro-UFAM)

Prof. Dr. Davi Avelino Leal
(Membro-IFAM)

Em memória de Luiz Souza da Silva (1905-1995) e Cecília de Souza Ribeiro (1916-1979), meus avós maternos, que migraram para Manaus na década de 1970.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de presentear a todas as pessoas que me auxiliaram no decorrer desta pesquisa, mas, como não posso, quero registrar, aqui, os meus sinceros e mais nobres agradecimentos por toda a ajuda recebida, a qual foi muitíssimo importante nesta trajetória, que, com certeza, marcou a história da minha vida.

Em primeiro lugar, quero deixar aqui sinalizada a minha gratidão a Deus, que permitiu que eu chegasse ao final deste trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nas pessoas dos professores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Patrícia Rodrigues da Silva e Maria Luiza Ugarte Pinheiro, os quais acreditaram na minha proposta de trabalho e dispensaram toda a sua atenção a mim sempre que precisei.

Em especial, à minha orientadora, professora Patrícia Rodrigues da Silva, que, com tranquilidade e serenidade, dedicou sua atenção a esta dissertação. Sempre respeitando minhas escolhas, os seus conselhos e o seu olhar foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Além de professora, ela é uma pessoa muito agradável e se revelou uma verdadeira amiga naqueles momentos em que perdemos o rumo da pesquisa, o que faz toda a diferença. Muitíssimo obrigada!

À professora e amiga Elisângela Maciel, que não só acreditou e me incentivou na realização deste trabalho, como também permitiu a divulgação da pesquisa, me convidando para participar de coquetel, oficina e mesa-redonda.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela ajuda de custo recebida durante o período da pesquisa, bem como por arcar com parte dos custos das viagens das quais participei para a Universidade Federal de Roraima e para a Universidade Estadual da Bahia.

Aos técnicos da Secretaria e à Coordenação do PPGH, nas pessoas de Jefson e Jailson, por terem sempre me atendido da melhor forma e por facilitarem o trâmite burocrático que é peculiar das repartições.

Ao meu esposo, Pedro Alberto da Cunha, que foi o meu grande incentivador, pois, quando eu não acreditava mais que poderia fazer um Mestrado, ele insistiu para que eu pudesse realizar o processo seletivo, bem como sempre entendeu os meus trabalhos e me acompanhou em várias pesquisas de campo.

Aos meus pais, Marcio Galucio Ribeiro e Cecília da Silva Ribeiro, pela pessoa que sou e por todo o amor e dedicação dispensados a mim. Além disso, agradeço por me indicarem parte das fontes do meu trabalho, e até mesmo por terem feito vários contatos com seus conterrâneos, levando-me a conhecer parte de sua história e da minha também. Valeu a pena!

À banca examinadora da minha qualificação, da qual participaram os professores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e Marcelo Seráfico, cujas recomendações foram responsáveis por estruturar esta dissertação. Naquele momento, recebi muitas sugestões para melhor qualificar o andamento da pesquisa, as quais me deixaram surpresa e muito feliz pelas novidades que esse novo olhar me apresentava. Sou muito grata pelas suas contribuições!

À Rosana Canto, que me ajudou com muita satisfação, mesmo com todos os seus compromissos. Quando apresentei a minha proposta de trabalho, ela prontamente percebeu a importância de falar dessa temática, me apresentou a algumas fontes e sonhou junto comigo.

Ao senhor Adjalma Nogueira Jaques, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que me atendeu muito bem e me deu muitas orientações, fornecendo dados importantíssimos para a base da pretensão deste trabalho. Sem me conhecer, dedicou-me atenção exclusiva e me ensinou algo interessante: “Não digas ao teu próximo: Vai, e volta, amanhã to darei; tendo-o contigo” (Provérbios 3:28).

Aos funcionários da Biblioteca Pública, que, mesmo diante do seu fechamento por tantas vezes, sempre me atenderam com paciência e dedicação na Seção de Periódicos.

À minha amiga Raimunda Caetano Pereira, que, muitas vezes, me ajudou a refletir sobre as questões históricas, dividindo o seu tempo para me auxiliar nesse tipo de exercício. Sua atenção foi maravilhosa!

Ao meu irmão, Miguel da Silva Ribeiro, que me auxiliou com as transcrições de algumas entrevistas, dispondo do seu tempo para colaborar com a confecção deste trabalho.

Aos meus amigos e ex-companheiros de trabalho, Erivonaldo Nunes e Erismar Nunes, os quais têm o meu respeito e a minha admiração, por sempre acreditarem em mim e por muitas vezes terem abdicado dos seus compromissos para me ajudarem em algumas questões históricas.

RESUMO

Este estudo faz uma reflexão sobre os sentidos históricos e sociais das vivências e experiências de migrantes paraenses que vieram para Manaus entre 1970 e 2014. A partir da constituição da Zona Franca de Manaus, imbuídos pelas propagandas de desenvolvimento para a Região Norte do país, eles têm vindo para a cidade na esperança de vida melhor, haja vista que o interior é carente de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico. Assim, a cidade de Manaus recebeu um contingente populacional significativo, conquanto expandiu-se ao ponto de ocorrerem muitas ocupações e, com isso, a criação de novos bairros. Diante desse cenário, são abordados, nesta pesquisa, três temas relevantes sobre essa população: o preconceito que esses sujeitos têm enfrentado devido à disputa pelo mercado de trabalho; os motivos pelos quais eles deixaram o campo; e as estratégias individuais e coletivas que foram adotadas para conquistar um novo espaço e vencer os desafios encontrados na cidade. Para tanto, foi salutar um diálogo com fontes documentais, bibliográficas, jornalísticas e, impreterivelmente, com as análises de fontes orais, a fim de atingir um resultado próximo da realidade desses sujeitos na cidade.

Palavras-chave: Migração. Paraense. Trabalho. Cidade.

ABSTRACT

This study reflects on the historical and social meanings of practices and experiences of Pará's migrants who came to Manaus from 1970 to 2014. From the establishment of the Manaus Free Zone, imbued by developing advertisements for the northern region, they come in the hope of better life, given that the interior is in need of public policies aimed at economic development. Thus, the city of Manaus received a significant number of inhabitants, while expanded to the point of occurrence of many occupations and with it the creation of new districts. We tried to approach this research three relevant themes on this population: the prejudice that these subjects has faced due to contention for the labor market; the reasons why they left the field; and the individual and collective strategies that were adopted to conquer a new space and meet the challenges found in the city. Thus, it was salutary one dialogue with documentary sources, bibliographies, newspaper and in any case with the analysis of oral sources for the result close to what was the reality of these subjects in the city.

Keywords: Migration. Paraense. Labor. City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)...	65
Figura 2	Barco Cidade de Óbidos vindo para Manaus	68
Figura 3	Casamento de migrantes com efeito civil em Manaus	81
Figura 4	Palafitas construídas às margens dos igarapés em Manaus	95
Figura 5	Casas que desabaram no período de chuvas em Manaus	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de crescimento populacional médio anual no Brasil, no Amazonas e em Manaus – 1940/2000.....	62
Gráfico 2	Migrantes com menos de cinco anos de residência, segundo local de residência anterior a Manaus – 2000	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Polos de desenvolvimentos.....	63
Mapa 2	Rodovia Transamazônica.....	66
Mapa 3	Cidade de Manaus.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	População total e não natural do município de Manaus por tempo de moradia – 1970/2000	27
Quadro 2	Origem de migrantes para o Amazonas.....	28
Quadro 3	Oferta de empregos no Polo Industrial de Manaus.....	31
Quadro 4	Força de trabalho no Distrito Industrial de Manaus	35
Quadro 5	Variação de emprego, faturamento, receita e produção no Polo Industrial de Manaus – 1990/2000.....	35
Quadro 6	Estratégias de desenvolvimento para a Amazônia.....	69
Quadro 7	Crescimento demográfico em Manaus	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA	Associação Comercial do Amazonas
AM	Amazonas
BIC	<i>Business Internacional Corporation</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
CIEAM	Centro da Indústria do Estado do Amazonas
COMECON	<i>Council for Mutual Economic Assistance</i> (Conselho para Assistência Econômica Mútua)
CPRM	Companhia de Recursos Minerais
DEMA	Delegacia Especializada em Crimes do Meio Ambiente
DIM	Distrito Industrial de Manaus
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUCAPI	Fundação de Pesquisa de Análise de Produção Industrial
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GERA	Grupo Executivo de Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPi	Imposto de Produtos Industrializados
MCE	Mercado Comum Europeu
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Pará
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Polo Industrial de Manaus
PIN	Plano de Integração Nacional
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

RI	Região de Integração
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUHAB	Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
Quadro teórico.....	21
1 O PRECONCEITO E A RESISTÊNCIA DE PARAENSES EM MANAUS	26
1.1 O estigma de “ladrão”: a disputa pelo mercado de trabalho.....	27
1.2 Por trás das “brincadeiras” se esconde o medo de perder o emprego?	30
1.3 Os conflitos entre paraenses e amazonenses no local de trabalho	38
1.4 As festas paraenses como um rico campo de possibilidade historiográfica	48
1.5 A culinária paraense como forma de sociabilidade	55
2 A CIDADE ATRAENTE	60
2.1 Os migrantes na cidade.....	60
2.2 Os planos governamentais	66
2.3 O cotidiano no interior paraense	72
2.4 Por que Manaus e não Belém?	79
2.5 Encantos e desencantos da cidade	84
3 A CIDADE REAL	91
3.1 A cidade sem “máscara”	91
3.2 (Re)significando o novo espaço	98
3.3 O tatear do cotidiano	101
3.4 A construção de novos bairros	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
FONTES	120
Acervos	120
Sites	120
Jornais e revistas	122
Fontes orais	123
REFERÊNCIAS	125
ANEXO - Apresentação dos entrevistados.....	132

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo descortinar realidades da migração paraense de interioranos para a cidade de Manaus, no Amazonas (AM), entre 1970 e 2014, pouco estudadas pela historiografia amazonense.

O tema é um desdobramento do trabalho de pesquisa realizado ainda na Graduação em História, quando tive os primeiros contatos com a pesquisa científica e me deparei com o espantoso crescimento da população manauara, no bojo da expansão econômica das décadas de 1970 e 1980.

À medida que pesquisávamos sobre as transformações urbanas, em busca de respostas para esse exagerado crescimento, encontrávamos novos caminhos a desbravar, pois esse desenvolvimento tomou grandes proporções, as quais ficaram visíveis nas esferas política¹, social² e econômica³, apresentando-se, em geral, com um discurso positivo. Entretanto, não nos conformamos com a imagem de expansão “saúdável” e estável encontrada em alguns estudos⁴, ou como veiculado em diversos momentos em periódicos. Assim, nos deparamos com outras fontes⁵ que davam pistas de que o pomposo crescimento econômico da Região Norte do país trazia consigo outras facetas, e pudemos observar, naquele momento, que alguns jornais deixavam transparecer uma cidade que se transfigurava em mazelas sociais, concluindo, então, um trabalho de monografia, em julho de 2007, com esses evidenciamentos.

Para esta dissertação, nos propomos a realizar uma reflexão acerca dos processos migratórios para a capital amazonense a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, enfatizando, fundamentalmente, as vivências e experiências de migrantes advindos do interior do estado do Pará.

¹ Planos desenvolvimentistas elaborados pelo regime militar. Cf. FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *A dinâmica da economia amazonense do período de 1950-1990*. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 79.

² As metas traçadas pelo governo federal trouxeram um esquema de colonização para uma maior porção do espaço nacional, e, assim, eram oferecidos Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, e “melhor qualidade de vida” aos migrantes. Vide OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Humberto. *A Igreja arma a sua tenda na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000, p. 187; e BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990, p. 31.

³ Oportunidades de emprego e renda, causadoras de um novo surto migratório. Cf. ROCHA, Eliane. *A explosão demográfica na cidade de Manaus*. 1994. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Amazonas, Manaus, 1994, p. 21.

⁴ Exemplo desse discurso que trata a instalação da Zona Franca de Manaus como um elemento de extrema positividade para a região pode ser encontrado em: GARCIA, Etelvina. *Zona Franca de Manaus: história, conquistas e desafios de Manaus*. Manaus: Norma/Suframa, 2004.

⁵ Exemplos significativos dessas fontes são: o Jornal do Comércio, em suas edições comemorativas em homenagem aos 336 e aos 337 anos da cidade de Manaus; e a entrevista realizada para este trabalho com a senhora Maria Inês Ribeiro da Silva, uma migrante paraense e trabalhadora da Semp Toshiba, de 1975 a 1997.

A escolha recaiu sobre os migrantes paraenses por dois motivos, a saber. Em primeiro lugar, pois, em nossas pesquisas prévias, constatamos que, dos migrantes que vieram para Manaus no período em questão, os paraenses constituem, de longe, o maior contingente.

É possível observar, em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, apesar da importância nordestina para o estado, é a migração intrarregional que apresenta o maior percentual, ou seja, 51,6%, da migração interestadual amazonense. Dentro desse montante, o Pará representou cerca de 60% do contingente. Também é necessário notar que eram consideráveis aqueles que vinham do Sudeste (15,2%), ou seja, em torno de 10 mil pessoas que procediam dos estados de São Paulo, em primeiro lugar, e do Rio de Janeiro, ocupando o segundo lugar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). A maioria desses sujeitos vinha para compor a liderança das fábricas do Distrito Industrial de Manaus (DIM), como relata a ex-industriária Maria Inês Ribeiro da Silva, que trabalhou na Semp Toshiba: *“Eu comecei trabalhando na casa dos paulista como cozinheira, e só depois que eles me levaram para trabalhar na Semp”*⁶.

O segundo motivo é o fato de eu ser descendente de paraenses interioranos que migraram para Manaus nesse contexto, vivenciando cotidianamente as lutas e os embates desses trabalhadores em busca de sua sobrevivência.

Dessa forma, mais do que conhecer os fatos, o que muito me instigou foi compreender os sentidos atribuídos por esses sujeitos às suas trajetórias de vida, suas experiências vivenciadas, suas culturas – entendidas aqui como todo um modo de vida – e a resistência para permanecer na cidade.

Entender a conjuntura vivenciada por Manaus entre os anos 1970 e 2014 torna-se de fundamental relevância, pois foi dentro dela que se criaram as condições que possibilitaram esse *boom* migracional da cidade.

Nesse sentido, importa atentarmos para o fato de que foi a instalação/regulamentação da Zona Franca de Manaus, em 1967, que acabou por gerar a “necessidade” de força de trabalho, ao mesmo tempo em que criou expectativas nas populações interioranas do estado do Amazonas e também dos demais estados brasileiros.

⁶ Maria Inês Ribeiro da Silva, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 16 de outubro 2014, na cidade de Manaus.

Autores como Renan Freitas Pinto (1987) nos ajudaram a refletir sobre esse momento, em uma conjuntura mais ampla. Segundo ele, as zonas francas foram instaladas a partir de um ajuste da economia capitalista no pós-Guerra⁷ em nível mundial. Para tanto, ocorreu uma necessidade do próprio sistema capitalista de buscar novas maneiras de maximizar as vantagens da unidade de produtividade em particular, assim como do conjunto de produção em geral, e, a partir daí, começou a se desenvolver uma nova divisão do trabalho. Foi a partir dessa estratégia global que a Zona Franca se estabeleceu em Manaus nos anos finais da década de 1960 e se intensificou na década de 1970 (PINTO, 1987, p. 20). Assim, a distribuição das zonas francas e/ou a “diáspora industrial” descentralizou, em termos espaciais, a produção capitalista.

O Brasil, por sua vez, já tinha passado por uma sucessão de mudanças decorrentes da internacionalização de sua economia, dando enfoque para a sua produção industrial (PINTO, 1987, p. 20).

Era expressivo o número de empresas internacionais que já atuavam em território brasileiro, e, em algumas situações, as filiais dessas companhias foram implantadas em Manaus, oportunizando-se dos incentivos fiscais (PINTO, 1987, p. 22). A concepção e a progressão dos projetos das zonas francas instaladas nos países emergentes significam, sobretudo, instalá-las naquelas nações que foram colonizadas e que demonstram algum nível de controle estatal (PINTO, 1987, p. 24).

A Região Norte tinha sido escolhida devido ao fato de a força de trabalho local ser farta e barata (PINTO, 1987, p. 23), mas o discurso oficial era de experimentar um novo modelo econômico. Assim, após vários estudos sobre zonas francas implantadas em outros lugares do mundo, a experiência foi aplicada na cidade de Manaus para gerar renda e emprego. Desse modo, foram adotadas medidas políticas planejadas pelo governo militar para a integração nacional do país, incluindo a Região Amazônica (PINTO, 1987, p. 6).

⁷ O pós-Segunda Guerra apresenta-se como um marco na organização do espaço mundial. Isso se deu a partir de vários fatores, tais como: a consolidação da hegemonia norte-americana no contexto da economia mundial; o surgimento de uma série de organismos e acordos de cooperação internacional, tanto entre países capitalistas quanto socialistas – acordos econômicos, como o Mercado Comum Europeu (MCE) e o *Council for Mutual Economic Assistance* (COMECON), em português Conselho para Assistência Econômica Mútua, e acordos militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia, entre outros; e o renascimento de duas potências industriais abatidas pela Guerra, Japão e Alemanha, que figuram, atualmente, em termos de importância econômica, ao lado dos Estados Unidos da América (EUA), o responsável financeiro pela reconstrução dos mesmos. A reorganização do espaço produtivo mundial é consequência da busca de áreas mais lucrativas para investimentos. Cf. FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. A Nova divisão internacional do trabalho e o surgimento das NIC's (Newly Industrializing Countries). *Geografia*, Londrina, v. 6, p. 102-107, 1990. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9901>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

Entrada em plena carga de programa de Implantação Nacional, que na sua primeira fase, já deflagrou a construção das rodovias, Transamazônica, Cuiabá, Santarém. Iniciar-se-ão, este ano, os programas de colonização e os demais programas de apoio ao desenvolvimento da região. A estratégia para a Amazônia, que inclui especificamente os mecanismos de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, objetivará “integrar para desenvolver”⁸.

Nadine Habert (1994, *passim*) nos ajudou a entender o contexto nacional. A autora diz que, como parte do chamado “Milagre Econômico”⁹, foram elaborados projetos do governo federal para desenvolver a Região Norte, especificamente Manaus. Isso significava que a industrialização se abrigaria nessa cidade com garantia de incentivos fiscais para a instalação das empresas nacionais e multinacionais, em especial as que fabricavam eletroeletrônicos.

A estadia e a permanência dessas empresas na cidade provocaram uma forte atração populacional. Nesse contexto, aumentaram em grandes proporções as ofertas de novos empregos. Assim sendo, a cidade vivenciou, naquele início da década de 1970, uma transformação brusca na dinâmica de seu cotidiano, não vista desde a desvalorização da borracha amazônica no mercado internacional, no início do século XX.

José Aldemir de Oliveira (2010, p. 69-70) reforça a nossa perspectiva sobre o fato de essas pessoas virem para Manaus atraídas pelos rumores que pairavam no estado vizinho. As notícias que corriam davam conta de que, no Amazonas, se viviam “os anos dourados” com a Zona Franca, e o Distrito Industrial era o carro-chefe dessa nova realidade na sociedade manauara.

A cidade era o elo entre os migrantes e a falta de força de trabalho no chão das fábricas e/ou nas linhas de montagens, se levarmos em consideração que a maioria desses novos trabalhadores era semiqualficada ou tinha apenas conhecimento técnico, e só no decênio de 1970 foram oferecidas cerca de 40.000 novas vagas de empregos no setor industrial.

No estado do Amazonas, a maior atração de migrantes foi, sem dúvida, o grande painel de ofertas de 40.000 empregos, gerados pelo Distrito Industrial. É de registrar-se o fato de que parte desse fluxo foi constituído de mão-de-obra, semi-qualificada ou técnica, dado o caráter desse empreendimento, e que a maioria dos trabalhadores, de pequena qualificação, na sua maioria foi recrutada em Manaus (BENCHIMOL, 1981, p. 26).

⁸ Cf. Revista da Associação Comercial do Amazonas, n. 2, 1971, sem paginação.

⁹ Na entrada dos anos de 1970, tanto a imprensa nacional quanto a internacional gostavam de utilizar a expressão “Milagre econômico” para se referirem ao rápido crescimento brasileiro daquele período. Falava-se em um *boom*, em “modelo brasileiro”, em “gigante da América Latina”. “As empresas multinacionais consideravam o Brasil área segura e rentável para seus investimentos. Relatórios como os da BIC (*Business Internacional Corporation*) descreviam o Brasil como um país com ‘base industrial sólida e variada’ [...] Os índices anuais do PIB (Produto Interno Bruto) pareciam ir ao encontro dessa avaliação: 11,3% de crescimento [...] e o recorde de 11,4%, em 1973 liderava este crescimento a produção industrial e tendo à frente a indústria de bens de consumo duráveis.” (HABERT, 1994, p. 11-12).

Os migrantes que chegavam a Manaus ansiavam por trabalho e renda, desejando participar do direito à cidade. Entretanto, desde a década de 1990, vem sendo disseminado um preconceito sobre os migrantes paraenses na cidade. Segundos os relatos de nossos depoentes, é comum esse tipo de posicionamento por parte de muitos amazonenses, e até mesmo de outros migrantes contra essa população. Nossas fontes nos apontam que as consequências desse tipo de posicionamento vêm do processo capitalista, que, com a crise sentida na mesma década, acirrou a disputa no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Márcia Perales Silva (2010, p. 63) nos auxiliou a entender a conjuntura econômica sobre a dinâmica do capital, considerando ser muito provável a sua relação com o preconceito estabelecido em Manaus:

À medida que o processo de transformações produtivas, levado a cabo pelas novas organizações do trabalho, foi implementado, as empresas demitiram operários e funcionários, cortando pessoal da produção e da cadeia hierarquia, gerenciamento da força de trabalho e da produção e da cadeia hierarquia, e investiram mais em educação. Dessas transformações, surgiram o denominado gerenciamento participativo, os “times de produção” e as “células de trabalho”, que envolviam o operário e fortaleciam a “produção enxuta”.

Assim, com esse processo de transformações produtivas, as disputas no mercado de trabalho local foram se acirrando a cada ano. Vale notar que a disputa por vagas de emprego tem um aspecto ligado diretamente com a questão da sobrevivência na cidade, tanto de amazonenses como de paraenses.

Diante desse cenário acima relatado, com o intuito de alcançar o objetivo desta dissertação, as fontes utilizadas foram periódicos como o “Jornal do Comércio” e o jornal “A Crítica”, bem como jornais eletrônicos, como o jornal “Em Tempo” e o jornal “Diário do Pará”, nos quais pudemos identificar discursos que nos permitiram perceber o preconceito sobre os paraenses, a propaganda do governo federal sobre Manaus, a formação dos bairros e a urbanização da cidade, e, em contrapartida, detectar as problemáticas existentes nessa expansão. Nossa pretensão foi analisar, nas entrelinhas dos discursos desses periódicos, as contradições no discurso do “progresso”, que, entre uma página e outra, puderam revelar o que pretendemos: analisar as experiências dessas pessoas comuns.

É importante recorrermos à imprensa como fonte histórica, porque ela se apresenta como um “manancial dos mais férteis” para a reconstrução e a elucidação do passado. Por meio dela, tornou-se possível recobrar dimensões de cunho social essenciais, notadamente, as lutas. Assim, ela pode facilitar a visibilidade dos grupos sociais no que concerne ao modo de vida, às manifestações em âmbitos culturais e políticos, entre outros aspectos (TELES, 2011, *passim*).

Cumprer destacar que a diversidade de instrumentos que são peculiares à imprensa – jornais, almanaques, revistas e panfletos – não constitui a sua existência à mercê dos historiadores e dos cientistas sociais que os manuseiam em suas pesquisas. Converter um jornal ou uma revista em fontes histórica é uma intervenção opcional e seletiva realizada pelo historiador, que, supostamente, dá o trato nos âmbitos teórico e metodológico. É questão de alcançar a imprensa de uma linguagem que constitui o social para além disso, uma linguagem que retém uma historicidade e uma peculiaridade legítima, e que pede, a rigor, ser trabalhada e entendida como lhe convém, desnudando, a cada instante, como se relacionam imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que essa relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

Trabalhamos também com a História Oral – “ela é um método de pesquisa, a História Oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (ALBERTI, 2005, p. 29). Sua aplicabilidade só é plausível se estiver no contexto investigativo amparado pelo viés científico, o que nos leva a entender a sua ligação com esta pesquisa. Contudo, é necessário termos questões à vista, indagações a fazermos que sejam justificáveis, para, assim, iniciarmos uma investigação, conquanto lançamos mão da História Oral no momento em que sabemos como abordar o objeto em evidência, e como será trabalhado (ALBERTI, 2005, p. 29). Diante do exposto, a História Oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias (PORTELLI, 1996, *passim*).

Dessa forma, fizemos entrevistas com migrantes/trabalhadores que vieram para a Manaus e buscamos resgatar a história de vida desses personagens que têm contribuído com a transformação da cidade. A princípio, fizemos uma seleção de entrevistados, adotando alguns critérios para servir de aporte e consistência na pesquisa. Assim, basicamente, o entrevistado precisou ter vivenciado o período em abordagem e ser migrante advindo do estado do Pará.

Empregando essa seleção, entrevistamos as seguintes pessoas: Alfredo Viana Gomes, administrador; Alta Ribeiro da Silva, atualmente trabalha no comércio informal como consultora de produtos de beleza; Amauri Gato Farias, profissionalizou-se como eletricista, atualmente trabalha em um estaleiro; Antônio Marcus Saraiva Pinheiro, técnico em refrigeração; Atilio de Souza Assunção, técnico naval, atualmente é aposentado; Autinha Domingas de Assunção Santos, trabalhou no Distrito Industrial de Manaus, atualmente é cabeleireira; Cecília da Silva Ribeiro, atualmente é costureira; Cláudio Roberto Lisboa do Rego, industriário; Edilene Coelho Duarte Varela, foi assistente social e atualmente é enfermeira e estudante de Direito; Eduardo Carlos Freire de Oliveira, atualmente é

mototaxista; Jane Galúcio Cerdeira, atualmente é professora de Arte da Rede Municipal de Ensino de Manaus; José Antônio de Aquino Santos, atualmente é professor de Geografia na Rede Estadual de Ensino; José Roberto Lima Saraiva, atualmente é empresário do ramo de material de embalagens, estudante de Direito e Ministro de Culto da Igreja Assembleia de Deus; Marcio Galucio Ribeiro, atualmente é aposentado; Maria Eduarda dos Santos, atualmente é assistente social; Maria Inês Ribeiro da Silva, atualmente é aposentada; Marta Freire de Oliveira Freitas, atualmente é professora da Rede Municipal de Ensino de Manaus; Paulo Auzier Marialva, soldador; Pedro Afonso Leal de Farias, atualmente é Ministro de Culto da Igreja Adventista da Promessa e estudante de Jornalismo; Raimundo Francisco Ribeiro, atualmente é pedreiro; e Reginaldo dos Santos Castro, ex-industriário, atualmente é instrutor de autoescola.

As fontes oficiais também são necessárias. Por isso, utilizamos documentos que estão nos acervos da Biblioteca dos Povos da Amazônia, na qual é possível encontrar vários sentidos do período em abordagem, como os da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), que revela as migrações e os aspectos geográficos e sociodemográficos da região, e os da Fundação de Pesquisa de Análise de Produção Industrial (FUCAPI), da Superintendência de Manaus, os quais vão ao encontro das informações sobre a migração. Ademais, consultamos diretamente a sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde pudemos analisar as metas e os planos econômicos do governo para a região, que incluem aqueles correlacionados com o bem-estar da sociedade amazonense, os quais possivelmente dariam certo para viabilizar o processo de expansão do Amazonas.

Comparamos esses documentos oficiais descritos com as fontes supracitadas, na tentativa de encontrar respostas para as perguntas feitas a esses documentos.

Compreendemos, por fim, que todas essas fontes exigem que o historiador reflita sobre elas, pois sabemos que são discursos e que o entrecruzamento de tais discursos poderá nos trazer múltiplas faces dessa realidade que buscamos descortinar.

Quadro teórico

A História Social nos faz refletir sobre as várias transformações pelas quais as sociedades passam, uma vez que ela atende a um estudo mais preciso, reportando-se às classes mais pobres ou inferiores, com um olhar mais peculiar e/ou mais sensível aos movimentos de lutas e resistência dessas classes.

O historiador Jim Sharp diz que a História Social atraiu vários historiadores no século XX, os quais ansiavam por novos rumos e abordagens que pudessem avançar os limites da tradicional História Política (BURKE, 1992, p. 41).

Essa perspectiva atraiu de imediato àqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (BURKE, 1992, p. 41).

Na visão oficial da História, esses agentes históricos, atualmente valorizados pela História Social, só tinham papel de coadjuvantes, nunca figurando como atores principais, ou seja, sempre ficavam à margem dos acontecimentos. Embora tal vertente historiográfica tenha se constituído como hegemônica desde os anos finais do século XIX, quando a História pretendia tornar-se “Ciência”, a História Social foi, paulatinamente, ganhando espaço, e assim vem contribuindo sobremaneira com um “novo rosto” à historiografia. Ela trouxe as trajetórias de luta desses homens, deixando de abordar enfaticamente a História dos “grandes”, ou seja, “a História vista de cima”, para acolher a “História de baixo”, termo criado por Edward Thompson¹⁰.

Na década de 1990, Burke (1992, p. 12) afirmava que “[...] vários novos historiadores estão preocupados com a ‘história vista de baixo’, em outras palavras, com opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social”.

É nessa perspectiva que buscamos compreender a trajetória dos migrantes paraenses que vieram para Manaus entre 1970 e 2014. Assim, se, de um lado, observamos todo um discurso oficial, amplamente propalado, principalmente pelas mídias, como imprensa e TV, de um crescimento econômico “saudável” da região, um desenvolvimento regional extremamente positivo e, por isso mesmo, amplamente festejado, por outro, percebemos, também, que tais discursos não abarcam outras realidades desse processo, que trouxe fatores relevantes e alterações estruturais na região e na cidade.

É necessário, pois, observar como esse desenvolvimento refletiu e reflete nas vivências cotidianas de grupos sociais que foram incentivados a migrarem para a cidade de Manaus em busca de melhores condições de vida. Como esses trabalhadores lidaram/lidam com as questões que foram se colocando em seu cotidiano.

¹⁰ Thompson formulou o termo “História vista de baixo”, em 1966, a partir de um artigo com esse título. A partir de então, disseminou-se na linguagem dos historiadores a formulação de uma “História a partir dos de baixo”. Nas palavras de Eric Hobsbawm (1998, p. 216): “A história dos movimentos populares, história vista a partir dos de baixo ou a história da gente comum, da qual George Rude foi um destacado pioneiro, não precisa mais de comerciais”.

Desse modo, será possível contribuir para a historiografia amazonense e alcançar uma percepção mais acurada no entrelaçar das descobertas, lançando olhares diferenciados antes não enxergados sobre os homens e mulheres advindos de outras localidades. Será que eles realmente só transferiam problemas de um lugar para o outro do Brasil? Talvez sem realizar seus sonhos tão almejados, enfrentando uma nova realidade. A visão de História de Burke (1992) se contrapõe à visão da História tradicional, que faz alusão ao crescimento econômico manauara e seus polos de desenvolvimentos, esquecendo-se dos personagens que dão mobilidade às transformações da cidade no período em abordagem.

É nessa perspectiva que a História Social busca ampliar suas visões para o que ela viu como temas essenciais a serem trabalhados pela historiografia, como problemas de transformações históricas.

Cabe notar que Edward Thompson (2004) não se deteve apenas à identificação do problema geral de reconstruir a experiência das pessoas “comuns”. Analisou também a necessidade de tentar compreender as sociedades do passado que há muito foram esquecidas. É preciso entender como foram tecidos e conduzidos os relacionamentos de interesses entre si, bem como a maneira como se condensavam ações e reações a essas experiências, tendo a mesma capacidade da sociedade “moderna” quando vivencia a experiência. “[...] Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua história” (THOMPSON, 2004, p. 12).

É possível perceber outro “universo” que emerge no seio da sociedade, não só visando ao poder dominante como os “mandachuvas” da situação, mas sim almejando contradizer a historiografia tradicional, quando apresenta apenas os líderes como agentes condicionadores dos processos construtivistas que permeiam mudanças no meio social em que estão inseridos, haja vista que as pessoas que chegavam e permaneciam em Manaus foram participantes ativos em meio à construção da sociedade manauara e, mesmo na precariedade, conseguiam resistir às represálias do poder local na luta por um pedaço de terra para a construção de moradias.

Nessa perspectiva, buscamos evidenciar as experiências das camadas populares, no caso, um grupo de migrantes paraenses, trazendo para a discussão os modos como esses trabalhadores lidaram e lidam com os problemas, tais como o preconceito, a falta de moradia e a ausência de políticas públicas que os beneficiem, estabilidade, entre outros. Lembramos que essas questões não faziam parte das propagandas que alardeavam a capital da Zona Franca, tão almejada pelos novos moradores.

Nossos migrantes paraenses sofrem atualmente com o preconceito na cidade. Estigmatizados de “ladrões” através de piadas, eles narram como lidam com essa situação em Manaus. O depoimento desses sujeitos é relevante, haja vista que aponta um elemento importante na composição do preconceito sofrido. Sua interpretação acerca desse preconceito de origem passa fundamentalmente por uma disputa pelo mercado de trabalho. De fato, se observarmos os dados de emprego na cidade de Manaus na década 1990, é perceptível uma oscilação nos postos de trabalho (SILVA, M., 2010, p. 324).

Mesmo enfrentando preconceito pelo fato de serem paraenses, nossos entrevistados não baixaram a guarda, tendo resistido a partir da sua cultura, que foi fundamental para a permanência na cidade.

Autores como Robert Darnton (1988, p. XIII) dizem que o que faz o historiador no âmbito cultural é a perspectiva etnográfica direcionada sobre a forma como as pessoas comuns compreendem o mundo. Assim como Carlo Ginzburg (1987, p. 12), que defende a concepção de circularidade cultural, a qual torna possível a reciprocidade entre culturas de segmentos que dominam e de subalternos.

Dessa forma, os autores supracitados nos permitiram refletir sobre a cultura como embasamento teórico para a nossa reflexão a respeito da resistência simbólica arquitetada pelos paraenses interioranos que vivem em Manaus, a fim de permanecer e também para instituir na cidade os seus modos de ser e viver.

Foi no tatear do dia a dia que esses agentes do processo histórico se acomodavam/acomodam, bem como reagem/reagem, desbravando outras localidades que outrora se encontravam intocáveis, no intuito de construir/conseguir espaço para morar e viver.

Segundo Lucicléia Pereira Moreira (2006, p. 30), “[...] chegava uma média de 50 famílias por mês à procura de terrenos desocupados para se instalar”. Os novos moradores da cidade passavam a ocupar espaços que ganhavam o título de bairros, sem apresentarem a menor condição de recebê-los. Mesmo os lugares mais próximos do centro não tinham infraestrutura adequada para atender àquelas pessoas que lutavam para se reorganizar no novo viver urbano. Embora caminhassem com muita dificuldade e enfrentando especuladores do setor imobiliário, eles foram capazes de construir e legitimar esses espaços, bem como de dar significado a partir de suas experiências sociais e da vivência diária¹¹.

¹¹ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 90.

É necessário perceber como essas relações foram tecidas cotidianamente. Assim, compreendemos que as formações cultural, política, econômica e social da cidade afloram nos bairros por meio dos interesses em comum dos moradores, no dia a dia das pessoas.

Sobre o desenvolvimento da pesquisa, é importante destacar que tivemos algumas dificuldades, como encontrar dados mais precisos para compor o trabalho, considerando que existem pouquíssimos estudos sobre o tema.

Dessa maneira, para melhor compreensão, estruturamos esta dissertação em três capítulos. No primeiro, partimos do presente, evidenciando um elemento bastante significativo nas falas dos depoentes, qual seja o preconceito que recai sobre a população paraense em Manaus. A partir dessa inquietação, procuramos entender os contextos global e nacional que fizeram com que esse tipo de comportamento fosse gerado e disseminado.

No segundo capítulo, por sua vez, buscamos compreender os contextos político, social e econômico que provocaram profundas transformações no meio ambiente social da cidade de Manaus, incentivando/possibilitando a migração em massa em níveis nacional e intrarregional. Procuramos evidenciar, neste capítulo, como foi possível gerar nesses migrantes um ideal de cidade por meio de propagandas de diversas naturezas acerca dos grandes projetos pensados e empreendidos pelos governos militares, tais como a “industrialização” via Zona Franca. Essa expectativa de alcançar melhores condições de vida foi fundamental na decisão de milhares de migrantes pobres, entre eles os paraenses, de se instalarem na cidade de Manaus.

Por fim, no terceiro capítulo, almejamos captar a cidade real e as formas de organização social em Manaus. A cidade impactou nossos depoentes pela dura realidade que se contrapôs aos seus sonhos e expectativas. O impacto ficava evidente desde a chegada à capital amazonense. As mazelas encontradas nos arrabaldes da cidade, lugar de trabalho, pobreza, roubos e interesses diversos, impuseram novos desafios aos migrantes que decidiram permanecer. Desafios esses que têm sido enfrentados tanto de forma individual como na coletividade.

1 O PRECONCEITO E A RESISTÊNCIA DE PARAENSES EM MANAUS

Em 21 de fevereiro de 2011, várias equipes da imprensa amazonense¹² deslocaram-se para uma comunidade chamada Santa Marta, na Zona Norte de Manaus, com o objetivo de registrar a visita do então prefeito, Amazonino Mendes, àquela comunidade, por ocasião de um desabamento que colocava tal população em risco. Entretanto, o que mais se noticiou naquele dia e nos subsequentes não foi o fato em si, muito menos o risco da permanência das pessoas naquela espacialidade, ou mesmo a falta de planejamento urbano na cidade de Manaus, mas um vídeo¹³ em que aparecia uma discussão do prefeito com uma moradora do local.

Entre as várias reportagens locais veiculadas naquele dia, destacamos o jornal A Crítica, que noticiou o ocorrido da seguinte forma:

Com preconceito e descontrole, foi dessa forma que o prefeito Amazonino Mendes tratou ontem uma moradora da comunidade Sta. Marta, na Zona Norte de Manaus, a dona de casa Cleonice Contalista, 37. O chefe do executivo municipal foi ao local segundo a sua assessoria tratar da ajuda social e da retirada das famílias que ocupam. Um dia antes (20), três pessoas tinham morrido soterradas após o deslizamento de um barranco na comunidade. Apesar da “disposição” em conversar com as famílias, ao ser interrompido durante entrevista pela moradora da área, Amazonino se mostrou intolerante com a mulher. O bate-boca com ela teve início quando o prefeito frisou a necessidade de as famílias pararem de construir casas em áreas de risco. Ao justificar ao prefeito que as pessoas dessas áreas só moram nelas por falta de opções, Amazonino disse à mulher “Minha filha, então morra! Morra!”. Indignada, Cleonice foi questionada pelo prefeito sobre o lugar de onde viera. Quando respondeu que tinha vindo do estado do Pará, em tom irônico e dando as costas para a comunitária, o prefeito ressaltou “Então está explicado!”¹⁴.

A fala, evidentemente eivada de preconceitos, dirigida à paraense não é propriamente uma novidade. Na cidade de Manaus, tem sido comum ouvir, no cotidiano, piadas e gracejos depreciativos referentes aos migrantes do Pará. No caso em tela, o que chocou foi a “institucionalização” do preconceito, uma vez que foi proferido pelo representante do Poder Executivo da cidade.

Diante disso, nos instiga compreender os sentidos históricos dessa construção pejorativa em torno dos paraenses. Que elementos têm contribuído para a propagação do preconceito do manauara com relação ao migrante paraense? Como esses migrantes vêm interpretando e lidando com ele no seu dia a dia?

¹² Cf. Jornal A Crítica, publicado em 22 de fevereiro de 2011, p. 7.

¹³ O referido vídeo encontra-se disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=mkfukXcvHkw>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

¹⁴ Cf. Jornal A Crítica, publicado em 22 de fevereiro de 2011, p. 7.

1.1 O estigma de “ladrão”: a disputa pelo mercado de trabalho

A capital amazonense tem se constituído historicamente com a forte presença de migrantes de diversas origens¹⁵. Desde os anos de 1970¹⁶, essa migração tem se dado principalmente em função da efetivação da Zona Franca de Manaus (OLIVEIRA, 2010, p. 169).

Observemos os dados fornecidos pelo Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - População total e não natural do município de Manaus por tempo de moradia – 1970/2000.

Ano	População total	Não naturais	Porcentagem sobre a população total	Com menos de 10 anos de residência
1970	314.111	73.937	23,5	39.497
1980	633.383	213.273	33,7	108.656
1991	1.011.501	279.756	27,7	133.837
2000	1.405.835	495.007	35,2	199.119

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos censos demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991 e 2000, extraídos de Teixeira e Brasil (2006 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 169).

Os dados nos dão conta de um crescimento vertiginoso de uma população migrante ao longo das décadas de 1970 e 1980. Crescimento esse que não cessou nas décadas subsequentes.

¹⁵ O historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis (1997, p. 76), em “O seringueiro e o seringal”, obra cuja primeira edição data de 1953, enfatizou o ápice da economia amazonense atribuído à expansão da borracha entre 1850 e 1900, e também afirmou que a produção gomífera modificava as características da Região Norte e que o interior sofria transformações com o expansionismo e com o surgimento de novas cidades. Segundo ele, a circulação do capital estabeleceu uma nova ordem das coisas.

¹⁶ A partir de 1943, houve um excedente populacional, após a “estagnação econômica” ocasionada justamente pela borracha. Nesse período, o governo brasileiro convocou os chamados “soldados da borracha” para fabricar pneus, ajudando indiretamente os países aliados na Segunda Guerra Mundial, já que o Oriente embargou o fornecimento de borracha aos países que se coligaram com o Ocidente. O uso da borracha era essencial para o andamento da Guerra, e, assim, a forma mais conveniente de solucionar esse problema foi o acordo bilateral entre os governos brasileiro e norte-americano, determinando uma produção em grande escala de borracha na Amazônia. Então, em 1º de setembro de 1943, foi instituído o “batalhão da borracha”, composto por 56 mil jovens nordestinos motivados por uma oferta de emprego e subsídios, e mandados para os seringais amazônicos. Vide OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Humberto. *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000, p. 58.

Entre os milhares de migrantes em Manaus, os paraenses têm representado uma significativa presença. Podemos ter uma ideia dessa afirmação, ao compararmos os números de migrantes paraenses com os de outros estados brasileiros, conforme é possível observar no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Origem de migrantes para o Amazonas.

Estado	Ano 2000	Ano 2010
População do estado	2.810.353	3.474.208
Migrantes paraenses	132.461	146.081
Migrantes maranhenses	27.014	31.355
Migrantes cearenses	36.029	30.366

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos censos demográficos dos anos 2000 e 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

A capital amazonense tem sido vista por muitos paraenses como lugar de oportunidades, visto que eles são contagiados pela propaganda de prosperidade, progresso e emprego, principalmente por conta do Polo Industrial de Manaus (PIM)¹⁷. Aumentam ano a ano as estatísticas da migração, e, de acordo com o censo demográfico de 2010, a cidade tem cerca de 1.802,14 milhão de habitantes, dos quais 125.936 são paraenses (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Esses dados nos instigam a refletir sobre a forte presença de migrantes paraenses na cidade de Manaus nos dias de hoje.

¹⁷ “Mil vagas de emprego nesta semana em Manaus. Elas estão sendo oferecidas pelo comércio, indústria e empresas da construção civil, por meio dos postos do Sine. As unidades do Sistema Nacional de Empregos (Sine) no Amazonas (Sine-AM) e em Manaus (Sine-Manaus), ambas funcionando na capital do Estado, vão oferecer aproximadamente mil oportunidades de emprego durante a semana. No topo da lista, segundo apurou a reportagem, estão as ofertas de emprego nas fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM), seguidas das abertas pelo comércio e pelas empresas da construção civil. Os dados sobre a alta na oferta de vagas pelas empresas do PIM foram confirmados pelo diretor do Sine-Manaus, Thiago Medeiros, segundo o qual, por dia, a unidade oferece pelo menos 50 vagas para candidatos dispostos a atuar na linha de produção das fábricas incentivadas da Zona Franca de Manaus”. Cf. Jornal A Crítica, publicado em 16 de agosto de 2011, sem paginação. Disponível em: <http://www.acritica.uol.com.br/Manaus/vagas-emprego-semana-Manaus_0_536946467.html>. Acesso em: 31 mar. 2015.

Muitos paraenses têm relatado que percebem que a sua vinda tem suscitado mais rivalidade do que acolhida em terras manauaras. Com a chegada dessa população, geralmente interiorana, a rejeição se faz perceber, sobretudo, a partir de inúmeras piadas sobre o paraense. Quando perguntamos ao senhor José Roberto Lima Saraiva, empresário, migrante do município de Castanhal (PA), se, em algum momento, já haviam sido direcionadas a ele piadas preconceituosas contra paraenses, ele nos disse:

Com certeza, até os dias de hoje. Hoje, existe uma rivalidade do amazonense e do paraense. Até hoje existe isso. O pessoal diz que o paraense é ladrão. Eu nunca levei por esse lado, porque ladrão em todo canto tem, no Pará, tem no Maranhão, tem aqui em Manaus, em todo canto tem. Então, eu tive uma, ou seja, uma educação, e mesmo que isso não era motivo pra mim. Eu já vi muito amigo meu brigando por causa disso, essa rivalidade entre amazonense e paraense. O paraense diz que o amazonense é preguiçoso, compra um jaraqui hoje e amanhã já não trabalha enquanto não acaba [risos] [...]. Eu sempre levei, no caso, na esportiva. Tirava muito sarro com eles, até hoje tiro, com qualquer pessoa que seja. Saiba brincar também, né? Então relevava muito sobre isso¹⁸.

A narrativa de José Roberto evidencia um dos preconceitos mais comuns: o de que os paraenses são “ladrões”.

O estigma também se faz notícia em matérias jornalísticas, a exemplo do que publicou o jornal Diário do Pará, em 27 de fevereiro de 2011:

Na semana passada, a moradora Thaís Araújo Gomes, 23 anos, sentiu saudade da mãe e foi a um “cyber” escrever um e-mail. “Faltou luz e alguém gritou: paraense, tira a mão do meu mouse”, lembra a promotora de marketing. O episódio foi há um ano e três meses. Durante todo esse tempo em que mora na capital amazonense, Thaís já perdeu as contas de tantas piadas e gracejos preconceituosos que ouviu. E ela se lembra do conselho que recebeu na chegada a Manaus. “Quando eu tava procurando emprego, me disseram para eu não revelar que eu era paraense, tem muita raiva aqui. Eu acho que como Manaus tem mais oportunidade e lá no Pará é mais ‘ralado’, quem vem de Belém chega mais qualificado e fica mais fácil conseguir um emprego. Eles acham então que a gente tá roubando a vaga deles”¹⁹.

Tanto a fala de José Roberto como a de Thaís, recortada pela reportagem, comportam elementos que possibilitam refletir as piadas para além do que aparentam, ou seja, para além de inocentes brincadeiras. É possível notar uma disputa no mercado de trabalho, a qual tem impulsionado a difusão dos gracejos.

José Roberto conta que lida com o preconceito de forma bem-humorada, levando na brincadeira as ofensas a ele dirigidas. O riso e as brincadeiras se apresentam na fala do migrante como estratégias para velar as piadas pejorativas a ele direcionadas.

Sabemos que o riso tem enorme relevância na vida das pessoas e representa diversos significados para a sociedade. Mikhail Bakhtin (1987, p. 57) pressupõe que:

¹⁸ José Roberto Lima Saraiva, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 6 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

¹⁹ Cf. Jornal Diário do Pará, publicado em 27 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias-interna.php?nIdNoticia=137212>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

O riso tem um profundo valor de concepção do mundo, é uma das formas capitais, pelas quais se exprime a verdade sobre a história, sobre o homem; é um ponto de vista particular e universal sobre o mundo, que percebe de forma diferente, embora não menos (talvez mais) importante que o sério.

O que parece ser apenas comicidade entre manauaras e migrantes paraenses pode revelar “verdades” que as pessoas gostariam de dizer no sério. Assim, as piadas ganharam espaço na cidade e rapidez na difusão através de vídeos e *blogs* na internet. Uma que se destaca entre as mais famosas é a paródia relacionada à música “Dançando Calypso”, repleta de preconceito contra os paraenses, intitulada “João Paraense”, cujo refrão diz: *“É show do ladrão, é show do ladrão... Passa pra cá, meu bem, a bolsa e o celular. Que eu fui criança do estado do Pará... Eu tava liso e sem cachaça pra tomar. E minha família me ‘trouxeram’ para cá. [...]”*²⁰.

A paródia supracitada é um alerta de que as brincadeiras contra a população paraense em Manaus têm se tornado cada vez mais “aplumadas”, com imaginação descabida sobre a vinda deles para a cidade.

Mikhail Bakhtin (1987, p. 79) postula que, na Idade Média, aquilo que causava temor era convertido em comicidade. Durante o Carnaval, havia uma construção burlesca, denominada “inferno”, que pegava fogo com enorme pompa no auge da festividade. De modo geral, não é possível dissociar a imagem burlesca do medo vencido. Graceja-se com o que se teme, caçoa-se dele.

Assim, é preciso observar o que tem gerado todo esse conflito. Procura-se uma maneira de burlar o que ameaça.

1.2 Por trás das “brincadeiras” se esconde o medo de perder o emprego?

A procura pelo emprego na cidade desponta na fala dos interioranos. Os paraenses chegam a Manaus com a perspectiva de trabalhar. Quando perguntamos à senhora Edilene Coelho Duarte Varela, enfermeira e estudante de Direito, migrante de Óbidos (PA), se ela já tinha sofrido preconceito em Manaus, ela nos revelou:

Hurum, sentimos sim [risos], porque existe a rixa do amazonense com o paraense. Porque essa rixa não existe lá no Pará. A gente descobriu quando a gente chegou aqui, né? Que existe essa rivalidade, né? De paraense e amazonense, né? Quando a gente vai, aí logo eu percebi, quando a gente ia à procura de emprego e tudo, a questão do Pará! Na naturalidade da gente, isso pesava bastante, sabia? Eu percebi em dois locais que eu fui, que eu não fiquei porque eu era paraense, e eu percebi isso. Uma foi uma construtora, uma empresa de construção civil, né? A pessoa que me entrevistava disse assim: “Mas você é do Pará?”. Aí eu disse: “Sou!”. Mas eu

²⁰ A letra da música na íntegra encontra-se disponível em: <<http://www.oimpacto.com.br/acredite-se-quiser/video-chama-paraense-de-ladrao-e-gera-polemica/>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

não sabia da rivalidade! E outro, salvo engano, foi numa escola também na época da procura do emprego e tal. Eu não lembro bem dela, mas eu lembro que tinha alguma coisa a ver com a minha naturalidade. Eu lembro bem dessa da construtora, que eu fiquei arrasada. Que eu ainda até disse: “Mas, poxa, só porque eu sou do Pará?”. Aí, ele disse: “A gente liga pra senhora”. Aí, até hoje [risos]. Dessa escola eu não me lembro, mas tinha alguma coisa a ver sim, que eu fui indicada por uma colega e tal. E ela falou alguma coisa, ela deixou assim no ar que tinha alguma coisa a ver com a minha naturalidade. Então eu sofri. Quando a gente fala, né? Eu principalmente falo muito “nh”, farinha, galinha. Então a gente já é conhecido por esse sotaque, pela maneira de falar. Mas eu acho que é só isso mesmo, não tem grandes preconceitos. Acho que e só essa rixa mesmo, uma rixa imbecil²¹.

Consideramos que o depoimento de Edilene aponta um elemento importante na composição do preconceito sofrido. Sua interpretação acerca desse preconceito de origem passa fundamentalmente por uma disputa pelo mercado de trabalho. De fato, se observarmos os dados de emprego na cidade de Manaus na década em que Edilene migrou (1997), nos deparamos com uma significativa oscilação. Vejamos o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Oferta de empregos no Polo Industrial de Manaus.

Oscilação da força de trabalho								
Ano	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99
Oscilação	- 24%	- 22%	-7%	+10%	+17%	- 2%	- 5%	+8%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de Márcia Perales Silva (2010, p. 324).

Os dados acima explicitam a variação na oferta de emprego no Distrito Industrial de Manaus. Dos 76.798 mil operários do DIM em 1990, apenas 36.712 mil postos de trabalho foram mantidos até setembro de 1999. De acordo com os números oficiais, os postos de trabalho foram reduzidos em 53%, significando a perda de 40 mil vagas no DIM (SILVA, M., 2010, p. 34).

Somente no ano de 1997, Manaus registrou a demissão de 13 mil metalúrgicos, 5.189 mil comerciários, 3 mil operários da construção civil e 300 bancários. Esses números totalizaram 21.489 mil trabalhadores demitidos. Mas, como de cada demitido dependem em média quatro pessoas, 21.489 mil demissões representaram mais dificuldades para cerca de 85.896 mil pessoas direta ou indiretamente. Nos últimos sete anos, 80 mil trabalhadores entre metalúrgicos, operários da construção civil e comerciários foram literalmente expulsos do mercado de trabalho formal de Manaus. O sindicato dos Metalúrgicos de Manaus informou que, das fábricas do DIM, foram demitidos, em 1997, aproximadamente 15 mil trabalhadores (SILVA, M., 2010, p. 34).

²¹ Edilene Coelho Duarte Varela, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 13 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

Todos esses dados compõem um cenário vivenciado por Manaus na década de 1990, mas não podem ser explicados apenas em termos locais, pois fazem parte de um processo amplo de transformações no mundo ocidental (SILVA, M., 2010, p. 34). Assim sendo, existe uma complexidade bem maior nisso tudo²².

A América Latina foi inserida no ideal neoliberal como um campo propício para a execução de planos que favorecem os países mais desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos da América, que lucraram e lucram com a degradação dos países latinos, estes últimos imersos em dívidas externas, as quais só agravaram os seus problemas.

De modo a adaptar ideologia neoliberal para América Latina, segundo seus ideólogos, nessa região o adversário da prosperidade econômica estaria no modelo do governo gerado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas. A entrada destes países se deu pela renegociação das dívidas externas, que obrigaram a por em prática um ajuste fiscal com o objetivo de saldar essas dívidas com seus países credores. [...] Há de se ressaltar o importante papel de chanceleres que as instituições financeiras multilaterais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial tiveram [...] (CARINHATO E SILVA, 2008, p. 38).

O Brasil abriu as suas portas para o mercado internacional a partir do governo de Fernando Collor de Mello. Considerando que o país já vinha de uma alta inflação dos governos anteriores, o então presidente aderiu ao comando do neoliberalismo, apostando no plano econômico “Brasil Novo”, que apresentava medidas para estimular a economia brasileira e estava pautado na reorientação do desenvolvimento, e ainda na redefinição das estruturas do Estado. O governo proclamava a transição de capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, embasado na competência e na competitividade. Seria o “choque do capitalismo” (CARINHATO E SILVA, 2009, p. 39).

²² Pedro Henrique Carinhato e Silva (2008, p. 37-46) inferiu que o cenário internacional era influenciado pelos ideais neoliberais que apregoavam a superioridade do mercado, a competitividade e a liberdade de iniciativa privada, negando a intervenção estatal no âmbito econômico. O discurso neoliberal procurava impor a supremacia do mercado frente à ação do Estado, e o seu direcionamento era a superioridade econômica, já que o livre jogo da oferta e procura, bem como o sistema de preços a ele ligado, permitiriam uma alocação ótima dos recursos disponíveis. Dessa forma, cresceriam a riqueza geral e as superioridades política e moral, pois a soberania do consumidor, em um ambiente de concorrência, possibilitaria o desenvolvimento tanto moral quanto intelectual dos cidadãos. Trata-se de uma constatação crítica quanto à ação estatal. Diferentemente do mercado, a ação do Estado, seja como produtor de bens e serviços, seja como regulador das relações entre os agentes econômicos, seria danosa. Economicamente, ela deformaria o sistema a preços (principal indicador das necessidades econômicas da sociedade), criaria monopólios, eliminando a soberania do consumidor, e, desse modo, deixaria de punir a ineficiência. No plano político, a ação econômica do Estado criaria privilégios para alguns e dependência para muitos. O cidadão acostumar-se-ia ao paternalismo do Estado, e, assim, deixaria de desenvolver a sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas.

E foi posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que as ideias neoliberais foram fervorosamente aplicadas²³.

Cumprir notar que esse processo do neoliberalismo teve consequências drásticas, sobretudo para os trabalhadores. Márcia Perales Silva (2010, p. 62) sustenta que o resultado desses ideais neoliberais impactou diretamente o mercado de trabalho brasileiro,

[...] aumentando de maneira extremamente rápida os níveis de desemprego no país, ao mesmo tempo em que, ao abrir abruptamente a economia brasileira, forçou as empresas a acelerar seus processos e reestruturação produtivas [...] [seguindo] seu ritmo sem que fossem criadas políticas compensatórias de combate ao desemprego, contribuindo para que a nova fase de crescimento, em vez de ser acompanhada pela recuperação do emprego, convivesse com um aumento significativo das taxas de desocupação.

A autora diz, ainda, que o mercado de trabalho, que já vinha aglomerando as consequências da estagnação e da elevada inflação nos anos de 1980, apresentou uma significativa diminuição de emprego no setor industrial, além da ascensão da participação dos trabalhadores que não tinham contrato de trabalho, da degeneração do poder de compra e da elevação da desproporção de renda dos indivíduos e dos familiares. Em decorrência disso, no início dos anos de 1990, essa situação se intensificou ainda mais, em função da retratação das atividades produtivas, do desmonte do Estado, das políticas públicas e das mudanças nas estruturas produtivas. A quantidade de pessoas desempregadas teve um elevado crescimento e a economia não formal aumentou significativamente, o que beneficiou bem mais a disseminação da pobreza e a precarização no mercado de trabalho (SILVA, M., 2010, p. 62).

E foi nesse cenário que diversas empresas diminuíram a jornada de trabalho dos operários, bem como salários, ou realizaram demissões (SILVA, M., 2010, p. 63).

Compreendemos que é dentro desse contexto que devemos refletir o crescimento do preconceito e da discriminação com os paraenses na cidade de Manaus, como tem sido observado pelos nossos entrevistados.

Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004, p. 18), o preconceito pode se dar verbalmente, reservado ou exposto publicamente, sendo este último caracterizado como

²³ O então presidente tinha a incumbência de liberar os empecilhos corporativos que dificultavam o aparecimento de um empresariado ativo. Fernando Henrique, vencendo as eleições de 1994, prosseguiu com o Plano Real, conseguindo estabilizar a moeda e dar um fim ao longo período de hiperinflação. De uma forma geral, todos os planos de estabilização que são e foram projetados no território latino-americano vêm da mesma perspectiva do Consenso de Washington, o qual tem como objetivo atingir as economias periféricas, por meio de um único plano econômico. Dois órgãos, o FMI e o Banco Mundial, foram autorizados a pilotar as novas estratégias que pretendiam combater a inflação através da dolarização da economia e da valorização das moedas nacionais, associando a uma ênfase na necessidade de ajuste fiscal. Junto dessas orientações, ainda podemos citar a reforma do Estado (mormente privatizações e reformas administrativas), a desregulamentação dos mercados e as liberações comercial e financeira. Aplicadas tais políticas reformistas, o país estaria apto para o crescimento econômico (CARINHATO E SILVA, 2008, p. 39).

discriminação. Nessa perspectiva, Edilene sofreu preconceito e também discriminação, tendo sido restringida ao acesso de oportunidades econômicas e sociais²⁴.

O crescente preconceito e a discriminação sobre a migração paraense são percebidos por meio do tratamento hostil que muitos manauaras demonstram. Por que esse sentimento? E ainda: ele vem se fortalecendo a cada dia? As falas nos apontam que esse preconceito não era percebido com tamanha efetividade antes dos anos de 1990.

O senhor Pedro Afonso Leal de Farias, Ministro de Culto²⁵ e estudante de Jornalismo, migrante de Óbidos (PA), veio para Manaus em 1982. Ao ser questionado sobre a sua percepção acerca do preconceito contra os paraenses, relatou:

Bom, essa questão preconceituosa se acirrou entre paraenses e amazonenses, e que realmente foi um, chegou a virá mesmo uma chacota e piada, ela se acirrou mesmo nos últimos anos. A princípio não era assim, nas décadas anteriores não existia esse tipo de preconceito. Por exemplo, pra ser mais claro, que todo paraense é ladrão, esse preconceito é muito recente que não chega há 10 anos, é muito recente. Tanto é que hoje existem muitas campanhas entre artistas do Pará e do Amazonas que combatem esse tipo de preconceito que existe. Mas também havia um preconceito da parte dos paraenses, algum preconceito como dizer que todo amazonense é preguiçoso, e não é verdade. Então é isso, ainda existe, ou não sei se é só uma piada. E talvez por isso o amazonense diz que todo paraense é ladrão [risos]. Mas eu nunca me senti, ninguém nunca teve preconceito comigo, nunca, nunca [...]. Tenho amigos meus que trabalharam comigo no Amazonas. Eu imagino que é uma questão quase superada hoje, 2014, talvez, talvez por piadas, mas não mais por preconceito mesmo²⁶.

A narrativa de Pedro nos fala da disseminação do preconceito na atualidade. Em sua avaliação, as chacotas e piadas se fortaleceram nos últimos anos, levando em consideração que o nosso entrevistado é morador da cidade desde 1982 e afirmou que, naqueles tempos, não percebia esse tipo de preconceito contra os paraenses.

Manaus apresentava, em 2000, cerca de 1,4 milhão de habitantes, e, desse montante, mais de um terço (495 mil) das pessoas que residiam na cidade era constituído de migrantes (OLIVEIRA, 2010, p. 169). Como já dissemos, essa dinâmica migracional para a capital do Amazonas desde 1970 deve-se muito à consolidação da Zona Franca e ao início da instalação

²⁴ “[...] acredito que se pode dizer que, de um ponto de vista mais estritamente econômico, entende-se que existe discriminação quando alguma característica ‘irrelevante’ do indivíduo (sua cor da pele, por exemplo) é utilizada para restringir o seu acesso às oportunidades econômicas, sociais e políticas. Neste contexto, o termo ‘irrelevante’ que a característica utilizada discriminatoriamente é básica ou completamente não-relacionada com os reais potenciais talentos, habilidades ou motivações do indivíduo discriminado. Assim, uma das facetas da malignidade do comportamento discriminatório é o fato de ser danoso para a sociedade, acarretando uma potencial perda de eficiência, que ocorre necessariamente quando os benefícios e as punições não são distribuídas por uma sociedade a seus membros de acordo com suas produtividades individuais. Dessa forma, a discriminação é um comportamento que, além de humanamente cruel, é também socialmente daninho e irracional.” (GUIMARÃES, 2004, p. 18).

²⁵ Pessoa que exerce o ministério relativo a uma religião. Definição disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26389793/ministro-de-culto>>. Acesso em: 2 abr. 2015. O entrevistado exerce seu ministério na Igreja Adventista da Promessa, em Manaus.

²⁶ Pedro Afonso Leal de Farias, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 7 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

das empresas multinacionais no Distrito Industrial de Manaus. Os números apresentados revelam um significativo crescimento populacional, registrando um quantitativo considerável entre o período de 1970 e 2000, exceto em 1991, ano em que a porcentagem de migrantes foi 27,7% inferior ao ano de 1980 (OLIVEIRA, 2010, p. 169).

Essa baixa na migração certamente está relacionada ao contexto da crise econômica vivenciada pela Zona Franca, decorrente da abertura econômica ocorrida a partir de 1989. Entre as muitas consequências dessa abertura, nota-se o cancelamento de vantagens comparativas do setor comercial da Zona Franca e também a extinção de muitos postos de trabalho no Distrito Industrial²⁷. Para se ter uma ideia, o ano de 1989 foi o momento em que ocorreram muitas inserções de empresas no DIM, além daquelas que já estavam ativas, conforme mostra o Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 - Força de trabalho no Distrito Industrial de Manaus.

Ano	Empresas	Empresas no trâmite	Empregos diretos no Distrito Industrial
1989	452	112	74.818

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de José Aldemir de Oliveira (2010, p. 169).

Entretanto, na década seguinte, é possível observar oscilações nos postos de trabalho, como ilustra o Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 - Variação de emprego, faturamento, receita e produção no Polo Industrial de Manaus – 1990/2000.

Ano	Emprego* (Unit./l ano)	Faturamento (US\$/ano)	Receita (US\$/ano)	Produção (Unit./l ano)
1990	76.798	8.425.476.721	10.084.036.128	143.313.664
1991	58.875	5.984.256.053	7.129.616.433	140.410.396
1992	40.361	4.542.763.908	5.713.868.560	138.407.623
1993	37.734	6.635.721.158	8.698.110.058	166.125.657
1994	41.477	8.818.200.378	11.067.004.081	186.906.912
1995	48.761	11.759.763.493	13.636.350.756	191.569.371
1996	48.494	13.266.059.377	15.422.373.629	184.411.965
1997	50.733	11.730.680.363	13.014.035.278	187.759.312
1998	46.930	9.928.987.915	13.269.762.524	150.043.610
1999	39.652	7.179.649.664	8.733.553.072	167.420.911
2000	44.519	10.291.961.41	11.584.931.791	162.523.249

Fonte: Nilson Tavares Pimentel (2002, p. 71).

Legenda: Emprego efetivo + temporário.

²⁷ Reunindo indústrias de ponta das áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos óticos, produtos de informática e indústrias químicas. A partir deste momento, faremos uso desse termo no presente trabalho. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_industria.cfm>. Acesso em: 18 maio 2015.

Na década de 1990, a Zona Franca de Manaus passou por uma crise econômica muito forte, que trouxe graves consequências. Questões relevantes, como a produção por unidade, que teve uma elevação, e o emprego da força de trabalho, que decresceu, foram responsáveis por essa crise. Mesmo com a diminuição da força de trabalho, os lucros das empresas do DIM foram significativos, ao passo que tanto o faturamento quanto a receita foram elevados.

Manaus tem sido visualizada na representação dos migrantes paraenses entrevistados como a cidade das oportunidades para trabalhar e buscar uma ampla rede de serviços. Os mais procurados são a saúde e a educação, as quais têm impulsionado muitos interioranos na busca pela cidade grande. Entretanto, lutar por um novo espaço tem tido muitos percalços para eles. A inserção dos migrantes do interior do Pará na dinâmica da cidade não tem sido uma tarefa fácil e tampouco homogênea, visto que geralmente eles não têm uma qualificação considerada adequada pelo mercado, levando em consideração que essas exigências são cada vez maiores.

Conquanto a ausência de qualificação necessária direcione a maioria deles para atividades de baixa remuneração, e não tendo uma boa visibilidade social, é perceptível também que os migrantes de outras partes do Brasil têm maior escolarização, e isso acaba se refletindo diretamente no nível de renda maior (SILVA, S., 2010, p. 153).

A fala de Pedro, destacada anteriormente, evidencia a sua percepção de que a disseminação do preconceito que ocorre em Manaus possivelmente veio depois dos anos de 1990, e certamente pode ter uma ligação com a diminuição da necessidade de força de trabalho em boa parte das empresas do DIM, o que, conseqüentemente, gera disputas por colocações em postos de trabalho.

Edilene, por sua vez, procura minimizar o preconceito quando diz que é “*uma rixa imbecil*”. Acreditamos que ignorar o preconceito na narrativa dela parece ser também uma forma de resistência do direito à cidade. “A cidade é concebida como um campo de disputas e de lutas entre diferentes classes sociais, sendo que a vida em comunidade possibilitada pela cidade não impede, mas na realidade as potencializa” (LEFEBVRE, 2008 *apud* SILVA, S., 2010, p. 153).

Os conflitos de cunho social gerados reafirmam o desejo de pertencer ao lugar em que optaram por habitar. Quando perguntamos ao senhor Alfredo Viana Gomes, administrador, migrante de Óbidos (PA), se ele já havia sofrido preconceito por estar na cidade, ele nos descreveu a sua experiência da seguinte forma:

Há piadas, né? Também indiretas, por exemplo, alguns dizem que o Pará é o maior presídio, né? O Pará é o maior presídio do mundo! E eu sempre gostava de refutar dizendo que é, mas tem muito paraense que é solidário, que é batalhador, que inclusive traz jacaré pro Amazonas. Os barcos dos paraenses são presos no Amazonas por quê? Porque só tem mercado pra jacaré no Amazonas. Aí eles ficam

zoando: “Poxa, mas não é bem assim e tal”. Mas há essa cultura que o paraense come jacaré, infelizmente os barcos são apreendidos no Amazonas e recentemente foi, parece que 17 toneladas de jacaré, próximo do CEASA, né? Por que que esses barcos vêm com jacaré do Pará pra cá? Porque tem mercado, o pessoal compra. Infelizmente, o paraense mata jacaré que não poderia, mas mata porque é encomendado. Aí eles dizem também que os presídios em Manaus estão lotados de paraenses. A gente refuta dizendo o seguinte: “É, os paraenses roubam, mas por não terem essas especialização eles findam sendo presos, né?”. Se eles fossem ladrões realmente, malandros como dizem, não estariam presos, sempre teriam um escape. Mas, enfim, Manaus é uma cidade de todos e de tudo²⁸.

A narrativa de Alfredo nos traz a dimensão das piadas como uma forma de inferiorizar o paraense, como a de que “o Pará é o maior presídio do mundo!”, criadas por amazonenses com o propósito de denegrir a imagem dos paraenses, bem como da dieta que supostamente seria composta por carne de jacaré. A fala do depoente imbrica na defesa pelo espaço na cidade. Ele defende a sua permanência, dizendo: “[...] é, mas tem muito paraense que é solidário, que é batalhador”.

O trabalho aparece como uma forma de superar o preconceito e se afirmar como cidadão da cidade, e, ao mesmo tempo, a rivalidade se destaca na fala do depoente como forma de igualdade. Alfredo replicou a fama de comedor de jacaré, falando da demanda que a carne do animal tem no Amazonas²⁹. Ele relata com peculiaridade o trajeto das embarcações que transportam a carne, embora fora da legalidade, e conseguem atracar constantemente no porto das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA)³⁰. Assim, o migrante reafirma a sua condição de trabalhador como saída para driblar a rejeição sofrida na cidade.

Reafirmar-se como trabalhador e imprimir valor ao trabalho tem se mostrado uma estratégia recorrente na fala de muitos interioranos paraenses como caminho de superação do preconceito sofrido, como pode ser observado na fala de Alfredo, que, no fazer-se sujeito, se afirma na cidade a partir da “superação” no mundo do trabalho, do homem trabalhador, da mulher trabalhadora. Absorvendo o discurso do trabalho que “dignifica o homem”.

²⁸ Alfredo Gomes Viana, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 23 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

²⁹ “A Delegacia Especializada em Crimes do Meio Ambiente (DEMA) registrou na tarde de quinta-feira (20) sete toneladas de carne de Jacaré ilegal realizada por policiais militares do Batalhão Ambiental numa embarcação que trafegava pelo rio Solimões, nas proximidades do Município de Manacapuru distante de 68 quilômetros em linha reta de Manaus.” Mais informações disponíveis em: <<http://www.emtempo.com.br/batalhao-ambiental-apreende-sete-toneladas-de-carne-de-jacare-no-rio-solimoes/>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

³⁰ As Centrais Estaduais de Abastecimento são empresas estatais, ou de capital misto (público e privado), destinadas a aprimorar a comercialização em feiras, supermercados, restaurantes e sacolões. Definição disponível em: <<http://www.agric.com.br/comercializacao>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

1.3 Os conflitos entre paraenses e amazonenses no local de trabalho

Assim como Alfredo construiu o discurso do trabalho “dignificador” para permanecer na cidade, identificamos outros migrantes que igualmente compartilham dessa ideia. Quando direcionamos a nossa pergunta ao senhor Reginaldo dos Santos Castro, instrutor de autoescola e ex-industriário, migrante de Santarém (PA), indagando como ele vê a questão do preconceito, ele assim se manifestou:

E, na verdade, eu encontrei outras coisas. Não é porque o paraense rouba, né? Mas porque o paraense vem pra cá pra trabalhar! O meu padrinho, por exemplo, ele disse: “Reginaldo, eu pego 10 amazonenses, o trabalho não anda! Eu tenho que pegar três amazonenses, cinco paraenses e, no mínimo, no mínimo, dois nordestino. Se eu botar tudo amazonense, o trabalho não anda, não dá certo, o trabalho não tem produção”. Não é que o amazonense seja preguiçoso, mas a cultura dele não é tá trabalhando tanto. Já o paraense, ele veio pra cá pra trabalhar, e também porque o paraense, a descendência dele é nordestina, e a descendência do amazonense é local, é dos indígenas, é descendente dos Dessanas, dos Tucanos, dos Wai-Wai e Yanomami, é uma descendência diferente. Do Pará é uma descendência nordestina ou é do Sul. Se for dividir o Pará, o pessoal lá da minha região veio do Maranhão, do Ceará e do Sul, ou seja, só gente que trabalha muito, né? O pessoal do Sul é descendente de alemães e italianos, que trabalham muito com a agricultura. O pessoal do Nordeste é descendente de escravos, negros, que são povo trabalhador. Então, quando eles bate dentro de Manaus, minha filha, eles vão trabalhar muito e as pessoas vão gostando do trabalho, vão colocando paraense. Então, o paraense acaba “roubando”, digamos assim, as vagas que era pra ser do amazonense. O objetivo dele aqui é trabalhar e ter as coisas, né? Então, eu fui vendo isso, nas fábricas, no distrito³¹.

A fala de Reginaldo é bastante instigante e nos permite refletir as tramas por ele construídas no intuito de se reafirmar enquanto trabalhador e defender o seu espaço na cidade frente ao preconceito que atinge os paraenses.

É interessante notar que ele se defende do preconceito que sofrem esses migrantes através de uma interpretação também eivada de preconceitos em relação às nações indígenas, ou seja, ao reafirmar a imagem de preguiçoso do indígena, nosso entrevistado constrói o seu contraponto enquanto trabalhador, ao mesmo tempo em que nega a origem indígena do estado do Pará.

³¹ Reginaldo dos Santos Castro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 16 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

Assim, mesmo sendo oriundo de um estado habitado por uma grande quantidade e diversidade de etnias indígenas³², o nosso depoente se esforça em buscar uma ascendência que considera mais “trabalhadora”, no intuito de justificar, pelo trabalho, a fama de “ladrão” impingida genericamente aos paraenses na cidade de Manaus.

Reginaldo diz que a causa do preconceito dos amazonenses sobre os paraenses na cidade vem do fato de serem, estes últimos, mais empenhados no trabalho. Entretanto, faz-se necessário observar essa questão um pouco mais de perto. Os migrantes paraenses chegam à cidade de Manaus com o claro objetivo de trabalhar, de tal sorte que muitos vêm sozinhos e apenas posteriormente trazem as suas famílias. Dessa forma, trata-se da sobrevivência na capital manauara, pois estão em uma cidade “alheia”, necessitando nela permanecer, e o trabalho é o fator primordial para fixarem residência.

A dinâmica do cotidiano fabril impõe produção e agilidade. Nesse sentido, a crise na década de 1990 cooperou para que essa disputa por trabalho ficasse mais acirrada a cada dia.

Esta é uma questão cujo paradoxo é inegável: *a classe-que-vive-do-trabalho* passou a conviver, durante a década de 90, com o alto índice de desemprego. Se, na relação entre capital e trabalho, a organização política tem se constituído historicamente numa “arma em punho” para que os trabalhadores conquistem, assegurem e ampliem espaços em direção à melhoria de sua qualidade de vida, no mundo da produção capitalista reestruturada, novos e profundos desequilíbrios atingiram os trabalhadores e sua forma de trabalho e organização, através do crescimento da exclusão, do subemprego e do desemprego. Os trabalhadores, diante de uma situação instável, procuraram formas de assegurar seus empregos através do esforço pessoal e da adequação às mudanças no processo de trabalho (SILVA, S., 2010, p. 39, grifo do autor).

³² Amanaiés: tribo indígena, localizada no Nordeste do Pará, com população estimada de 192 pessoas, as quais falam a língua Tupi-Guarani. Anambés: tribo indígena, localizada no Nordeste do Pará, com população estimada de 132 pessoas, as quais falam a língua Tupi-Guarani. Araras do Pará: com população estimada de 195 indivíduos, que falam a língua Karíb, esta tribo habita a margem esquerda do rio Iriri, mais precisamente nas Cachoeiras Secas do Iriri. Os Araras ficaram famosos por sua belicosidade e pelos troféus que capturavam dos corpos dos inimigos – cabeças para flautas, colares de dentes e escalpos de face. Assurinins do Tocantins: também conhecidos como Assuriní do Trocará, Akuáwa ou Akuáwa-Assurini, os habitantes dessa tribo (estimados em 466 indivíduos) falam a língua Tupi-Guarani e vivem perto do rio Tocantins, junto a um posto indígena chamado Trocará. Asurini do Xingu: trata-se da única aldeia atualmente localizada à margem do Igarapé Ipiçava, afluente da margem direita do Xingu, cujos estimados 466 habitantes falam a língua Tupi-Guarani. Paracatejê Gavião: tribo indígena que habita a terra indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará. Falam a língua Timbira Oriental, da família linguística Jê. Também são chamados de parkatejê, com uma população estimada em cerca de 330 indivíduos. Curuaias: grupo indígena que habita o Sudeste do Pará, mais precisamente a área indígena Curuá e a terra indígena Xipaya-Curuaya. Falam a língua da família linguística Mundurucu. Mundurucus: tribo indígena que habita o Sudoeste do Pará, mais precisamente as áreas indígenas Cayabi, Mundurucu, Mundurucu II, Praia do Índio, Praia do Mangue e Sai-Cinza. Falam a língua da família linguística Mundurucu e têm uma população estimada de 7.000 indivíduos, distribuídos em cerca de 30 aldeias. Parakanã: tribo indígena que habita o Sul do Pará, mais precisamente a terra indígena Apyterewa, que fica em Altamira, próximo ao município de São Felix do Xingu. Falam a língua Tupi-Guarani e sua população estimada é de 1.266 indivíduos. Caiapós-Xicrins: tribo indígena que habita o Sudoeste do Pará, entre os rios Xingu e Tocantins, mais precisamente nas áreas indígenas Xicrin do Cateté e Trinchreira/Bacajá. Falam a língua Caiapó-Jê e sua população estimada é de 7.096 indivíduos. Informações disponíveis em: <<http://danbrandao.blogspot.com.br/2011/08/tbibos-indigenas-no-estado-do-para.html>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

Os novos e profundos desequilíbrios certamente têm causado medo entre os trabalhadores, afinal, perder o emprego em plena crise seria desastroso. Então, era necessário garantir os seus postos de trabalho a partir da “competência pessoal” e aceitar novas condições trabalhistas. Portanto, o incômodo causado pelos migrantes na cidade parece estar imbricado com as consequências da crise no DIM, e os gracejos e as piadas se tornam cada dia mais frequentes. Acerca desse tipo de posicionamento, é possível dizer que:

A linguagem é apenas a vigia da angústia [...]. Mas a linguagem se condena a ser impotente, porque organiza o distanciamento. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que pode transmitir do interior (OLIEVENSTEIN, 1998 *apud* POLLAK, 1989, p. 9).

Reginaldo inicia a sua narrativa com certo cuidado em falar sobre o que pensa dos amazonenses, tentando fazer uma seleção do que pode ser dito. Ele ressalta que essa é uma cultura “errada” sobre os migrantes e que, em Santarém (PA), não existe essa situação de roubos com frequência. O migrante justifica essa rixa na disputa pelo trabalho, a qual desponta como um dos principais motivos da rejeição do amazonense pelo paraense na cidade. O trabalho aparece com frequência em sua fala, em uma construção argumentativa e explicativa da relevância desses migrantes na capital manauara.

Segundo Sidney Chalhoub (2012, p. 70), a construção do conceito de trabalho passa por algumas etapas. A primeira reside no fato de que o trabalho traz ordem para a sociedade. O cidadão, enquanto trabalhador, usufrui de tudo o que a sociedade lhe oferece, e, em troca, ela lhe garante segurança, “os direitos individuais, a liberdade, a honra etc.”. Contudo, o cidadão contrai uma dívida para com a sociedade, tendo de pagá-la com o trabalho. Outro ponto marcante é a relação do trabalho com a moral: a dedicação e a abnegação que a pessoa tem no cotidiano trabalhista aumentam os seus atributos voltados para a moralidade.

Reginaldo salienta que os amazonenses não trabalham muito devido à questão cultural, dizendo que eles não são “*dados*” ao trabalho. Na realidade, ele absorve o discurso do colonizador, de que “o indígena era indolente”, não gostava de trabalhar, e tenta justificar a fama do paraense trabalhador a partir da sua ascendência, não mais com a origem indígena, mas como descendente de nordestino, principalmente do Ceará, do Maranhão e do Sul: “*só gente que trabalha muito*”.

A narrativa do depoente inclui períodos distintos da História, os quais são usados como argumentos para endossar a sua narrativa na saga do paraense/trabalhador em Manaus. A despeito desse processo, que muitas vezes nos parece confuso, Alessandro Portelli (1997b, p. 29) nos ajuda a refletir, sustentando que:

Algumas narrativas contêm recursos na “velocidade” da narração, isto é, na proporção da duração dos eventos descritos e a duração da narração. Um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios. Estas oscilações são significativas, embora não possamos estabelecer uma norma geral de interpretação: apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar atenção de outros pontos mais delicados. [...] há uma relação entre a velocidade da narração e a intenção do narrador.

Reginaldo, ao justificar a sua estadia e o emprego na capital, primeiro retoma a questão histórica acerca das raízes indígenas herdadas pelos amazonenses, e então reverbera o discurso do colonizador de que eles não são dados ao trabalho. Em contrapartida, desenvolve outra perspectiva sobre a razão de os paraenses serem tão trabalhadores: a de que eles seriam descendentes de nordestinos, negros, alemães e italianos, povos “*dados ao trabalho*”. Entretanto, o nosso entrevistado não sabe que muitos desses imigrantes vieram para o Brasil porque se encontravam em situações semelhantes à dos paraenses, ou seja, fugindo da pobreza, em busca de trabalho, ou porque foram expulsos de seus locais de origem etc. Dessa forma, Reginaldo procura se afastar da ascendência indígena, “esquecendo-se” ou negando que está em uma região de maior diversidade indígena³³, como já foi dito anteriormente.

A partir das seleções que os depoentes fazem, podemos acessar um passado revelador, que nos permite perceber a sua atuação enquanto sujeitos no processo histórico. Tais seleções ampliam a visão do presente, a partir de depoimentos individuais recheados de experiências desses atores, que nos possibilitam rever parte da História “oficial”, e até mesmo reconstruí-la. Assim, os depoimentos nos ajudam a analisar a discriminação como forte aliada do preconceito na capital manauara. Acerca da discriminação, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004, p. 12-13) infere:

Torna-se necessário, portanto, explicar a ubiquidade e permanência da discriminação nas sociedades modernas, sociedades em que as barreiras formais ou legais contra minorias foram abolidas. Um dos modelos que têm sido propostos para explicar essa surpreendente permanência é aquela denominada de “discriminação estatística”, que tem, a meu ver, a virtude de conectar explicitamente os preconceitos e estereótipos sociais ao comportamento discriminativo. Diz-se que “discriminação estatística” ocorre quando um indivíduo é julgado e tratado não por suas características individuais próprias, mas a partir daquelas que são imputadas, corretas ou incorretamente, ao grupo em que foi classificado. Dando um exemplo, empregadores, desconhecendo as qualidades reais de um candidato potencial a um

³³ “Dos cinco municípios brasileiros que possuem mais de 10 mil indígenas residentes, quatro estão localizados no Amazonas. As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo de 2010 e correspondem aos indígenas autodeclarados do país. Segundo o Censo de 2010, os dez municípios com maior concentração de população indígena concentravam 126,6 mil índios, o que corresponde a 15,5% da população indígena nacional. Os quatro municípios do Amazonas que possuem mais de 10 mil indígenas em seu território são: São Gabriel da Cachoeira (29 mil), São Paulo de Olivença (15 mil), Tabatinga (14,9 mil) e Santa Isabel do Rio Negro (10,9 mil). Conforme os dados do IBGE, o Norte do país permanece como a região com maior número de índios morando em áreas rurais. Em um total de 502 mil indígenas rurais, 48,6% moram nesta região.” Mais informações disponíveis em: <<http://geografia-ensinareaprender.blogspot.com.br/2012/04/censo-indigena-2010-novidades.html>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

emprego, utilizam um indicador externo (sexo, cor ou qualquer outra característica individual facilmente observável), que o coloca como membro de um grupo do qual se conhece o comportamento típico e real, e por este critério grupal o indivíduo é tratado.

Observamos que tem sido recorrente esse tipo de “discriminação estatística” contra os paraenses na cidade de Manaus. Muitos têm recebido esse tipo de tratamento, sobretudo nos locais de trabalho. Perguntamos ao senhor Cláudio Roberto Lisboa do Rego, industrial, migrante de Santarém (PA), sobre o cotidiano fabril, e ele nos disse:

Tudo é com muita dificuldade, porque, principalmente, você que vem do Pará pro Amazonas. Cê sabe que existe um pouco de preconceito de paraense com amazonense. Isso aí é fato. Tanto que a gente já viu até político, entendeu? Como que se diz? Governador falar besteira na mídia, na televisão, entendeu? Então, a gente, nós, não era só eu, era nós mesmo do Pará, né? A gente tinha aquele tipo de preconceito, né? Dentro da fábrica, entendeu? Então, era muito difícil, porque, primeiro, quando eles diziam: “Vixi, tira a farinha daí, porque essa daí é paraense!”. Entendeu? Se tu não colocar a farinha no teu prato, tu já vai ficar sem farinha, porque aqui na mesa tem paraense, entendeu? E também esse negócio de que paraense é ladrão, entendeu? Esse negócio de os caras vêm lá de outro canto tomar emprego dos outros. Isso daí era comum a gente receber, entendeu? Eu digo quando eu passei, quando eu passei a trabalhar na administração, eu tive um problema seríssimo com o meu colega, entendeu? Porque ele dizia como era que eu tinha comprado até casa, se eu só tinha carne na língua, entendeu? Não tinha nada, entendeu? Então, todo esse tipo de problema [...] Na realidade, eles não falavam assim na maldade, né? Eles falavam na brincadeira, entendeu? Mas não deixou, entendeu? Uma coisa que deixava a gente constrangido, entendeu? Às vezes, a gente até fugia, principalmente negócio de comida, quando a gente comia. Teve uma época que a gente, os paraenses iam tudo pra uma mesa só, porque, entendeu? Porque sempre tinha um gaiato que falava³⁴.

Questionado se os paraenses não revidavam essas afrontas, o depoente continuou a sua narrativa:

Revidava, revidava muito. Eu, pelo menos, eu dizia: “Quem mandou amazonense ser preguiçoso? Só quer comer jaraqui com farinha, tá satisfeito com isso!”. Esse meu amigo que disse que eu subi na vida muito rápido, eu falei pra ele: “Olha! Eu só tenho a minha mãe pra sustentar, minha mãe pesa 47 quilos, entendeu? Um vestido que a tua mulher vestir dá pra fazer uns três pra mãe, entendeu?”. Então, eu sempre tinha um detalhe pra falar, porque aí não tinha como ficar de baixo da humilhação, né? Brincando, brincando, a gente tinha de revidar de alguma forma, né? [...] Até hoje ainda tem, né? [...] Eu tô na administração, melhorou, pra ti ter uma ideia, mas não parou o preconceito. Quando eu entrei nesse setor, tinha cinco pessoas que trabalhavam comigo, entendeu? Aí foram se desfazendo das pessoas, hoje só tá eu. Então, eu não tinha mais ninguém, só as pessoas do corredor, né? Quando a gente passa, a gente ouve³⁵.

Diante de sua última afirmação, indagamos o entrevistado se ele percebia que as frases preconceituosas eram direcionadas a ele, ou seja, aos paraenses. E Cláudio assim respondeu:

Não, a gente sabe que é, entendeu? Porque a pessoa não sobe e não quer que ninguém prospere, entendeu? Então, você observa, apesar de eu já tá com 23 anos já lá, tem outros pessoas que são da minha época, e aí eles ainda continuam praticamente a mesma coisa, no mesmo setor, na mesma função, entendeu? Eles

³⁴ Cláudio Roberto Lisboa do Rego, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

³⁵ Idem.

falam: “Olha aí o paraense, veio puxando a carrocinha pra cá, agora tá no escritório e nós aqui na quentura”. Na brincadeira, né? Mas aí eles falam, eu falo amazonense em termo, né? Porque existe lá pessoas de Minas, existe pessoas de outros estados a não ser do Pará, né? Mas, mais é o amazonense mesmo³⁶.

Os relatos de Cláudio são memórias de um migrante que experimentou e experimenta o cotidiano de uma cidade, que tem andado em um ambiente austero e que, como muitos migrantes, tem sofrido preconceito de diversas maneiras. Nem sempre esse preconceito é ouvido sem resistência, já que o entrevistado afirma que *“não tinha como ficar de baixo da humilhação”*, e por isso revidava o que ouvia em forma de brincadeira (*“brincando, brincando, a gente tinha de revidar de alguma forma, né?”*). E assim ia se estabelecendo em sua relação com o preconceito sofrido e também com o outro.

O discurso, além de ser uma fala proferida para o público, é uma exposição didática de um determinado assunto. Michel Foucault (1996, p. 8) diz que o discurso traz consigo uma *“[...] inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar, sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence, inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina [...]”*.

O discurso tem uma essência perigosa, é verossímil, carrega consigo a vontade de verdade, que, segundo Foucault (1996, p. 20), é uma vontade de possuir o desejo e o poder. Assim, o verdadeiro discurso é o que se liberta do desejo e do poder, contraria a vontade de verdade, e não a reconhece (FOUCAULT, 1996, p. 20). Por trás desse discurso, se escondem questões sociopolíticas mal resolvidas pela esfera governamental, como a falta de moradia e a inferiorização do ser humano, alimentando um discurso de ódio contra os migrantes, como já foi dito anteriormente.

Cláudio recorda com particularidade a saga paraense no mundo fabril, a luta pela sobrevivência, tendo de enfrentar a discriminação por ser paraense. Mas, quando ele diz: *“Cê sabe que existe um pouco de preconceito de paraense com amazonense. Isso aí é fato”*, não obstante tenha experimentado diversas situações constrangedoras dentro da fábrica, a ponto de se afastar da mesa dos demais trabalhadores, juntamente com seus conterrâneos, em uma tentativa de *“comer em paz”*, ele procura menosprezar a gravidade do problema, muito embora pareça mais uma resistência, já que Cláudio está em uma terra *“alheia”*. Com *“arrojadas”* piadas sobre os paraenses, o constrangimento vinha sem disfarces, sem camuflagem, como em: *“Vixi, tira a farinheira daí, porque essa daí é paraense! Entendeu? Se*

³⁶ Cláudio Roberto Lisboa do Rego, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

tu não colocar a farinha no teu prato, tu já vai ficar sem farinha, porque aqui na mesa tem paraense”. E a intenção era atingir frontalmente os trabalhadores do Baixo Amazonas.

Na percepção, ou “na fronteira do não dizível”, Cláudio afirmou que as brincadeiras feitas “*não eram na maldade*”. Mikhail Bakhtin (1987, p. 81-82), analisando as brincadeiras na Idade Média, aponta que, nas praças públicas, perante as festas, diante de um banquete, retirava-se o teor sério em forma de um disfarce, e era possível escutar outra forma de verdade que se apresentava através da comicidade, “[...] através das brincadeiras, obscenidades, grosserias, paródias, pastichos etc.”.

As observações feitas acima cabem também para compreendermos as brincadeiras recíprocas entre os trabalhadores. No tom cômico, fala-se o que quer, verbalizam-se algumas ideias que, no tom sério, talvez não “caíssem” muito bem. A exemplo, a disputa pelas posições ocupacionais dentro da fábrica favorece esse tipo de comportamento discriminatório.

Importa lembrar que os conflitos gerados no âmbito do trabalho estão intimamente relacionados ao sistema capitalista e a toda a sua estrutura, que causa desigualdades entre as relações. A narrativa de Cláudio nos faz perceber as disparidades sociais no mundo do trabalho, de forma específica do Distrito Industrial de Manaus, onde as disputas são percebidas por meio da determinação, do esforço pessoal de cada trabalhador almejando um destaque profissional.

Nesse sentido, o depoimento de Cláudio pode nos revelar os pormenores do cotidiano fabril no DIM, conflitos que talvez não fossem perceptíveis em outros tipos de documentos. As fontes orais trazem consigo essa especificidade e não se limitam a narrar o que uma determinada população fez, mas constroem uma narrativa cheia de esforço na interação do depoente com a sua história de vida.

Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Se a aproximação para a busca é suficiente ampla e articulada, uma seção contraditória da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. [...] A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história. Subjetivamente, faz tanto parte da história quanto os “fatos” (PORTELLI, 1996, p. 33).

As fontes orais nos permitem entender os embates entre trabalhadores que vêm em forma de “brincadeiras”. Os tons de gracejos vêm “requintados” de inferiorização, desprezo e ódio. Brincando, o ódio vai se fortalecendo entre os amazonenses e paraenses no âmbito das fábricas e em outros espaços da cidade. Atualmente, como já foi dito, tem sido comum vermos esse sentimento externado em vários locais, tornando-se “parte” do cotidiano, e as narrativas nos possibilitam observar de que forma os paraenses têm reagido a essa realidade.

Quando perguntamos ao senhor Marcio Galucio Ribeiro, aposentado, migrante do município de Juruti (PA), se ele expressava algum tipo de reação diante do preconceito e discriminação sofridos na capital amazonense, ele nos disse:

*Não, só o preconceito que eu sofri aqui, é que os homens, a turma aqui, quando eles me enxergavam, eles dizem: “Lá vem o paraense! Lá vem o paraense! Cuidado com o teu bolso! Cuidado com o teu bolso! Lá vem o paraense!”. Só isso é o preconceito, [...] Eu chegava e dizia: “Vem cá, todos vocês são brasileiro?”. Aí eles diziam: “Graças a Deus”. “Então tudo é ladrão!” [risos]. Aí eles ficavam naquela roda, toda vez que eu passava lá que eles tavam naquela roda. Era aquele preconceito pra cima de mim, eu era paraense, que eu metia a mão no bolso dos outros, não sei o que e tal. Aí eu dava essa na cara deles [risos]*³⁷.

Se, de um lado, as “brincadeiras”, que recobrem e disfarçam a seriedade, têm sido toleradas e mesmo rebatidas com outras “brincadeiras”, como nos conta Marcio, de outro, nem todos utilizam o humor como estratégia. Sendo assim, faz-se necessário apontar que casos extremos também estão presentes na realidade manauara. Basta uma olhada com mais cuidado nas colunas policiais de jornais diários de Manaus para encontrarmos notícias de brigas que acabaram com feridos, e até mesmo mortos, em função do preconceito.

Segundo matéria veiculada em 27 de janeiro de 2006, no jornal A Crítica, um homem foi morto porque chamou o outro de paraense.

Homem é morto com seis tiros após chamar o outro de paraense
O eletricitista Gilson Marques Rocha, 28, foi morto na noite de anteontem, com seis tiros por volta das 21h45, no beco da Amizade, bairro São José 2, Zona Leste, o crime teria sido cometido por dois homens. [...]
Uma testemunha disse que Gilson bebia com um amigo, Reinaldo dos Santos, 18, quando Fábio chegou à mercearia. A vítima teria perguntado em tom de ironia se Fábio era paraense, usando o termo de forma pejorativa.
Fábio teria se irritado com Gilson e o ameaçou ao sair da mercearia. Segundo as testemunhas, a vítima teria ido atrás de Fábio e entrado no Beco da Amizade, onde os dois brigaram [...]. Gilson teria se deparado com Fábio e Aldemir, que armados atearam executando com seis tiros, dois na cabeça, dois na virilha, um no tórax e outro em uma das mãos³⁸.

A morte de Gilson é um dos agravantes que a cidade tem presenciado no que tange ao preconceito contra paraenses. A partir dessa matéria jornalística, observamos que Fábio, um dos acusados do crime, não sendo paraense, se ofendeu pelo sentido pejorativo que a palavra “paraense” adquiriu ao longo dos anos em Manaus. Ser chamado de paraense na cidade é ter o “sinônimo de ladrão”. A “brincadeira” fez a vítima fatal pelo preconceito interestadual.

³⁷ Marcio Galucio Ribeiro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 8 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

³⁸ Cf. Jornal A Crítica, publicado em 27 de janeiro de 2006, p. 7.

Os crimes de discriminação³⁹ podem ser vistos todos os dias. É o que nos conta a senhora Marta Freire de Oliveira Freitas, professora, migrante do município de Santarém (PA), sobre a situação que enfrenta no seu cotidiano em alguns espaços de sociabilidade que frequenta.

Pra onde eu vou, eu ouço esse tipo de preconceito, por onde eu ando, no centro da cidade, no meu trabalho, por onde eu ando, e às vezes aqui na Igreja. Mas a gente tira por menos, leva tudo na brincadeira [...]. Mas eu mostro pra pessoa, por exemplo, uma das diretoras das escolas que eu trabalho, ela teve a situação difícil de relacionamento com uma pessoa do mesmo estado. Ela é paulista, e essa moça é do Pará, até da cidade onde eu moro, de Santarém. Então ela tinha assim, ela absorveu essa rixa, né? Entre amazonense e paraense. Então eu mostrei pra ela, que a gente, com a convivência da gente, a gente não pode generalizar, né? Então, através da convivência, ela percebeu que não foi só eu que passei pela escola que sou do estado do Pará, e que os paraenses são honestos, de bom caráter, né?⁴⁰

Notamos que as maneiras de interpretar e lidar com o preconceito sofrido vêm se apresentando de modos bem diferenciados, desde o revide em forma de brincadeiras até casos extremos de violência. Em seu depoimento, Marta nos conta sobre os constrangimentos contínuos que vêm ganhando força. Ela diz que “*pra onde eu ando, no centro da cidade, no meu trabalho, por onde eu ando, e às vezes aqui na igreja*”, se depara com situações de cunho preconceituoso e discriminatório, mas leva na brincadeira, para não gerar conflitos. Ela percebe a gravidade do problema, no entanto, procura não avançar para uma discussão que cause maiores transtornos, evitando, assim, contratempos na sua permanência em Manaus, ou talvez, tenha medo de que isso repercuta na sua sociabilidade, já que são lugares de trabalho, igreja, e mesmo o centro da cidade. Marta afirma não ligar muito para essas brincadeiras, contudo observa com peculiaridade as ações das outras pessoas em relação à sua naturalidade.

Cabe destacar que o local de trabalho, como espaço de disputa, tem sido um campo fértil para a disseminação do preconceito. A partir da fala da depoente, evidencia-se que esse estigma pode ter relação com a luta pela sobrevivência, e que esta é vinculada às condições da força de trabalho. A disputa acirrada pela concorrência dos postos de trabalho é concomitante com o expressivo contingente populacional que a cidade acolhe.

É pertinente ressaltar que há migrantes de todas as regiões do país que também colaboram para que esses dados sejam elevados. A competição pelo mercado de trabalho dilata a competitividade entre os trabalhadores migrantes e locais. Como já percebemos no

³⁹ “1940 (Código Penal). A Lei 9.459, de 13 de maio de 1997 reza, em seu artigo 1º: ‘Serão punidos, na forma da lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional’. O Artigo 20 da mesma Lei fala em ‘praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, etnia, religião, ou procedência nacional’. Ademais, acrescenta um terceiro parágrafo ao Artigo 140 do Código Penal, que trata da injúria, para apenar com reclusão ‘de um a três anos e multa’ a injúria, que ‘consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem’.” (GUIMARÃES, 2004, p. 19).

⁴⁰ Marta Freire de Oliveira Freitas, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

depoimento de Marta e dos demais paraenses entrevistados, o mercado de trabalho não se dá somente no ambiente formal, indústria e órgãos públicos, ele se estende também pelo mercado informal. Nossos depoentes também são trabalhadores autônomos: vendedores, empresários, instrutores de autoescola etc.

Podemos perceber que essas rivalidades sobre a disputa do mercado de trabalho são recorrentes. Sidney Chalhoub (2012, p. 61) faz uma análise sobre o trabalho e a mentalidade da classe trabalhadora carioca no período pós-abolição. O autor observa a reconstrução acerca dos preconceitos de âmbitos racial e nacional nesse cenário histórico, sincronizados por uma sucessão de imposições difundidas de forma vertical tanto pelas classes dominantes quanto pelos acordos dos populares às condições reais do duelo pela sobrevivência.

Em suas palavras:

A cidade do Rio de Janeiro, na época, reunia contingente de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e de serviços. Essa população pobre, continuamente engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, lutava na prática com uma dificuldade ingente em arrumar emprego e tinha de se sujeitar a receber salários baixos que deterioravam ainda mais suas condições de existência (CHALHOUB, 2012, p. 61).

Percebemos, em Manaus, uma luta pela sobrevivência entre paraenses e amazonenses na disputa pelo viver na cidade. A partir das entrevistas, temos a possibilidade de observar a narrativa dos acontecimentos por outro ângulo, qual seja aquele dos sujeitos que são objeto, no caso deste trabalho, do preconceito e da discriminação. Importa entendê-los não como vítimas inocentes, que simplesmente recebem uma carga de ofensas, mas sim como sujeitos que reagem e interagem, e também compõem argumentos para defender a sua condição de trabalhadores que lutam pela sobrevivência como quaisquer outros.

Compreender como se sentem e se posicionam nessa realidade se mostra importante para entender as próprias tramas de uma sociedade dividida em classes, competitiva, na qual a obtenção do lucro a qualquer custo impõe e vem regendo a constituição das relações sociais na cidade. E, para além disso, possibilita compreender como os sujeitos se movimentam e interferem na composição dessa trama, ora se acomodando, ora lutando, se posicionando em busca de espaço, mas sempre se colocando como sujeitos de sua própria história.

A história contada pelas pessoas “comuns”, com suas experiências na cidade, por meio dos sons e das palavras proferidas, tem permitido democratizar a História, uma vez que é transmitida do presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado (PESAVENTO, 2007, *passim*).

1.4 “[...] me lembravam muito as minhas raízes, o interior de lá, onde tinham as festas, da onde o meu pai tocava”: as festas paraenses como um rico campo de possibilidade historiográfica

As festas e associações paraenses também podem ser pensadas a partir das falas dos migrantes como formas/espacos de resistência para permanecer na cidade. É possível, ainda, observar esses elementos para além de formas de resistência, como influência ou colaboração na constituição efetiva dos modos de viver na cidade de Manaus. Embora venham sofrendo forte preconceito e discriminação, esses migrantes criam estratégias de resistência para terem o direito à cidade, ressignificando o novo espaço vivido, qual seja um pouquinho do lugar que foi deixado socialmente para trás. Rememorar e praticar as festas têm se revelado atitudes fundamentais para a permanência em Manaus.

É importante considerar que muitos historiadores vêm mostrando interesse por uma vertente de pesquisa com pouca visibilidade, deixando de lado temas dominantes que despontavam como objeto de estudos historiográficos. Conforme Rachel Soihet (1992, p. 44), a historiografia abarcou novas tendências, ao resgatar elementos que ficavam à margem das análises, no intuito de recuperar as manifestações e a diversidade de resistência. Uma das principais problemáticas em relação às poucas abordagens desse tema é a dispersão dos registros no que diz respeito a esses novos segmentos. A análise dessas questões é difícil de compilar, pois elas chegam com mais facilidade através da oralidade. Assim sendo, compete ao historiador,

Nessas circunstâncias, valer-se de “elementos imponderáveis: o faro, o golpe de vista, a intuição”, a fim de obter as pistas, os índices que lhe possibilitaram superar a opacidade e a fragmentação da documentação e desvendar o universo daqueles segmentos (SOIHET, 1992, p. 44).

A autora lembra que, com base em pesquisas antropológicas, um número considerável de historiadores concebe a cultura como “[...] a história das ações ou noções subjacentes à vida cotidiana”, afluindo para uma imaginação desse conceito de forma abrangente, social e temática, incutindo as crenças, arte, moral, lei e costumes, e, ademais, incluindo outras capacidades e hábitos possuídos pelo homem que está inserido em uma sociedade. Caminhando para uma ideia integral, no entanto processual, inclinada para a transformação cultural e suas maneiras de ocorrência (SOIHET, 1992, p. 44-45).

Alguns historiadores, como Robert Darnton (1988, p. XIII), por exemplo, dizem que a História Cultural dá o mesmo tratamento à civilização atual que os antropólogos dão à análise cultural exótica. O que faz o historiador nas análises de cunho cultural é o olhar etnográfico

lançado sobre a maneira como as pessoas comuns compreendem o mundo. Dessa forma, ele almeja procurar a sua cosmologia, compreender a forma de conceber e organizar a realidade manifestada em seu comportamento.

Carlo Ginzburg (1987, p. 12) sustenta que, a partir do conceito de “cultura primitiva”, foi possível legitimar aquelas pessoas, em outras circunstâncias determinadas paternalistas, como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuidores de cultura. Sua concepção de circularidade cultural viabilizou o entendimento de reciprocidade entre culturas de segmentos que dominam e de subalternos.

Os autores mencionados acima nos ajudam a pensar sobre a cultura a partir da resistência simbólica criada pelos paraenses que moram na cidade. Para permanecer, e também para impor na cidade seus modos de ser e viver, os migrantes têm criado estratégias de resistência, como as manifestações culturais. Assim, muitas festas têm sido recriadas na capital amazonense para relembrar os lugares de origem desses sujeitos.

Quando perguntamos ao nosso entrevistado Cláudio, se ele já havia participado de alguma festa especificamente paraense, ele nos contou:

Quando tem alguma atividade relacionada ao Pará, eu sempre tô presente, até porque as amizades são grandes, né? A Festa Paraense, recentemente, foi um sucesso. Lá, o Pinduca, lá, deu um show lá, entendeu? Teve várias bandas de lá de Santarém, lá no Fast Club, e foi muito legal, regado à culinária, às iguarias, entendeu? Tinha bastante coisa, tipo maniçoba, pato no tucupi, entendeu? Vatapá, essas coisas nossas mesmo⁴¹.

Cláudio fala dos principais entretenimentos na cidade. As festas que ocorrem nas noites manauaras são lugares certos, como o Boi Manaus (festa típica do Amazonas que fomenta as toadas dos Bois Garantido e Caprichoso), o Carnaval e a Festa Paraense, recheada de bandas e cantores, como Pinduca⁴², o ícone do Carimbó.

Na Festa Paraense, a culinária é uma forte aliada para matar a saudade de casa, e o evento entrou para o calendário dos migrantes. Realizada sempre no mês de julho, nosso depoente ressalta que não perde esse acontecimento, “até porque as amizades são grandes”,

⁴¹ Cláudio Roberto Lisboa do Rego, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

⁴² Pinduca é um dos maiores representantes da cultura popular no Brasil. Cantor e compositor, o “Rei do Carimbó”, como é carinhosamente conhecido em todo o Brasil, criou ritmos como: Sirimbó, Lári-Lári, Lambada e Lamgode. Ele já gravou 30 discos, em 30 anos de carreira, desde 1973, quando gravou o seu primeiro disco, até os seus últimos lançamentos, realizados pela Somzoomsat, com destaque para o seu 29º disco, “Pinduca ao Vivo”. Pinduca divulgou o seu ritmo em vários países, como Bolívia, Peru, Colômbia, Angola e Guiana Francesa, e fez um grande sucesso na excursão realizada em agosto de 2000 para a Alemanha, com sua banda completa, onde participou do festival de música brasileira Heimatrlange. Mais informações disponíveis em: <<http://www.bregapop.com/component/content/article?id=32:historia-de-pinduca>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

ou seja, há uma familiaridade, e os laços de sociabilidade são fortalecidos a partir dos interesses compartilhados.

Notamos, assim, que os paraenses têm buscado marcar a sua presença na cidade através de segmentos culturais, como, por exemplo, as festividades. O evento Festa Paraense foi criado por migrantes do Pará radicados em Manaus, no intuito de acabar com o “ranço” entre os dois estados. Nos últimos anos, tem se fortalecido através dos meios midiáticos, com propagandas do tipo: “*Arraiá Pai d’Égua, Arraial paraense em Manaus, Atrações: Pinduca ‘o rei do Carimbó’, Cordão do Marambaia, Segura Pisada, Amazon Beach, Acontecerá dia 19 de julho de 2014, Festa Clube (antigo Fast Clube), Estrada dos Franceses*”⁴³.

A respeito desses interesses sobre a cultura como potência motivadora das transformações históricas, autores como Edward Thompson (1987, p. 10) afirmam que não há como dissociar a classe da formação social e cultural. O autor destaca que a classe ocorre no momento em que alguns homens, como consequência de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), percebem e proferem a interação de conveniência entre si e oponentes a outros homens dos quais os interesses divergem (e, na sua maioria, se posicionam contrários) dos seus. A experiência de classe é definida em larga abrangência pelas relações de produção nas quais os homens foram concebidos, ou, de outra forma, são inseridos, independentemente de suas vontades. A consciência de classe é a maneira como essas experiências são polidas no âmbito cultural, incorporadas em tradições, processos de valores, princípios e formas institucionais.

Os novos moradores da cidade têm recriado os espaços de sociabilidade a partir de elementos da cultura que os fazem se lembrar dos costumes e dos modos de vida no interior paraense. Dessa maneira, importa resgatar as inúmeras experiências dessas pessoas a partir das festas como um dos segmentos da resistência. Assim, conseguimos o depoimento daqueles que atuam na cidade como sujeitos desse processo. Perguntamos à senhora Jane Galúcio Cerdeira, professora, migrante do município de Curuai (PA), se ela frequentava as festas na cidade, e ela nos relatou:

Os lugares que eu me identificava, apesar de eu já conhecer, eu tava fazendo um curso de artes. Então, eu já conhecia música popular brasileira, a história, as artes plásticas de um modo geral, conhecia a importância do patrimônio arquitetônico da nossa cidade, que tem todo um significado histórico e tudo o mais. Mas eu me identificava muito mais com os guetos lá da Zona Leste, sabe? Da onde era o meu povo, o meu lugar, das pessoas que eu me identificava. Então, eu lembro muito que tinha uns lugares nesses bairros pra lá que se chamavam, nessa época, eram os “inferninhos”, aí eles diziam assim: “Vamos no ‘inferninho?’”, e eu já tava professora, e aí nós saíamos sexta-feira depois do 5º tempo, a turma saía pros

⁴³ Disponível em: <<http://www.oimpacto.com.br/intercambio/festa-em-manaus-visa-aproximar-populacao-do-para-e-amazonas>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

“inferninhos”, e a gente ia de “inferninho” em “inferninho”, fechando os “inferninhos”. A gente ia num tal de Acapucu, que tinha lá na Grande Circular, e depois a gente ia pros lugares não sei, e terminávamos lá na Panair, comendo peixe assado, e de lá que cada um ia pras suas casas. Então isso, o tipo de música, a sonoridade, as músicas que eram tocadas é... me lembravam muito as minhas raízes, o interior de lá, onde tinham as festas, da onde o meu pai tocava⁴⁴.

Jane, já na faculdade, não se dissociava das suas lembranças interioranas recheadas de saudades. Segundo ela, conhecedora do que é a chamada música popular brasileira⁴⁵ e das artes diversas, ela não se esqueceu da cultura que absorveu no interior paraense.

Clinford Geertz (1978 *apud* BURKE, 2005, p. 52) assevera que a cultura é um padrão historicamente disseminado, traduzido em símbolos, ligado a um conjunto de elementos herdados, expressos em formas simbólicas, através dos quais os homens interagem, eternizam e difundem o conhecimento e suas atividades a respeito da vida.

Dessa forma, Jane exprime a necessidade de buscar em Manaus sistemas simbólicos que representem o seu povo, “a sua gente”, como ela diz. Assim, buscou os guetos da Zona Leste para se aproximar dos seus costumes interioranos. A fala da migrante retrata bem como a Zona Leste é percebida por muitos moradores das outras áreas da cidade como um lugar de exclusão.

Sandra Jatahy Pesavento (2001, p. 28), analisando a cidade de Porto Alegre no final do século XIX, nos instiga a refletir que esses espaços, como a citada Zona Leste, são qualificados como redutos dos excluídos, territórios dados à condenação, amaldiçoados, esquecidos. São os espaços onde se aloja boa parte dos migrantes que chegam à cidade. Esses homens e mulheres procuram espaços de sociabilidade, percebidos na fala de Jane como os “inferninhos”⁴⁶, comuns em várias zonas da cidade. Tais localidades são rotuladas de

⁴⁴ Jane Galúcio Cerdeira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 3 de março de 2015, na cidade de Manaus.

⁴⁵ “Realizando atualmente uma pesquisa, que procura inventariar e avaliar a produção de folcloristas e memorialistas sobre ‘festas, danças e músicas populares’, entre 1850-1950, localizamos uma importante discussão, comandada por intelectuais ligados à música, envolvendo as definições e os significados do que entendiam como a ‘música popular brasileira’. Consagrada a partir das décadas de 30 e 40 por Mário de Andrade e Gilberto Freyre como ‘a mais forte criação de nossa raça’ e ‘arte mais totalmente nacional’, foi possível perceber que, desde o final do século XIX, já existiam importantes esforços de valorização e resgate da ‘música popular’, acompanhando de perto as polêmicas criações sobre o caráter nacional brasileiro. Se é válida a utilização dos termos ‘música popular’ – e também ‘cultura popular’ – na pesquisa ou no ensino da História, como costume defender, estou certa de que é importante que se aprofunde a História desses conceitos, no Brasil, para que sejam identificados os juízos de valor, as idealizações, as homogeneizações e as utilizações político-ideológicas que sempre os acompanharam, tais como local da autenticidade, do conservadorismo, da resistência e, no caso em questão, da alma nacional. [...] Sem jamais terem chegado a um acordo, o melhor recurso que os autores encontraram para definir as características gerais da ‘música popular’ nas sínteses históricas que procuraram construir, foi mesmo a eleição de alguns gêneros musicais.” (ABREU, 2001, p. 683).

⁴⁶ Designação popular de certas boates menos refinadas. Definição disponível em: <<http://www.dicio.com.br/inferninho>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

perigosas, tidas como ambientes de prostituição, tráfico, roubos e furtos. Foi assim que referenciou, em 22 de setembro de 2013, o jornal *Em Tempo*:

Prostituição, tráfico, roubos e furtos eram constantes, na época dos famosos “inferninhos”, tanto no centro, Zona Sul, nas proximidades do calçadão do Relógio Municipal, como também na praia da Ponta Negra, Zona Oeste da Manaus. [...]. Os trabalhadores fazem uma comparação com o antes e o depois das retiradas desses bares que não tinham segurança, higiene e representam riscos à saúde e até à vida dos frequentadores, pois proporcionavam convívio de pessoas envolvidas com o crime⁴⁷.

A reforma acima mencionada faz parte de um projeto recente de revitalização de Manaus⁴⁸. O discurso do jornal busca apresentar uma cidade menos violenta, na contraposição com outro momento vivido naquele território.

É preciso notar, no entanto, que esses pronunciamentos não deixam de revelar interesses de grupos dominantes. Roger Chartier (1990, p. 17), em suas análises sobre as representações⁴⁹ do mundo social, entende que as percepções do social não são, de maneira alguma, discursos neutros: criam estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que, em boa parte, têm uma tendência de estabelecer autoridade sobre os outros, por eles ignorados, a validar um projeto que visa a reformas para as próprias pessoas, preferências e atitudes.

As músicas que, de alguma forma, lembravam o interior em que a migrante viveu são sonoridades que despertam a atenção da depoente, imbricando nas práticas simbólicas das festas de “sua” cidade. Se frequentar os “inferninhos” era, e ainda é, considerado hostil, arriscado para muitos moradores da cidade, para Jane era uma satisfação. Mesmo que já tivesse contato com a considerada “*boa música popular brasileira*”, ela não abria mão de se divertir nas noites de sexta-feira.

Nesse sentido, concordamos que a festa é “[...] um campo maravilhoso de observação para o historiador: momento de verdade em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação até filtrar metaforicamente todas as suas tensões” (VOVELLE, 1991, p. 246).

As festas que os migrantes costumavam/costumam frequentar são espaços em que eles buscam partilhar seus interesses em comum. Quando perguntamos ao senhor José Antônio de

⁴⁷ Cf. *Jornal Em Tempo*, publicado em 22 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.emtempo.com.br/mudancas-no-centro-e-na-regiao-da-ponta-negra/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

⁴⁸ Mais informações sobre o projeto de revitalização encontram-se disponíveis em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/projeto-Ponta-Negra-sai-dezembro_0_595140523.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

⁴⁹ “As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Aquino Santos, professor, migrante do município de Óbidos (PA), qual foi a forma de lazer que ele buscou na cidade, ele nos respondeu:

É, geralmente eu sou mais caseiro, né? Encho a minha piscina lá em casa, é claro, né? De plástico, né? [risos] Mas coloco um sonzinho. Às vezes, asso uma carne e uma cerveja. É a minha forma de lazer, né? Às vezes, saio, costumo ir na festa que geralmente o pessoal de Óbidos promove, né? É... Geralmente, eles promovem nos dias das mães e nos dias dos pais, e no aniversário de Óbidos, que é no dia 2 de outubro, por aí. Já saí direto, mais nas festas, mas hoje em dia não saio não, é difícil⁵⁰.

Percebemos que, ao iniciarmos a entrevista, havia dificuldades, tanto na fala de José Antônio quanto nas falas dos outros depoentes, em narrar as festas que eles frequentavam. Parece que não queriam, ou não se sentiam à vontade para falar das experiências que tiveram nesses eventos. Observamos que muitos deles hesitaram em falar do seu comportamento; não negavam, mas pareciam querer manter distância dessas lembranças, ou não arriscavam dizer algo que pudesse ser “comprometedor”. Essa situação aponta para a reflexão de Alessandro Portelli (1997a, p. 9), quando aborda a reciprocidade de observação entre entrevistador e entrevistado, bem como a variação de perguntas e respostas:

Perguntei-lhe porque, então, havia cantado canções fascistas. “Bem”, respondeu, “você perguntou por canções dos tempos antigos, canções de quando eu era jovem. Eram essas que nos faziam cantar naqueles tempos”. Trento não me conhecia, quando eu gravei sua fala pela primeira vez. Sua experiência de vida ensinou-lhe que estaria mais resguardado cantando canções religiosas, rituais, sentimentais, humorísticas ou conservadoras para alguém de fora que não se parecia ou falava como operário e que não havia dito nada sobre si mesmo.

Assim como Portelli (1997a) alerta para a necessidade de se estabelecer uma relação de igualdade e confiança com os entrevistados, pudemos perceber na prática essa necessidade. A princípio, foi difícil, e observamos que, do mesmo modo que Trento não revelou a sua identidade no primeiro momento, temendo saber quem era o entrevistador, nossos depoentes também temeram revelar os seus comportamentos nas festas promovidas em Manaus. Foi necessário nos aproximarmos mais de uma vez de nossos migrantes, criando uma familiaridade, ou seja, estabelecermos um ambiente de confiança recíproca para que pudessem confiar a nós as suas vivências.

Natalie Zemon Davis (1990, p. 87) vê as festas como um componente importante da vida comunitária (até mesmo da garantia de sobrevivência), visto que explicam de forma intensa a dimensão dos papéis sociais e o enfrentamento dos símbolos que eles representam. Contudo, indagamos novamente o senhor José Antônio sobre o que lhe lembravam as festas de Óbidos, e ele nos deu a seguinte resposta:

⁵⁰ José Antônio de Aquino Santos, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 16 de março de 2014, na cidade de Manaus.

Agora, no momento, quase que eu não vou nessas festas, porque a tradição que tinha é na época. Logo que eu cheguei aqui, tinha as festas de Óbidos, essas festas que eu falei agora há pouco, e as festas eram tipicamente, é elas assim, seguiam os molde das festas de Óbidos que tocava de tudo, tocava dance, tocava forró, tocava carimbó, tocava é calypso, entre outros ritmos. Aí as bandas geralmente vinham com esses moldes e eu gostava muito. Atualmente, a questão da cultura do forró, ela quebrou essa ideia, né? De tradição, era uma tradição de trazer as bandas pra nós, revermos aquela situação que nós vivenciava lá. Mas agora foi quebrado. A gente vai numa festa de Óbidos e é o mesmo que a gente tá numa festa popular daqui dos finais de semana de Manaus. Eles procuram inovar trazendo uma banda, por exemplo, o Pinduca às vezes, e a banda Sayonara, mas enfim, no final das contas, só se resume em forró. Até mesmo, eu estive agora há pouco lá em Óbidos, o que é claro aqui, até mesmo lá na cidade, devido à influência das pessoas que são de Óbidos e moram em Manaus, é o forró. Você vai em Óbidos, quase você não vê mais aquelas festas que tinham nas décadas de 80 e 90, né? Que eram as festas mesmo que bombavam com DJ e tal. E hoje não, é só no forró. Também acredito tipo assim é que a questão da cultura, né? Da população, a gente vai acumulando ao longo da nossa existência, ou seja, da nossa vida⁵¹.

José Antônio inicia dizendo que não vai mais às festas com tanta frequência. Saudoso, ele revela que as festas não são como antes, e que aquelas das quais ele participava apresentavam uma variação de ritmos, a exemplo de *Dance*⁵², *Carimbó*⁵³ e *Calypso*⁵⁴. O depoente ressalta que, em sua visão, as festas eram dinamizadas. Ademais, essas práticas festivas são classificadas como “brega”.

Sobre o brega paraense, Tony Leão da Costa (2011, p. 1) diz que, “grosso modo”, o termo brega é compreendido em todo o país como música “cafona” e sem refinação musical, contrário ao “conceito” de música de boa qualidade.

Esse modo de classificação musical foi notado a partir dos anos de 1980, para explicar uma canção diferenciada da canção popular. Contudo, o “brega” vem ganhando espaço e tem sido aceito sobremaneira em cidades como Manaus, Belém e Recife. Ele está vinculado às

⁵¹ José Antônio de Aquino Santos, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 16 de março de 2014, na cidade de Manaus.

⁵² É o nome que se dá às formas comerciais de músicas eletrônicas. Disponível em: <<http://www.dancehitz.com.br>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

⁵³ Apesar de a manifestação cultural ter se originado entre os escravos, o nome carimbó tem origem indígena. Vem do tupi *karimbó* (pau que produz som), junção de *curi* (pau oco) e *m' bó* (furado, escavado). Os primeiros carimbós – ou curimbós – eram feitos de madeira oca e cobertos em uma das extremidades. Com o tempo, carimbó passou a ser referir não apenas aos tambores, mas também à dança associada ao ritmo produzido pela percussão. Hoje, a expressão carimbó é utilizada majoritariamente como referência à expressão que envolve festa, música e coreografia características e tradicionalmente reproduzidas no Nordeste paraense. Os temas das canções, em geral, são alusivos a elementos da fauna e da flora da região, ao dia a dia ao trabalho e às práticas cotidianas. Mais informações disponíveis em: <<http://www.cultura.gov.br/noticias-destaque/-/asset-publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1213103>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

⁵⁴ É uma banda brasileira de *calypso* e brega *pop*, com influências de ritmos regionais do estado de origem, formada em Belém do Pará, no ano de 1999, pela cantora Joelma Mendes e pelo guitarrista e produtor musical Claudivan Almeida Farias, mais conhecido como Chimbinha. No início, a divulgação do trabalho só se restringia às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Mesmo como preconceito por seu gênero musical e sua origem, a banda tornou-se líder absoluta na vendagem de CDs e DVDs dos anos 2000. Mais informações disponíveis em: <<http://musica.com.br/artista/banda-calypso/biografia.html>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

formas de sociabilidades localistas, bem como faz parte da identidade regional (COSTA, 2011, p. 1).

Sobre a distinção entre as festividades populares e as festividades mais seletivas, Mikhail Bakhtin (1987, p. 50) analisa a obra rabelaisiana sobre a cultura cômica popular no Renascimento, que é imensurável e, como é possível observar, intensamente heterogênea nas formas de manifestações. No que diz respeito a ela, o propósito de sua análise é teórico e embasa-se em desvelar a unidade, o significado e a natureza ideológica enraizada dessa cultura, isto é, a sua importância como interpretação do mundo e a sua relevância estética.

Observando o “brega”, nota-se que se trata de mais um dos múltiplos ritmos musicais que têm se destacado e ganhado espaço propriamente como música popular brasileira, ou música do “povão”, com características peculiares.

Para José Antônio, a festa obidense é importante, em primeiro lugar, porque relembra o lugar do qual ele fez parte. Há uma familiaridade muito forte, um sentido de pertencimento. Embora esteja longe da sua terra natal, ele pode ver, nas danças, nas sonoridades musicais, uma representação daquilo que está ausente.

O depoente também pontua a mudança na dinâmica das festas e fala da inserção do forró, que tem sido uma constante presença nas últimas comemorações festivas, dizendo que isso o deixou um pouco desgostoso, pois não consegue mais se identificar com aquela situação que vivenciava em Óbidos.

1.5 “Nós comemos farinha, né? Que vem do Pará. Mandamos buscar essa farinha de lá”: a culinária paraense como forma de sociabilidade

Continuamente, existirá abertura para reapropriação e ressignificação, devido ao teor enérgico da cultura (FRESSATO, 2009, *passim*). Sobre a reapropriação e a ressignificação das festas como espaços de sociabilidade, conhecemos a Casa do Parente – centro cultural localizado no bairro Parque das Laranjeiras.

O local foi adaptado por Jane e seu esposo, que também é paraense. Além de a casa ser a residência da família, apresenta diversos eventos regionais, que vão de *show* de artistas regionais à culinária paraense. Perguntamos à Jane quais são as manifestações culturais que lembram o lugar em que ela nasceu. Ela nos retornou, dizendo:

Aqui, a questão da culinária, a culinária é... bem mesmo como é nos interiores. Então, alguns detalhes como é do interior, como, por exemplo, a cuia, a panela de barro no interior, leva alimentos, os enlatados da cidade e lá eles acabam virando utensílios, por exemplo: a lata de goiabada vira farinha, a lata de leite colocado um cabo vira a panela de fazer café que lá a gente chama de esculateira, aqueles

*copos de alimentos da Nestlé, é um alimento muito antigo. Então, esses utensílios a gente começa a resgatar aqui, e as pessoas veem. É muito interessante, as pessoas se identificam muito. [...] e muito mais a culinária. Então, os peixes aqui servidos eram peixes que a gente encontrava, peixes diferentes na feira, como o cará, a sardinha, a pescada, aqueles filhotes, nós trazíamos esses peixes que normalmente não tem nesses grandes restaurantes, mas que são do cotidiano do caboclo, e nós fazíamos da forma que é feito no interior da nossa época. Lá não tem a coisa do trigo, tem o cui da farinha que a gente chama. Então, é muito comum lá ser frito naquela parte mais fina, que é chamado de cui, era esse, empanava o peixe pra fritar. O peixe assado a gente cultivava muito, na verdade o peixe assado, e de alguns pratos como maniçoba, o tarubá e o tucupi, que a gente usa muito o tucupi*⁵⁵.

A culinária desponta nas lembranças de Jane como a primeira forma de manifestação. Os utensílios que ela menciona fazem parte da vida no interior amazônico, onde a reutilização dos depósitos de enlatados é comum para suprir a carência de panelas, chaleiras e copos. Mas isso tudo ganha um significado maior quando revivido. Uma forma de boas lembranças da “terrinha”⁵⁶. A culinária amazônica se faz à base de diversos peixes, os quais são a preferência dos interioranos que vivem em Manaus.

Henrique Carneiro (2005, p. 71) diz que o ato de comer vai além da necessidade de se alimentar; está relacionado à sociabilidade, e é na coletividade de adquirir a comida que as pessoas criam utensílios culturais diversificados: “Comer não é um ato solitário ou autônomo do ser humano, ao contrário, é a origem da socialização, pois, nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos”.

Assim como as outras formas de ritos, a comensalidade tem sido ímpar para os migrantes paraenses. Resgatar as iguarias do interior paraense na capital do Amazonas faz com que eles continuem, de alguma maneira, com o sentimento de pertença àquele lugar que ficou para trás.

Vale destacar que a preparação dos alimentos é também envolvida por atos simbólicos que podem ser classificados de “políticos” ou “religiosos”. O sentido desse espírito não é interpretado por essas culturas todas as vezes em que é praticado, porém, é realizado com uma disposição indiscutível (CARNEIRO, 2005, *passim*).

Encontramos outros migrantes que não abrem mão dos seus costumes alimentares, chegando até a fazer pedidos de alimentos que vêm nas embarcações do Baixo Amazonas. É o caso do senhor Eduardo Carlos Freire de Oliveira, *motoboy*, migrante de Santarém (PA). Quando perguntamos o que ele ainda cultivava do Pará até hoje, ele replicou:

Principalmente o hábito alimentar, né? Até porque também é muito parecido, a gente, nós comemos farinha, né? Que vem do Pará, mandamos buscar essa farinha de lá, e essa semana, eu comi macaxeira cozida em casa, né? Que a família nascida

⁵⁵ Jane Galúcio Cerdeira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 3 de março de 2015, na cidade de Manaus.

⁵⁶ A forma carinhosa de chamar a cidade natal.

aqui não tem muito esse costume, mas a gente continua cultivando esses hábitos que a gente trouxe de lá, e a cultura, por mais que há alguma diferença, mas tem muita coisa a ver, devido muito paraense que tem aqui. A cultura paraense, ela sobressai à cultura do próprio Amazonas na questão da alimentação. A gente vai na feira, a gente comprou farinha ou tapioca, a gente compra a goma. Gosto muito de fazer tapiquinha em casa, né? Acostumei a minha esposa, que é filha de paraense, mas nascida no Amazonas, né? E muitos costumes que ela não tinha eu consegui introduzir em casa, né? Na questão da alimentação, tudo que a gente encontra eu digo: “Olha, isso é lá da terrinha”⁵⁷.

O ponto central da fala de Eduardo está relacionado intimamente ao ato de comer, aos hábitos alimentares oriundos do seu município. A farinha, que é um alimento típico da Região Norte como um todo, se apresenta como um mantimento indispensável na mesa dos paraenses, e também dos amazonenses, visto que o Amazonas fez parte do Grão-Pará.

É comum encontrar, na fala de nossos depoentes, a questão dos costumes alimentares, como nos conta a senhora Cecília da Silva Ribeiro, costureira, migrante de Juruti (PA): *“Conheço muito paraense, é muita gente, eles vinham trabalhavam pra cá, outros traziam seus gênero pra vender, a farinha, né? Essas coisas, e também, até porque Manaus era abastecida pelo Pará [...]”*⁵⁸. Ela diz que sempre houve um comércio intenso entre o Pará e a capital amazonense, no qual a farinha estava presente, e explica:

*A farinha do Pará é diferente daqui pelo seguinte: eles amolecem a mandioca, aí eles sevam e abafam dentro da gareira, e coloca um plástico por cima de um dia pro outro. No outro dia, coloca na prensa pra secar pra poder fazer a farinha torrar. Aí sai a farinha, sai muito gostosa. Aqui eles amolecem a mandioca, muita das vezes amolece muito a mandioca, aí a farinha fica azeda*⁵⁹.

Nossa depoente revela que a farinha que é produzida no Pará recebe um preparo melhor no momento da sua fabricação, resultando em um sabor mais agradável, pois é mais torrada. Os migrantes acreditam que é por esse motivo que o alimento é bem comercializado em Manaus. No entanto, nos deparamos com a seguinte questão:

A mandioca tem importância significativa no Amazonas, pelos seus aspectos econômicos e principalmente sociais, dada sua capacidade de fixação do homem no campo. Embora a mandioca se adapte bem às condições de clima e solo da região, ainda assim são necessários conhecimentos técnicos e orientações tecnológicas para melhorar a produção em bases mais sustentáveis. Atualmente a produção de mandioca é insuficiente para atender a demanda de farinha no Estado, que é o principal produto da mandioca no AM. A média do consumo de farinha de mandioca por pessoa no Estado é de cerca de 58/kg/habitante/ano. Por não produzir o suficiente para atender sua demanda, o Amazonas importa cerca de 24 mil toneladas de farinha para seu abastecimento⁶⁰.

⁵⁷ Eduardo Carlos Freire de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

⁵⁸ Cecília da Silva Ribeiro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 3 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Cf. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do estado do Amazonas. Mais informações disponíveis em: <<http://www.idam.am.gov.br/sistema-de-producao-de-mandioca-e-tema-de-curso-da-embrapa/#.VYHGJPIViko>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

Mesmo que o Amazonas produza a sua farinha e ainda peça auxílio aos municípios paraenses, não consegue atender à demanda de consumidores na cidade. Assim, o estado ainda importa farinha de outras regiões do país, já que a produção é insuficiente. Trata-se de uma questão de necessidade.

É costume buscar alimentos no Pará para consumo em Manaus. Sobre os hábitos alimentares, a farinha se destaca na fala de Eduardo como um alimento singular na composição da sua dieta. A farinha é um alimento comum na mesa dos paraenses e exerce um papel cultural e social.

Roberto Borges da Cruz (2013, *passim*) pesquisa a relevância da farinha de mandioca no século de XVI, dizendo ser evidente que, ao longo do período colonial, a ingestão desse alimento nos estados do Grão-Pará e do Maranhão representava uma das práticas culturais com maior expressão concernente aos hábitos alimentares. Desse modo, um alimento como a farinha pode representar a identidade de um povo.

O costume alimentar pode revelar uma civilização desde a sua eficiência produtiva, na obtenção, na conservação, e no transporte dos gêneros de primeira necessidade e as de luxo até as naturezas de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco (CARNEIRO, 2005, p. 72).

Manter os hábitos alimentares típicos de seu lugar de origem faz parte da expressão popular dos paraenses que moram em Manaus e desponta como uma necessidade do cotidiano, como uma demarcação da diferença, mas que também é proximidade. É tão relevante como outros ritos da cultura popular paraense na cidade de Manaus.

É interessante perceber a posição desses homens e mulheres que moram na capital amazonense sobre esse paradoxo que é migrar, e, a partir dessa decisão, encontrar estratégias de permanecer no “lugar” do outro.

Além das festas que já mencionamos ocorridas na cidade, perguntamos à Jane o motivo da criação do centro cultural. Ela nos disse:

A gente tenta fomentar a cultura paraense com esse cuidado de tentar com que não seja um gueto paraense, que seja um lugar amazônico onde a gente fomenta a cultura amazônica, né? Dos nossos ancestrais. Pensado em fomentar já por uma outra questão que a gente percebe, que a gente vê que essa coisa maior do capitalismo que vem, que mata a cultura da gente, que arranca a gente de dentro da floresta e vai e coloca a gente dentro de um distrito industrial e arranca a nossa cultura da gente. O espaço cultural aqui é pensado nesse sentido, né? De que a gente resgate isso, tente fomentar e tente fazer com que as pessoas cultive suas raízes e não exatamente por conta desse motivo, da coisa do preconceito. Mas é tentando mostrar pras pessoas que esse não deve ser o problema. O nosso problema não é esse. Mas que o nosso problema, a gente cisma que seja uma outra coisa bem maior e que as pessoas comecem a perceber isso, comecem a ver a cultura, a nossa

*cultura por cultura, por gente, por amazônico, e não porque é paraense ou amazonense, porque é de lá ou de cá, de tal lugar. É mais ou menos isso*⁶¹.

Jane fala da necessidade de uma convergência entre amazonenses e paraenses, e sua ação caminha nessa direção. Para ela, o sentimento de pertença ao espaço amazônico mais amplo deve ser cultivado – daí a criação de um centro cultural que congregue a cultura amazônica “*que não seja um gueto paraense*”, na medida em que percebe que o problema está em um âmbito maior. “*A gente vê que essa coisa maior do capitalismo que vem que mata a cultura da gente, que arranca a gente de dentro da floresta e vai e coloca a gente dentro de um distrito industrial e arranca a nossa cultura da gente.*” A entrevistada interpreta a rivalidade instalada entre os estados vizinhos como um problema superficial e que deve ser superado através da resistência, que se dará, no seu modo de ver, pela união de interesses comuns entre os estados, e não pelo afastamento.

Jane aborda questões importantes voltadas à cultura amazônica. Ela percebe como a cultura é dinâmica e heterogênea, e, por essa razão, fica difícil congregar toda essa diversidade em um só lugar, como aspira. Ela aponta o resgate da cultura como o cerne de suas preocupações, que são entendidas como “*nossas*”.

“*Mas, enfim, Manaus é uma cidade de todos e de tudo*”⁶². Com essa fala, o nosso entrevistado Alfredo Viana define, a seu modo, a cidade de Manaus de 2014. Uma cidade com quase dois milhões de habitantes, que vem sendo configurada fundamentalmente através das relações nela estabelecidas, congregando, absorvendo e repelindo culturas diversas. Essa configuração atual deve ser compreendida dentro de um processo histórico mais amplo.

Nesse sentido, faz-se necessário observar que os processos migratórios que contribuem para a constituição das relações sociais na cidade de Manaus atualmente podem ser identificados a partir do último quartel do século XX, momento esse em que a cidade se torna atraente a milhares de migrantes de todas as partes do Brasil e, de forma especial, para os interioranos vizinhos paraenses.

⁶¹ Jane Galúcio Cerdeira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 3 de março de 2015, na cidade de Manaus.

⁶² Alfredo Gomes Viana, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 23 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

2 A CIDADE ATRAENTE

Vimos que, atualmente, os migrantes paraenses enfrentam uma série de contradições em Manaus e que tratam essas contradições, no seu cotidiano, de diferentes formas. Na verdade, a rivalidade entre amazonenses e paraenses, que tem sido paulatinamente construída e consolidada desde a última década do século XX, tem revelado uma acirrada disputa pelo mercado de trabalho no território manauara.

O nascimento/crescimento do preconceito que tem como objeto o “paraense”, materializado fundamentalmente na pecha de “ladrão”, coincide com o momento em que o Brasil aderiu de forma efetiva e irreversível ao neoliberalismo e ao processo de globalização. As consequências mais imediatas desse processo no cotidiano da cidade puderam ser sentidas por milhares de trabalhadores, que, desde então, têm perdido os seus empregos em função da chamada reestruturação tecnológica. Todo esse processo tem resultado na extinção de muitos postos de trabalho e, conseqüentemente, na escassez cada vez maior de empregos nas diversas indústrias fixadas no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus.

Mas a cidade que, hoje em dia, impõe contradições e dilemas aos paraenses já se mostrou mais atraente e menos contraditória, pelo menos nas representações⁶³ de muitos migrantes que sonharam com uma vida melhor nos anos de 1970 e 1980.

2.1 Os migrantes na cidade

A cidade do presente carrega um conjunto de elementos que foram e vão sendo incorporados ao longo de seu processo histórico. Compreender a cidade significa compreender “[...] as relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade” (FENELON, 2006, p. 6).

É nesse sentido que estamos buscando refletir as vivências e experiências de um grupo de migrantes na cidade de Manaus ao longo dos anos. Suas formas de inserção, adaptação, embates e conflitos, que têm contribuído para a constituição efetiva das relações sociais dessa espacialidade.

O século XX pode ser considerado o “século da urbanização”. Período em que as cidades, de um modo geral, receberam um grande contingente de migrantes, alterando a sua rotina (BARROS, 2012, p. 7). Com a cidade de Manaus, a partir do último quartel do século

⁶³ “As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social.” (PESAVENTO, 2003, p. 41).

XX⁶⁴, não foi diferente, visto que, com a chegada dos migrantes de diversas regiões do país e da região do Baixo Amazonas em especial, o centro urbanístico passou por modificações, tanto na sua estrutura física quanto social, à medida que novos bairros foram surgindo.

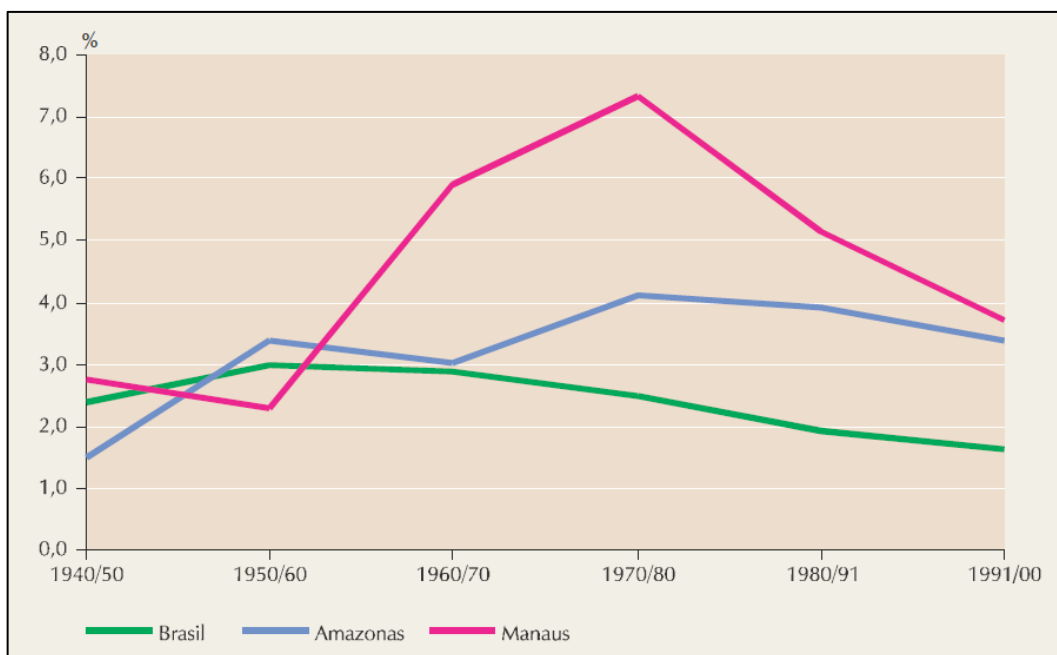
É interessante observamos a relação existente de homens e de mulheres interioranos com os grandes centros. José D’Assunção Barros (2012, p. 7) diz que, antes, esse espaço representava uma exceção e um ambiente pouco familiar para as pessoas. A partir do momento em que tais indivíduos passam a frequentá-lo, despertam a vontade de viver no espaço urbano. A vivência e a constante chegada de novos moradores ajudam a construir uma nova realidade, a qual exige mudanças econômicas e sociais. A partir daí, aflora, por parte dos estudiosos, a necessidade de compreender o processo de formação das cidades complexas e enigmáticas (BARROS, 2012, p. 7).

A Manaus dos anos de 1970 passou por significativas modificações com a efetivação da Zona Franca⁶⁵. A chegada e a consolidação de grandes empresas multinacionais atraíram muitas pessoas tanto do interior do Amazonas e da região como também de outras partes do país. O crescimento da cidade foi significativo nesse período se comparado às três décadas anteriores. No decanato de 1950, o crescimento estava em 2,3% anualmente, bem menor do que o do Brasil e o do estado do Amazonas. Na década de 1960, o crescimento foi de 5,9% ao ano, estendendo-se para 7,4%; e, na década de 1970, ocorreu uma superação acima do ritmo de crescimento do país, e até mesmo da totalidade exposta pelo estado do Amazonas (NAZARETH; BRASIL; TEIXEIRA, 2011, p. 206). Vejamos o Gráfico 1, a seguir, que compara o crescimento populacional de 1940 até 2000.

⁶⁴ Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999), em “Cidade sobre os ombros”, analisa o trabalho e os conflitos de estivadores no Porto de Manaus entre 1899 e 1925. Quando observamos os caminhos percorridos pela autora nesse estudo, identificamos a mesma inquietação que temos, uma vez que ela elucida o período em que cidade estava se transformando em meio ao crescimento econômico com o *boom* da borracha e revela que outros atores, que não eram os afortunados da borracha, e sem muito esmero pela elite local, eram segregados para novas localidades, que, com o passar do tempo, viraram típicos bairros de Manaus, propensos à organização da comunidade, agentes históricos que não cruzaram seus braços em meio às difíceis realidades que os cercavam. Já Paulo Marreiro dos Santos Júnior (2008, p. 2) trabalha a Manaus da borracha à Europa na última década do século XIX, e diz que grandes obras públicas foram erigidas na cidade com a implantação de medidas que eram consideradas civilizadoras e modernizantes. Nesse momento, a sociedade local, ou pelo menos suas elites, iniciaram uma identificação própria vista como representação da *Belle Époque*, enaltecendo a cidade de forma ufanística e objetivando suas sincronias com o que era avaliado como moderno e civilizado em eixos do Sudeste e de fora do país. Foi com a imagem de prédios que se tornaram emblemáticos, na ocasião da transformação da cidade que Manaus ficou conhecida como “Paris das Selvas”. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=87> Acesso em: 16 de junho de 2015.

⁶⁵ “A implantação da Zona Franca, a princípio, causou uma grande euforia, despertando a ilusão do crescimento entre os amazonenses, que, mesmo ressentidos pela estagnação com a extração da borracha, viam a Zona Franca como uma solução para a precária situação que havia se instalado no Estado, bem como o fato de se apresentar como o modelo autoritário que substituiu o poder político local, dispensou os técnicos nativos e provocou a decadência da elite econômica local.” Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 20.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento populacional médio anual no Brasil, no Amazonas e em Manaus – 1940/2000.



Fonte: Tayana Nazareth, Marília Carvalho Brasil e Pery Teixeira (2011, p. 206).

O crescimento de Manaus, além de estar ligado a fatores internos, como já vimos acima, encontra-se intimamente relacionado a fatores externos, que corroboraram em muito para a expansão da capital manauara. Por conseguinte, as décadas de 1960 e 1970 foram profundamente marcadas por grandes mudanças históricas no cenário brasileiro: tempos de golpe civil militar e o processo de implantação da mais longa ditadura vivenciada no país, repressão, movimentos feministas, instaurações de Atos Institucionais, governo autoritário, “defesa” do Estado Nacional, política de Integração Nacional, entre outros acontecimentos. O Estado brasileiro vivenciava os altos índices do crescimento econômico a partir do famoso “Milagre Econômico”⁶⁶.

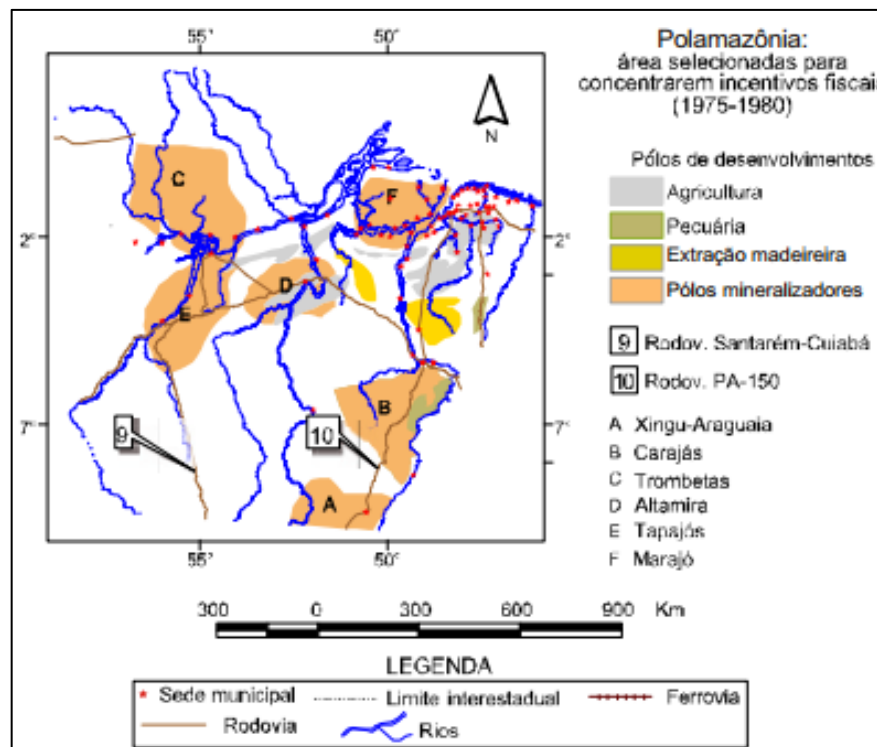
Como parte da política implementada pelos militares pós-1964, o governo projetou uma série de medidas para a Região Amazônica, sob o discurso de bloquear uma possível invasão de ordem varsoviana⁶⁷. A grande atração do capital para a Amazônia ocorreu a partir da Polamazônia, uma proposta governamental com objetivo de inserir 15 “polos de desenvolvimentos”, sendo que cada um desses polos centralizaria atividades especializadas.

Cabe notar que essa corrida para o capital alterou profundamente a configuração da região, a começar pelos números populacionais, como salienta Marília Carvalho Brasil (1997, p. 71). Observemos o Mapa 1, a seguir.

⁶⁶ Vide nota de rodapé 10.

⁶⁷ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 90.

Mapa 1 - Polos de desenvolvimentos.



Fonte: Maurílio de Abreu Monteiro e Maria Célia Nunes Coelho (2004, p. 102).

Ocorreu uma aceleração migracional com a implantação dos polos. Na década de 1960, a população da cidade era de aproximadamente 1,9 milhão, e, em 1980, já eram quase 6 milhões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Boa parte desses homens e mulheres trabalhava lavrando a terra e tinha saído de diversos lugares do país, a exemplo do Sertão Nordestino. Essas transformações abruptas impactaram e mudaram fortemente a vida de quem morava e de quem chegava à região (BRASIL, 1997, *passim*).

Aos olhos dos nossos entrevistados, o deslocamento do interior do Pará para o Amazonas, almejando principalmente Manaus, desde os anos de 1970, tem se configurado como busca de boas oportunidades para aqueles que fugiam do campo à procura de melhores condições de vida. Naqueles primeiros anos, muitas famílias de agricultores passavam por situações conflituosas, e muitas ainda passam, enfrentando, sobretudo, a vida difícil que a cada dia sinalizava, e sinaliza, pobreza extrema. O depoimento de Alfredo Viana, que hoje vive em Manaus, nos faz perceber o cotidiano e a luta pela sobrevivência no interior de Óbidos. Indagamos a ele de que a sua família vivia em Óbidos, e ele nos disse:

Papai é agricultor, ele é pai de sete filhos. A gente trabalhava na lavoura. Ele trabalhava em castanhal também, ele explorava castanhal e, com isso, a gente findava ajudando ele. Ele trabalhava com juta e trabalhava na roça, e, aos poucos, dado a dificuldade pra conciliar trabalho e residência na cidade, ele optou mais pelo interior mesmo, né? Onde ele ficava mais perto do trabalho e viajava muito, né? Ele sobrevivia desse trabalho. A pesca também. Pesquei muito com ele. É, a

*gente ainda 9, 10 anos, a gente encarava a vida nos lagos pescando, né? Meu pai é um exemplo de vida*⁶⁸.

Ao responder sobre como era a vida no interior de Óbidos, na questão da alimentação e do vestuário, Alfredo nos contou:

*Era muito apertado. O orçamento do meu pai muito apertado mesmo. Por isso, a gente trabalhou desde cedo ajudando ele. Por exemplo, quando eu tinha 9 anos de idade, comecei a trabalhar e ganhar algum dinheiro, eu já não tinha mais aquela dependência deles, né? E fui usar a minha primeira calça comprida eu tinha 15 anos, eu não sabia o que era calça comprida. Sapato? Eu tinha 12 anos de idade, não tinha sapato. Então, era um chinelinho banda duma banda doutra, tentando é sobreviver mesmo. Então, era pouco o orçamento dele, era muito pouco, ganhava pouco, e quase sempre endividado com os patrões, né? Que forneciam dinheiro antecipado e mercadoria pra gente, e a gente sempre trabalhava pra pagar dívidas, né? Infelizmente, esse era o nosso cenário da nossa vivência no Pará. Por isso, a gente precisou trabalhar cedo, e a gente se vira desde muito cedo*⁶⁹.

Assim como a maioria de nossos depoentes, Alfredo e sua família viviam da subsistência, do roçado e de outras atividades, como a juta e a pesca. As dificuldades financeiras estavam presentes não só no cotidiano da família de Alfredo, mas também de muitas famílias no Baixo Amazonas. Com a falta de circulação de dinheiro no interior, eles eram praticamente obrigados a trocar o que produziam com comerciantes e atravessadores, sem ter quase nenhum lucro, sendo comum ficarem devendo aos comerciantes.

A situação financeira da família de Alfredo era recorrente para muitas outras famílias que viviam no campo. O cenário narrado pelo depoente no interior do Pará pode ser consequência de problemáticas discutidas desde a década de 1950, como conflitos existentes no campo (OLIVEIRA, 2005, p. 2). Porém, as estratégias que, no discurso governista, resolveriam esses conflitos foram consolidadas somente no pós-1964, com o primeiro Plano de Integração Nacional (PIN)⁷⁰.

O governo militar traçou e implantou esse projeto de desenvolvimento para a região norteadado pela égide do capitalismo na Amazônia. Entretanto, propagandas veiculadas naqueles anos podem nos revelar outra dimensão desses projetos.

⁶⁸ Alfredo Gomes Viana, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 23 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ “[...] Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-lei número 1.106 em 16 de junho de 1970 e tinha como principais objetivos: ‘1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas [...]; 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste [...]; 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado [...] de amplas faixas de população antes dissolvidas a economia de subsistência [...]; 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semiárida do Nordeste; 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola; 6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto sustentação’ [...]” (LOUREIRO, 2010, p. 2).

Era assim que a visão sobre a Amazônia aparecia em revistas como a *Veja*:

Figura 1 - Incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).



Fonte: Revista *Veja*, publicada em 16 de dezembro de 1970, p. 83.

A forte propaganda da mídia favorável aos militares, como a exemplificada acima, mostra a Amazônia como o lugar ideal para os empresários que quisessem investir e abrir seus negócios. A terra era propícia, e dizia-se mais: que nas terras amazônicas havia um tesouro que esperava pelos investidores. E o que era melhor, para eles é claro, com todo o apoio do governo federal.

Clarina Pinto Oliveira (2008, p. 25) diz que o PIN vinculou-se ao Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). O plano em vigor amparava-se a partir de idealizações de construções de agrovilas que se alicerçaram na extensão das grandes rodovias. A partir desse pensamento, o governo federal

conseguiu usufruir de financiamentos advindos do PIN que foram direcionados para a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém, da Perimetral Norte e da Cuiabá-Porto Velho-Manaus. As aberturas dessas rodovias foram feitas a partir de planejamentos que facilitassem o desenvolvimento de atividades econômicas (OLIVEIRA, 2005, p. 5). Vejamos, no Mapa 2, o traçado da “salvação” que iria solucionar as problemáticas do país.

Mapa 2 - Rodovia Transamazônica.



Fonte: Revista Veja, publicada em 17 de junho de 1970, p. 36.

Mesmo com a ideia de a estrada ligar o país de Norte a Sul, trazendo o “progresso” para os empresários, os resultados desse novo traçado na região foram bem dispendiosos para os pequenos agricultores. O desenvolvimento capitalista na Amazônia trouxe visíveis contradições e/ou nem sequer resolveu problemas já existentes, como a situação de interioranos que já vivem na região. Eles não conseguiam participar da circulação do rendimento familiar que advinha da agricultura, e os produtos que eles vendiam não davam lucros suficientes para manter suas famílias dignamente, como nos disse Alfredo. Dentro dessa nova lógica que se impunha na região, eles foram sendo paulatinamente expulsos do interior paraense, dada a dificuldade de continuar em um local escasso de alimentos básicos e vestuário. Dessa forma, seguiam rumo a outros lugares.

2.2 Os planos governamentais

Os planos do governo militar envolviam a Região Amazônica como uma das prioridades no país. A ideia de preencher o que era compreendido pelas autoridades como

“vazio demográfico” dava abertura para a colonização dirigida. De acordo com Octavio Ianni (1979, p. 134), a colonização dirigida na década de 1970 foi posta como reforma agrária, e, para afirmar esse plano, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁷¹, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. O INCRA incorporou as atribuições de órgãos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ligados ao Estatuto da Terra. No entanto, o INCRA se destacou de forma quase exclusiva.

Ianni (1979, p. 136) ainda sustenta que: “Primeiro, a política de colonização dirigida orientou-se de modo a favorecer, ou mesmo intensificar, a migração de populações rurais desempregadas, subempregadas ou superexploradas do Nordeste para a Amazônia”. É dentro dessa lógica que compreendemos a forma como, na Amazônia, ocorreu o processo de expulsão, ou seja, dada a dificuldade que os pequenos agricultores paraenses sobreviviam de subempregos e superexploração pelos “patrões”, como narra Alfredo no interior obidense. Essas disparidades sociais não parecem ser muito diferentes do Nordeste; os paraenses buscaram outros lugares como Manaus para morar.

É como nos relata a nossa entrevistada Cecília, migrante do município de Juruti (PA). A depoente explica o motivo pelo qual veio para Manaus:

Bom, eu vim em busca de melhoras. Dinheiro não tinha. Tudo que a gente ia comprar, levava o gênero pra vender e tinha que ser trocado. Dinheiro não tinha, e então achamos por bem eu vim pra Manaus, que, na época, a notícia era que Manaus era muito bom, a Zona Franca tinha chegado. Minha tia me trouxe [...] A primeira vez que eu vim foi em 1960, eu gostei, trabalhava um ano aqui, aí depois ia pra lá, passava um ano lá, aí eu voltava, né? E ficava assim. Aí nesses intervalos veio uma outra irmã comigo, e as minhas tias, irmãs do meu pai, elas já moravam tudo aqui em Manaus, elas vieram moça ainda, né? Elas moravam aqui, e aí veio depois mais uma irmã, depois veio mais uma outra, depois veio mais um irmão e assim vieram vindo, né? Porque, como eu digo, aqui era melhor do que lá, por causa do dinheiro, né? E até que a gente já tava quase tudo pra cá, meu pai que já conhecia muitos anos Manaus. Minha mãe também resolveu vim pra cá, porque os filho já tavam quase tudo aqui, aí eles decidiram vim pra cá, e aí nesse tempo que eu casei, ainda fiquei lá. Aí, quando foi em 73, aí eu vim com meu marido, com meus filhos, dois filhos que tinha, aí viemo pra cá, decidido a morar aqui mesmo, né? E então foi o que levou a nós vim, porque meu irmão já tinha tirado terreno, sítio aí na estrada da BR 174, porque eu tinha um primo, aliás um tio, que ele trabalhava na repartição do INCRA, ela era administrador das terras do INCRA, e aí na BR 174, tinha bastante terra, e lá ele tirou pra família, pros sobrinhos, pro

⁷¹ Foi sob a égide do INCRA, criado em 1970, com a finalidade de promover, executar e controlar a reforma agrária, que se montou todo um esquema de colonização em larga escala para a maior porção do espaço nacional, na Amazônia. Na verdade, tratava-se de distribuir a terra sim, mas sob o controle do Estado, estimulando, orientando e/ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização é uma estratégia que retira o controle da terra dos governos estaduais para o governo central; é entendida como capaz de solucionar conflitos sociais, absorvendo produtores sem terra, povoar a fronteira, inclusive em locais estratégicos, e, ao mesmo tempo, criar bacias de mão de obra locais (BECKER, 1990, p. 31-32).

*meu pai, tirou e reservou que era pra eles. Então, isso mais também incentivou eles a virem pra cá*⁷².

O que Cecília relata é o desejo de melhores condições de vida na capital amazonense, afirmando que um dos pontos cruciais para partir rumo à Zona Franca foi a falta da circulação de dinheiro em Juruti. A recorrente exploração dos comerciantes não permitia o acesso ao lucro dos roçados. Em vista disso, a forte propaganda sobre a capital dos “sonhos” abrilhantava os olhos de interioranos como Cecília, que chegavam nas embarcações lotadas atracadas no Porto de Manaus, como ainda é, de certa forma, comum.

Figura 2 - Barco Cidade de Óbidos vindo para Manaus.



Fonte: João Canto (2010)⁷³.

A imagem acima nos permite refletir sobre a esperança que vem com os interioranos que chegam ao cais praticamente todos os dias. Importa identificar o que atraiu e atrai essa expressiva população para morar na cidade grande. Cecília fala que a dificuldade enfrentada no interior e a desesperança que alcançou a sua família os fizeram deixar para trás a vida interiorana e unanimemente virem para Manaus.

⁷² Cecília da Silva Ribeiro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 3 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

⁷³ Imagem disponível em: <http://www.pesquisador.net.br/noticias.php?operacao=mostrar_info&pagina=1&ano=2009&cod_info=551>. Acesso em: 15 abr. 2015.

Outro ponto favorável foi a garantia de terrenos na BR 174, dando certa “segurança” para os agricultores que vieram tentar a vida na cidade. Naquele período, o INCRA era catalisador das distribuições de terras, e alguns membros da família de Cecília foram parte integrante do assentamento ao longo da BR 174, que estava inserido na colonização dirigida.

Parecia ser uma “reforma agrária”, se não fosse uma máscara para a atuação e a exploração das empresas capitalistas na Amazônia com incentivo direto do governo federal.

Observemos o Quadro 6, abaixo.

Quadro 6 - Estratégias desenvolvimentistas para a Amazônia.

Planos de metas	Operação Amazônia	I PND PIN I PDA	II PND POLAMAZÔNIA	II PND PGC Calha Norte	Brasil em Ação Avança Brasil
1956-1961	1966-1970	1969-1974 1971 1971	1974-1979	1975-1979 1980-1989 1985- ...	1996-1999 2000-2003
Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que elaborou o 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia, em 1955.	Definição de políticas de incentivos fiscais aplicados a projetos agropecuários, indústrias e de serviços básicos. Criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), do BASA e da SUDAM.	Recursos destinados à redistribuição de terras – PROTERRA	Incentivos fiscais e creditícios		
Rodovia Belém-Brasília		Construção das rodovias: Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Manaus-Porto Velho.	Usina Hidrelétrica de Tucuruí		Eixo do Arco Norte (subarco ocidental e subarco oriental); Eixo Madeira-Amazonas; Eixo Araguaia-Tocantins

Fonte: Maurílio de Abreu Monteiro e Maria Célia Nunes Coelho (2004, p. 93).

Com a execução dessas estratégias, principalmente a de redistribuição de terras (PROTERRA), os trabalhadores rurais que foram morar na BR 174 padeciam das mesmas problemáticas vivenciadas no interior paraense: faltava comida e vestuário, e o dinheiro era de difícil circulação. Octavio Ianni (1979, p. 136) mostra que a política de colonização dirigida lançada pelo regime militar parecia viver uma ambiguidade, ou seja, uma contrarreforma agrária, que impediu, deturpou, e até mesmo desejava extinguir a reforma agrária espontânea,

ou, de fato, que os trabalhadores do campo, juntamente com suas famílias, estavam cumprindo por seus meios. Por isso, não há indícios de uma reforma agrária plena. De outro modo, é perceptível que a política de colonização foi caracterizada como política de reforma agrária. A política de colonização dirigida se preocupa com a colonização particular, com abrangência entre 1974 e 1978, sempre sob a proteção e o incentivo do Estado (IANNI, 1979, p. 136).

O governo buscou manter sob seus “cuidados” todo e qualquer tipo de colonização espontânea, ou seja, a reforma agrária real, que ao longo dos anos aflorava, e, assim, a remanejava nos moldes da colonização dirigida, oficial ou particular. Dessa forma, os diversos desenvolvimentos da política de colonização e o aumento gradativo à representatividade da empresa privada empenhada em agricultura, pecuária, agropecuária, extrativismo, mineração, agroindústria e outras atividades aguçavam seus interesses sobre essa região (IANNI, 1979, p. 125). Eram os anos de efervescência do grande capital na Amazônia.

Com o grande capital para a Amazônia, destacamos o início da chamada Operação Amazônica, em 1º de fevereiro de 1966, na cidade de Macapá, no Amapá. Vários governadores e ministros se fizeram presentes na solenidade, “a fim de apoiar o fortalecimento” econômico para a região. O então presidente Marechal Castelo Branco também esteve presente, e o seu discurso versava sobre as preocupações do seu governo com a expansão econômica para o espaço amazônico.

[...] Daí está colocado no primeiro plano das preocupações do governo o fortalecimento econômico da região, a sua ocupação nacional, o fortalecimento das suas áreas de fronteiras e integração do espaço Amazônico no todo nacional. Com esse propósito, estudou-se a completa reformulação da política nacional até agora seguida e que deverá ser mudada de acordo com a as experiências dolorosamente acumuladas (FERREIRA, 1994, p. 79).

O discurso de desenvolvimento econômico para a região tinha, obviamente, uma aparência de boas intenções, imbuído de estratégias envolventes, seduzindo muitos migrantes que ouviram nas rádios, nos jornais, ou mesmo ouviam falar, que, na Amazônia, o governo distribuía terras, casas, entre outros benefícios.

Contudo, a Política de Valorização da Amazônia sinaliza uma antiga “preocupação” com uma nova roupagem. Ela nos faz rememorar o passado dos antigos e legítimos habitantes da floresta, os quais vivenciaram experiências dolorosas na chegada dos colonizadores/exploradores, passado esse rastreado de desgraças e genocídios, mas também de resistências e lutas.

Com a chegada do estranho – estrangeiros –, muitos empresários foram atraídos e convidados para a Região Norte, através das propagandas dos governos federais e estaduais com o propósito de construir rodovias e hidrelétricas, bem como dos planos de colonização, causando perdas irreparáveis e irreversíveis ao meio ambiente. Todas essas providências anteriores foram tomadas no objetivo de explorar as riquezas naturais, e, conseqüentemente, fizeram com que a estrutura e o modo de vida das populações locais mais uma vez fossem alterados drasticamente (MARTINS, 1989, p. 16).

A Região Norte era vista no discurso governamental como povoação letárgica e onerosa para os cofres públicos. Assim, a principal ação governamental foi estimular os empresários de potencial econômico a investirem em empreendimentos nos setores agropecuário e de mineração. A implantação das grandes empresas iria colaborar para o crescimento socioeconômico da região.

Por este edital, a Companhia de Recursos Minerais - CPRM, Sociedade de Economia mista vinculada ao Ministério das Minas e Energia de acordo com a autorização dada pela pelo Art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto-Lei nº 764 de 15 de agosto de 1969 e pelo Art. 7º, parágrafo 2º de seus Estatutos, oferece, em licitação pública, os direitos em resultados das pesquisas realizadas em 10 áreas de 1.000 hectares [...]. As referidas pesquisas revelam importantes depósitos de Caulim, sendo a reserva total, conforme o Relatório de Pesquisa aprovado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral de 566.819.314 toneladas de reserva [...]. A área onde se localizam as jazidas goza de incentivos fiscais e facilidades de capacitação relacionados com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM [...]. Outros incentivos fiscais possíveis são: Isenção do Imposto de Importação e do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para os bens de capital [...] A CPRM facultará aos interessados todas as informações que solicitem, permitindo-lhes preparar a documentação para a qualificação e formulação da proposta objeto deste Edital [...]⁷⁴.

No entanto, não estava nas ações do governo o modo de vida das populações preexistentes, ou mesmo, o que foi planejado não condizia com a realidade local. A partir desse momento, iniciaram-se os conflitos entre os grandes empresários, camponeses e indígenas pela disputa da terra. É evidente que as representações acerca da terra diferem entre esses grupos. Para os empresários, a terra tem sentido econômico de exploração, e, para os camponeses, está direcionada ao plantio e ao cultivo para sobrevivência.

Quando os projetos foram implantados na Região Amazônica, eles não conseguiam propiciar uma vida melhor para os trabalhadores locais. Fica claro que esses projetos econômicos implementados buscavam força de trabalho, mas pagavam baixas remunerações, e, assim, não possibilitavam que os trabalhadores, entre eles os paraenses, vivessem uma situação econômica confortável.

⁷⁴ Cf. Diário Oficial da União, publicado em 1974, p. 36-37.

2.3 O cotidiano no interior paraense

A expectativa de uma vida melhor, aliada às dificuldades que vivenciavam no Pará, impulsionou centenas de pessoas, como Marta Freire, a migrarem para Manaus.

À vista disso, ela narra a vida na cidade de Santarém:

Minha família é composta, nós somos 12 irmãos, e meu pai nunca trabalhou empregado, sempre trabalhou por conta própria. Ele tinha uma banca de peixe no mercado, ele vendia peixe no mercado, e a minha mãe sempre foi doméstica, cuidou dos filhos, da nossa educação, na verdade. Então, enquanto a gente era criança, o desejo da minha mãe era que a gente estudasse, né? O que ela não teve oportunidade, estudou até a 4ª série, e o meu pai estudou até a 2ª série, o que hoje seria o 4º e 3º ano, certo? Bem, a gente nunca sofreu, assim, de necessidade, de ter o que comer. Meu pai, às vezes ele se aventurava; quando ele se aventurava, quando ele cansava de vender, tava fraco o mercado de peixe, e ele via, acho que no desespero, querendo melhorar pra gente, porque não tinha emprego. Então, ele se aventurava com os amigos no garimpo, né? Mas nunca teve muito sucesso. Ele sempre vinha doente do garimpo, e aí minha mãe tinha que se virar com o pouquinho de dinheiro que ele deixava. Essas aventuras duravam na faixa de 8, 10 meses, e a mamãe, pra que a gente sobrevivesse, a mamãe comprava verdura, frutas, e dividia, fazia sacolinha, comprava, dividia entre os filhos pra gente vender. Eu tinha irmãos que vendiam pirulitos na porta do colégio. Eu também cheguei a vender. Então, aí a gente se virava, e a mamãe recolhia esse dinheiro, e aí tinha aquele capitalzinho de giro. Então, ela não deixava faltar as coisas em casa. E quando o papai voltava sempre dos garimpos, na maioria das vezes ele voltava com hepatite, malária. Então, doente, e ela ainda tinha que tratar [...] Então, quando a gente cresceu, foi ficando adolescente, meus irmãos mais velhos já tavam ficando adultos. Chegando na maioridade, a mamãe disse: “Olha, é o seguinte”, meus irmãos que, os homens os mais velhos não quiseram continuar os estudos. Então, a mamãe disse: “Bom, vocês não querem estudar. Então, vocês tem que trabalhar, e aqui em Santarém não tem trabalho. Então, eu vou mandar vocês pra Manaus”. [...] Primeiro, veio o meu irmão mais velho, aí o meu irmão mais velho mandou buscar o outro, e assim foi⁷⁵.

As dificuldades da família de Marta eram tão grandes que o pai dela muitas vezes procurava recursos fora da cidade, lançando-se no garimpo. Mesmo voltando para casa apenas com doenças como soldo, a empresa mineradora prosperava para alguns. Essa atividade está vinculada a um dos polos de desenvolvimento governamental, sendo uma importante atividade que impulsionou as grandes empresas para a Amazônia.

Armin Mathis (1998, p. 6) informa que a localização do garimpo ficava direcionada mais na região do Tapajós, mas existiam outros pontos possíveis de garimpar, os quais compunham os seguintes municípios paraenses: São Félix do Xingu, Altamira, Marabá, Almerim, Oriximinã, Gurupi e Senador José Porfírio. A garimpagem em território paraense chamava a atenção de trabalhadores como o pai de Marta. No intuito de angariar recursos financeiros e melhorias para a sua família, ele saía nas “aventuras” pelos garimpos.

⁷⁵ Marta Freire de Oliveira Freitas, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

As circunstâncias da vida e do trabalho no âmbito do garimpo eram determinadas em vista do recinto geográfico, da técnica manuseada na organização social do garimpo. Assim sendo, a novidade de maquinário para extrair o ouro firmou um recente regime trabalhista. Nesse cenário, os acidentes de trabalho faziam parte da realidade da labuta dos garimpeiros. Não obstante, a situação mais crítica para os trabalhadores eram as enfermidades que assolavam esses homens. Havia uma série delas, que eram adquiridas muitas vezes pela falta de saneamento básico, pela água contaminada, gerando enfermidades de pele, entres outras. As doenças endêmicas eram as que se apresentavam com maior frequência no cotidiano desses homens, como hepatite, malária e doença de Chagas. Em sua maioria, os garimpos não dispunham de postos médicos nem de recursos para transportar os doentes para as cidades adjacentes. Por isso, eles acabavam se automedicando, comprando remédios que estavam à venda no comércio local. Esse tipo de procedimento, em muitos casos, complicava a situação do doente, chegando até a levá-lo ao óbito (MATHIS, 1998, p. 12-13).

Marta e sua família não conseguiam usufruir de lucro algum das aventuras do seu pai nos garimpos. As viagens dele, nas memórias da filha, resultavam sempre em enfermidades adquiridas no garimpo. Ele sempre voltava para Santarém desesperançoso, ela nos lembra. Assim, cansados do desemprego, da venda fraca do peixe nas feiras de Santarém e do fracasso no garimpo, Marta e sua família migraram para Manaus⁷⁶. Um a um, eles chegaram à capital da Zona Franca com perspectiva de melhorar de vida. Como a maioria dos migrantes, eles vieram pela questão econômica.

A propaganda de dias melhores é também percebida nos periódicos. Como podemos observar, é um discurso arrematador:

Três anos de zona franca já mudaram a fisionomia da Amazônia Ocidental. O decreto-lei nº 288, que o presidente Castelo Branco assinou a 28 de fevereiro de 1967, chega ao seu terceiro aniversário de vigência, hoje, com grande parte de seus objetivos já construídos, uma esplendida realidade. Com efeito, a zona franca de Manaus transformou a capital amazonense num centro de irradiação de desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental, até presentemente pelo comércio intenso e já a partir de agora pela industrialização, que tem seu grande berço no distrito industrial, que se instala nos arredores da cidade. E enquanto isso o D.I. é loteado para receber suas primeiras unidades fabris, cuida-se também do centro agropecuário previsto no diploma legal que hoje completa três anos. Primeiro resultando da instituição da zona franca, o desenvolvimento do comércio, abriu milhares de novos empregos, com as centenas de estabelecimentos que passaram a operar, vendendo gêneros alimentícios, fazenda e artigos eletrodomésticos a preços baixíssimos⁷⁷.

⁷⁶ “Santarém é o local de nascimento de perto de 15 mil migrantes (23% do total de paraense) que chegam a Manaus entre 1995 e 2000 (TEIXEIRA; BRASIL, 2006). Isso decorre especialmente pelo avanço da fronteira agrícola e pela crise dos garimpos no vale do Tapajós.” (OLIVEIRA, 2010, p. 170).

⁷⁷ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 28 de fevereiro de 1970, p. 4.

O discurso do jornal, naquele momento, era de exaltação à Zona Franca, enaltecendo os tempos de crescimento como algo glamoroso. O desenvolvimento chegava à cidade para fazer a grande diferença. O Distrito Industrial era apresentado pelos meios de comunicação em geral como um marco para a dinâmica econômica de Manaus, bem como para a circulação de mercadoria para compras. Eram indicadas abundantes vagas de empregos como consequência de novas frentes de trabalho, e, por isso, a propaganda sobre a Zona Franca era transmitida aos migrantes como uma esperança de dias melhores. Atraía milhares desses homens e mulheres que chegavam à capital amazonense, os quais, desejosos por participar dessa tão sonhada “partilha” do progresso, lançavam-se à cidade desconhecida.

Uma das facetas mais comuns que impulsionam as migrações são as dificuldades econômicas nos lugares de origem. Entretanto, para além das óbvias questões econômicas, é importante acompanhar a migração paraense para Manaus e analisar a trajetória desses sujeitos no *boom* da Zona Franca, a partir dos testemunhos, haja vista que as suas memórias são parte integrante da história da cidade.

Alistair Thomson (2002, p. 342) estuda as migrações através da História Oral da migração, sustentando que elas estão na memória viva e que as experiências das migrações e das comunidades étnicas são parte igualmente importante da História.

Correlacionamos essa análise a partir das experiências dos migrantes paraenses que chegavam a Manaus com a perspectiva de adquirir uma vida melhor, reconstruir suas vidas em um novo lugar, ocupando novos bairros, Tateando uma vida nova em meio à urbanização da cidade. As falas dos migrantes nos apontam possibilidades e nos permitem compreender a nova configuração citadina, que é decorrente também das vivências dessas pessoas.

Sendo assim, perguntamos à senhora Autinha Domingas de Assunção Santos, ex-industriária, migrante de Juruti (PA), qual foi a propaganda que lhe atraiu para Manaus, e ela nos respondeu:

Na verdade, quando o meu pai voltou lá pro Pará, ele já tinha vindo aqui duas vezes. Então, ele já conhecia a cidade, parte da cidade. Então, ele gostou da cidade e achou bom, ainda tava no começo, né? Ainda tinha muita coisa que hoje nós não vemos mais, já foi muito transformada, né? E então ele gostou da cidade, tinha trabalho, tinha muito emprego é... escola, e ele achou que era melhor a condição de vida pra gente, por isso ele veio, ele nos trouxe pra cá⁷⁸.

⁷⁸ Autinha Domingas de Assunção Santos, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 7 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

Indagada sobre o motivo pelo qual decidiu migrar para Manaus e não para Belém, nossa depoente assim se manifestou: “*Minhas irmãs já moravam aqui. Na época, eu já tinha três irmãs aqui, e também o fato de o transporte era subindo, era muito mais rápido*”⁷⁹.

A propaganda pomposa de dias melhores atraiu milhares de famílias, como a de Autinha, na ânsia de conseguir trabalho. Muitas vezes, primeiro eles vêm conhecer a cidade e só depois é que trazem a família. Em uma visão ampla, acreditam que a cidade lhes reserva muitas possibilidades. No primeiro momento, parece ser a cidade do futuro para os paraenses. Espiar a terra e depois retornar para morar, observar as possibilidades que talvez o interior não lhes desse, seria uma “saída” em meio à precariedade que eles viviam.

Os conflitos existentes no interior paraense, que há muito tempo eles vivenciam, tais como a escassez, a pobreza e o desemprego, foram intensificados a partir do avanço dos grandes projetos capitalistas, tornando a sobrevivência no campo cada vez mais difícil. Assim, esses sujeitos foram paulatinamente sendo expulsos do campo, o que parecia um paradoxo, já que o país estava em pleno desenvolvimento. Mas esse paradoxo não passou de um “ajuste” feito pelo governo, para melhor adequar a região às empresas capitalistas na Amazônia.

Tal situação nos remete ao estudo de Raymond Williams (1989, p. 249), mostrando que os conflitos ocorridos no campo da Inglaterra no século XIX tiveram como consequência a migração dos camponeses em busca de melhorias na cidade. A Inglaterra seria, aqui, o objeto de estudo, visto que nela se percebe um contraste entre o campo e a cidade. Quando o autor examina a real Inglaterra rural do início do século XIX, não resta dúvida de que é perceptível uma forma antiga de viver posta em segundo plano pelo desenvolvimento conturbado do novo sistema industrial.

Segundo Williams (1989, p. 249):

É realmente muito difícil determinar as causas fundamentais desse aparente paradoxo. Basicamente a pobreza e o sofrimento que atingiram níveis críticos após 1815, foram consequência de uma ordem capitalista para sabermos que não é paradoxo nenhum, dentro de uma ordem capitalista na agricultura: aquele longo processo de transformação que já se estabelecera em caráter definitivo em meados do século XVIII. Desde então, tivemos vivência suficiente da economia capitalista.

A análise do autor, ainda que em outro espaço e tempo, ajuda a compreender a situação dos camponeses paraenses que migram para Manaus, à medida que os camponeses do estado do Pará são forçados a deixarem o campo rumo à cidade em busca de melhores condições de vida. Espoliadas de seus modos de viver, abandonadas pelo poder público,

⁷⁹ Autinha Domingas de Assunção Santos, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 7 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

torna-se impossível a permanência dessas famílias no campo. Nesse sentido, migram para Manaus, onde a vida lhes parece ser mais fácil e mais rentável.

É essencial frisar que, ao mesmo tempo em que o governo fazia a propaganda da Amazônia como “redentora” dos problemas do Nordeste, deixava os moradores da própria Amazônia abandonados à própria sorte. Com belíssimas propagandas veiculadas por jornais e revistas, estava “solucionando” uma gravidade da seca e tentava camuflar a pobreza e a miséria dos camponeses paraenses que sofriam e sofrem com a falta de políticas públicas voltadas para a zona rural.

Como deixa explícito, Autinha veio entusiasmada pela forte propaganda sobre a cidade. Contudo, as famílias partiam do interior para a cidade a fim de construir um novo espaço. Famílias inteiras, como a de nossa depoente, buscavam novos lugares na urbe para viver. Era comum os parentes morarem em uma única casa, ou até mesmo em um único cômodo.

Mesmo com as dificuldades financeiras, a falta de moradia e o desemprego, eles permaneciam na cidade acreditando que agora estavam na terra das oportunidades, até porque, muitas vezes, não tinham como retornar. O testemunho de Autinha mostra a complexidade dos fatores e as influências que corroboraram para a migração e para o processo de troca de informações e negociações no íntimo das famílias e das redes sociais. Em boa medida, é perceptível, na narrativa dessas pessoas, a construção do imaginário referente aos pretensos locais de destino. Assim, explicam como o imaginário sobre a cidade é difundido, auferido e obtido.

Ao perguntarmos ao senhor Paulo Auzier Marialva, soldador, migrante do município de Juruti (PA), acerca da decisão de migrar para Manaus, ele nos disse:

Bom, a minha saída do Pará foi que as minhas irmãs vieram primeiro, depois elas passaram dois anos aqui em Manaus, aí veio o meu pai. As menina incentivaram ele a vim pra cá, disse que aqui era mais feliz de se viver, né? Tinha mais meios, mas lá no Pará nós tínhamos os meios também, né? Nós viemo mais porque as minhas irmãs disseram que aqui era bom. Aí nos vendemo lá, vendemo o sítio, vendemo o terreno de lá, daí nós viemos pra cá em 78⁸⁰.

O depoimento de Paulo traz novos motivos para morar na urbe, já que a sua posição em relação ao interior não é desfavorável. Ao contrário de vários testemunhos, ele rememora que tinha estabilidade financeira no interior e relata que a sua família vivia da agricultura e tinha casa própria. Mas eles decidiram viver na cidade pela vontade do seu pai, já que suas

⁸⁰ Paulo Auzier Marialva, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

irmãos já moravam e trabalhavam no Distrito Industrial, relacionando, assim, os laços familiares como um fator determinante.

Diante dessa história de vida, podemos observar que a decisão de migrar pode estar ligada a uma perspectiva pessoal. Conquanto o trabalho com depoimentos nos dê uma dimensão da compreensão dos sujeitos, e pode nos levar a indagar outros tipos de documentos, permite um confronto entre as nossas concepções e a maneira como as pessoas concebem o seu modo de vida (SILVA, 2011, p. 11). Desse modo, vale ressaltar, para quem faz História Oral, que é necessário perceber os múltiplos significados de um mesmo fato.

O depoimento individual anula a possibilidade de uma única versão compor um fato. Existem múltiplas escolhas, de modo que a decisão do migrante de vir para Manaus pode implicar significados diferentes. O que pode, não exatamente, estar relacionado à questão econômica, uma vez que a História Oral está preocupada em entender as múltiplas visões dos eventos para as pessoas partindo da subjetividade (PORTELLI, 1996, p. 2). A subjetividade é imanente à pessoa, é por meio dela que é concebida a visão de mundo. Ela faz com que as pessoas constituam os seus costumes, os seus modos de vida, se posicionem na sociedade e participem dela (SILVA, 2011, p. 11).

Há também aqueles migrantes que não concedem um testemunho por vergonha de contar uma história de vida, que, em suas avaliações, é uma história de “fracasso”. Nem todos que vinham à cidade de Manaus conseguiram a “prosperidade” anunciada pelas propagandas. Essas pessoas que migram para uma região, ou país, e não conseguem o êxito desejado, não querem ligar a sua história de vida na cidade a uma imagem “fracassada” pelas dificuldades encontradas. É mais fácil criar uma ilusão da cidade do que relatar os percalços vividos. Desse modo, algumas vezes, não conseguimos colher depoimentos de alguns migrantes, por vergonha de não terem alcançado o tão sonhado “progresso” na grande capital (THOMSON, 2002, p. 351).

Embora as propagandas de pleno emprego os enchessem de sonhos, o desemprego não deixa de ser uma realidade para muitos migrantes que chegam às grandes capitais. Quando perguntamos ao senhor Amauri Gato Farias, eletricista e atualmente trabalhador de um estaleiro, migrante de Óbidos (PA), se era fácil a inserção no mercado de trabalho, ele nos disse:

A Zona Franca trouxe muita gente do interior pra Manaus, e muita gente veio na expectativa de melhorar de vida. Igual quando o pessoal vai pra São Paulo, pensa que é um paraíso, e muita gente que veio pra Manaus nessa época não se deu bem, porque o pessoal do interior não sabia ler nem escrever, mas na época ainda tinha muito trabalho em Manaus, muito trabalho. Foi uma época que procurava pedreiro, procurava carpinteiro, procurava servente, não tinha em Manaus. Tinha muito

*emprego na época, tinha grande construção em Manaus. A Gutierrez era uma empresa que empregava muita gente, a construtora Adolfo Lindemberg, a City, então eu vim influenciado*⁸¹.

O novo morador reconhece que a Zona Franca atraiu muitos interioranos na ânsia de se estabilizarem financeiramente. Mas não deixa de enfatizar a dificuldade que muitas pessoas tiveram quando chegaram aqui. Muitos desses homens e mulheres que vieram para Manaus eram analfabetos, e, por esse motivo, não conseguiam a inserção no mercado de trabalho com facilidade. Os postos de trabalho para esses migrantes interioranos eram nas grandes construções civis, como pedreiros, carpinteiros e serventes. Nosso entrevistado cita empresas importantes como grandes empregadores nesse ramo, como a Andrade Gutierrez⁸².

Embora não tenha sido tão fácil a sua instalação no primeiro momento, o migrante obteve outras experiências acerca da falta de trabalho dentro e fora da cidade:

*[...] Quando cheguei em Manaus, passamos momento meio difícil, porque a gente veio do interior sem saber muita coisa da capital, mais nós fomos lutando. Fui trabalhar no interior no Manaquiri, numa serralheria, depois vim pra Manaus trabalhar no Tropical Hotel, como ajudante de eletricista. Nesse período, era construção de obras em Manaus, que era o Tropical Hotel e o Aeroporto Internacional de Manaus, e também era a época que estavam construindo essa estrada BR 174 Manaus-Caracari*⁸³.

Amauri relembra a sua chegada à cidade e a permanência no cotidiano citadino. O migrante enfrentou alguns percalços, como o desemprego logo nos primeiros três meses ao chegar à cidade de Manaus. Interessante notar que, a despeito das propagandas de pleno emprego, foi justamente no interior, agora do Amazonas, que Amauri foi conseguir um emprego. Como não encontrou uma vaga na capital manauara, viajou para Manaquiri, município do Amazonas, onde trabalhou em uma serralheria. Só posteriormente decidiu retornar a Manaus, onde conseguiu emprego no Tropical Hotel, como ajudante de eletricista. A sua narrativa nos revela a luta que ele teve para sobreviver em um ambiente desconhecido, repleto de desafios.

⁸¹ Amauri Gato Farias, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

⁸² A Andrade Gutierrez, fundada em 1948, consolidou-se como um dos maiores grupos empresariais do Brasil. Dono de uma receita anual de R\$ 6,27 bilhões (resultado obtido em 2006), o Grupo está presente em grandes investimentos de infraestrutura no Brasil e no exterior, desempenhando papel de destaque como investidor nas áreas de concessão rodoviária, saneamento, energia, telecomunicações e aeroportos, além de atuar como um *player* importante no setor de construção. A estratégia é criar valor em cada área de negócio, para se tornar, nos próximos anos, um dos cinco maiores conglomerados nacionais. Mais informações disponíveis em: <<http://www.andradegutierrez.com.br/arquivos/relatorios-anuais/2006.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

⁸³ Amauri Gato Farias, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

2.4 Por que Manaus e não Belém?

Outra situação bastante sinalizada pelos interioranos paraenses que vinham para Manaus foi a proximidade geográfica com a Região de Integração Baixo Amazonas⁸⁴, que fica no território paraense. Quando perguntamos à senhora Maria Eduarda dos Santos, assistente social, migrante do município de Juruti (PA), porque ela escolheu o percurso do interior do Pará até Manaus, ela respondeu:

Porque, pra sair de Juruti, o município onde nos vivíamos na época, a comunidade de Juruti, no caso, onde nós morávamos, era mais fácil vir pra Manaus do que ir pra Belém, dado a dificuldade de transporte. Não havia embarcação que fosse até Belém, embarcação de nível médio nem pequeno, só eram grandes navios, e as dificuldades pra chegar até Belém eram bem maiores do que chegar a Manaus. Nós viemos de barco. Na época, existiam alguns motores, no caso, nós não viemos no motor da linha, nós viemos no barco do amigo dele, amigo do meu pai, que fazia o transporte de Óbidos a Manaus, e foi a pessoa com quem nós viemos⁸⁵.

A narrativa descrita é constante na fala dos paraenses, os quais diziam que vir para Manaus era mais fácil do que ir para Belém, pela proximidade e pelas facilidades das embarcações de pequeno porte que passavam nos municípios que compõem a Região de Integração do Baixo Amazonas. Ir para Belém só era possível de navio, além de outros fatores negativos, como a passagem mais cara e o tempo estimado mais longo, que dificultavam a viagem dos interioranos. Porém, ousamos dizer que a pretensa corrida pelo capital e a forte propaganda feita de Manaus superavam em muito as expectativas sobre Belém. Na visão de muitos migrantes, não havia boas oportunidades de emprego em Belém, e a capital paraense sempre foi mais vista para outros fins, como os estudos, por exemplo. Assim, Belém não representava muita expectativa de trabalho para os interioranos. É o que nos conta Edilene Coelho, sobre a sua experiência de morar na capital paraense, antes de vir para Manaus:

Em 1988, saí do interior do Pará, em Óbidos, né? Fui pra Belém, a capital, porque, terminava o ensino médio, a gente tinha que ir atrás do nível superior, porque lá não tinha universidade. Santarém era a cidade mais próxima, em contrapartida, eram poucas vagas e tal. Então, a gente optou por Belém e lá eu fiquei por oito anos, apenas na capital, onde eu fiz, estudei lá, fiz Serviço Social, e como as oportunidades de emprego eram muito, até hoje tão se afinilando mais, né? Aí eu

⁸⁴ A Região de Integração (RI) Baixo Amazonas está localizada na Região Noroeste do estado do Pará, entrecortada pelos rios Amazonas e Tapajós e as rodovias BR-163 (Rodovia Cuiabá- Santarém), PA-254 e PA-419. Abrange uma área de 315.857 km², o que corresponde a 25,32% do território paraense. As dinâmicas socioespaciais da RI caracterizam-se por forte vínculo com os rios supracitados. A economia da região vincula-se à produção de grãos, exploração florestal, agricultura familiar, pesca e empreendimentos mineradores, correspondendo à quarta maior participação (7,24%) no PIB estadual. A Região de Integração do Baixo Amazonas é composta pelos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. Mais informações disponíveis em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/indicadoresQualidadeAmbiental/IndicadoresRIBaixoAmazonas>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

⁸⁵ Maria Eduarda dos Santos, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 7 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

me casei lá também, aí eu e meu marido ficamos desempregados, aquela história, desempregados, grávida [risos], e aí a gente optou por vir pra cá. Por quê? Primeiro, por ser mais perto e ter teoricamente os mesmos costumes por se tratar de Região Norte, e segundo porque parte dos meus familiares já morava aqui em Manaus. Então, por incentivo de mãe e pai, eles disseram pra vir, que teoricamente o emprego seria mais fácil, né? É uma das motivações, né? Foi isso, tá com os familiares e as oportunidades de emprego.

Indagada se eles sempre vêm para Manaus nessa perspectiva de trabalho, Edilene respondeu:

Sempre na perspectiva de... mais trabalho. Agora, o pessoal que gostava de estudar ia pra Belém, era tipo assim, Belém era o centro do estudo, Manaus, o centro do trabalho. As oportunidades de emprego era aqui; pra Belém, mais pra quem queria estudar, passar no vestibular⁸⁶.

A história de Edilene difere um pouco da maioria de nossos depoentes, tendo em vista que ela teve oportunidade de estudar até o nível superior. Uma questão foi crucial para as condições obtidas: seu pai foi garimpeiro e madeireiro. Ao contrário do pai de Marta, ele teve certo êxito em seu trabalho e manteve os estudos de Edilene na capital paraense.

Embora com nível universitário, nossa entrevistada não conseguiu permanecer por muito tempo em Belém, dada a escassez no mercado de trabalho. Assim, decidiu buscar a cidade de Manaus para viver com a sua família. Ela pontua os laços familiares como um fator primordial para a sua partida.

Cabe notar que, com um contingente de força de trabalho disponível cada vez maior, torna-se possível a prática de salários baixos ou baixíssimos. Essa foi uma inevitável consequência desses processos migratórios para Manaus, que fica explícita nas falas de muitos depoentes, ou seja:

Esse fenômeno ocorre inicialmente nos países que foram se industrializando. Mais crescia a industrialização, maior o contingente de imigrantes que chegavam às cidades industriais. O processo de urbanização expande-se e, hoje, mesmo aqueles países pouco desenvolvidos veem a cada ano aumentar a sua população urbana em relação à rural (CASTRO, 1992, p. 165).

Sandra Jatahy Pesavento (1995, p. 281) diz que o capitalismo é o responsável pela configuração dos espaços urbanos em que as pessoas são submetidas a viverem de acordo com as regras, com o *modus vivendi* normalizador do viver em cidade. Em suas palavras, “Processos econômicos e sociais delineiam-se, transformando as condições da existência: concentrações populacionais, migrações rurais, superpovoamento e transformação do espaço assinalam o crescimento e configuração das cidades” (PESAVENTO, 1995, p. 281).

⁸⁶ Edilene Coelho Duarte Varela, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 13 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

Que sentidos atribuem nossos entrevistados ao processo de migração por eles empreendido? Como se recordam das condições de vida na cidade no momento em que chegaram?

Nem todos os migrantes que chegavam conseguiam emprego no Distrito Industrial. Era mais fácil conseguir uma vaga na construção civil, a exemplo do Tropical Hotel e do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, como relatado, linhas atrás, pelo nosso depoente Amauri. A instalação do capital industrial, que, ao longo do seu surgimento, toca nas estruturas das sociedades por onde é implantado, é uma forte geradora de riquezas e desperta, assim, nos indivíduos, interesses por acúmulos de bens e riquezas. Como podemos perceber, famílias inteiras subiam o Rio Amazonas para fazer parte do espaço citadino. É o que pode ser observado na fotografia a seguir.

Figura 3 - Casamento de migrantes com efeito civil em Manaus.



Fonte: Acervo pessoal da migrante Cecília da Silva Ribeiro.

Legenda: Da esquerda para a direita, Cecília da Silva Ribeiro é a sexta, e Amauri Gato Farias é o terceiro.

A realidade dos novos cidadãos parecia estar ligada à questão econômica, já que eles partiam em busca do progresso, acreditando tomar para si outro destino. E, nesse processo, Manaus teve a sua urbanização transformada, significando, para muitos dos milhares de migrantes que chegavam à cidade, um “oásis em meio ao deserto”, um ideal de vida melhor.

Assim, a industrialização, além de estar inserida na conhecida revolução técnico-científica, metamorfoseou as sociedades, de tal forma que o cotidiano das pessoas foi alterado. Entre a sistematização industrial capitalista está o trabalho, que outrora representava

opressão, sofrimento físico, penúria, e, nos tempos de industrialização, é representado como sinônimo de propriedade, opulência, ostentação e rentabilidade. Então, trabalhar, na visão das sociedades industriais, simboliza ter dignidade, qualificação, e posiciona o sujeito diante da sociedade (CHALHOUB, 2012, p. 65).

Embasados nesse discurso do trabalho dignificador de um pomposo “progresso”, muitos migrantes chegaram a Manaus para um novo viver citadino. Quando indagamos à senhora Autinha Assunção acerca da propaganda que os paraenses ouviam da cidade, ela disse: *“Bom, na época, a Zona Franca estava no auge, então o povo vinha muito com a esperança de conseguir um bom trabalho, né, ganhar um bom dinheiro, sobreviver, né, de forma melhor”*⁸⁷.

Como foi sinalizado pela nossa depoente, a propaganda feita era de “progresso” e “vida melhor” para as pessoas que decidiam morar em Manaus.

A entrevistada veio para Manaus ainda na década de 1970, entretanto, olhando alguns jornais de circulação diária, observamos que, mais de uma década depois, a propaganda ainda estava fortemente presente.

Dando conta de que Manaus estava em pleno desenvolvimento e criando oportunidades de empregos, estabilidade financeira para as famílias dos industriários e garantia de benefícios, o Distrito Industrial era mostrado como motivo de orgulho, incentivando os manauaras, inclusive, a apresentá-lo aos visitantes.

Em 1985, o Jornal do Comércio noticiou:

Em 1967 Manaus nasceu de novo.
Desde esse ano com a Instalação da Zona Franca. O coração da cidade está no seu Distrito Industrial.
São centenas de indústrias. Onde mais de 50 mil famílias encontram a segurança de um bom emprego.
Trabalhar no distrito é usufruir de um conjunto de benefícios sociais sem igual em todo o Brasil.
Não é qualquer emprego que proporciona ao mesmo transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica, social e farmacológica para toda a família do trabalhador, creches, programas de esporte e lazer.
Ao mesmo tempo esse grande coração do nosso sistema social é a máquina que movimenta o desenvolvimento econômico da região [...]. Conheça melhor o distrito e não deixe de mostrá-lo as pessoas que visitarem a cidade. É o verdadeiro coração da cidade⁸⁸.

Vemos que as propagandas veiculadas em jornais, tais como a exemplificada acima, buscavam imprimir a ideia de que Manaus vivenciava um grandioso desenvolvimento econômico proporcionado pela efetivação da Zona Franca, no qual quem saíria ganhando

⁸⁷ Autinha Domingas de Assunção Santos, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 7 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

⁸⁸ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 1º de agosto de 1985, p. 6.

seriam as famílias, que poderiam usufruir da “segurança de um bom emprego”. De acordo com o texto da propaganda, Manaus estava nascendo de novo a partir de 1967. Essa era a ideia que os industriais, representados pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), queriam passar não só aos moradores da cidade, mas também aos visitantes.

Assim, podemos observar que as propagandas almejavam atrair grandes levas de migrantes, os quais depositavam todas as suas expectativas em um emprego dos sonhos no Distrito Industrial, buscando melhoria de vida em Manaus. Afinal, elas davam conta de um lugar cheio de oportunidades de trabalho, com vantagens que não eram comuns no restante do Brasil, como “transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica, social e farmacológica para toda família do trabalhador, creches, programas de esporte e lazer”.

Além de oportunidades abundantes para os trabalhadores, os jornais anunciavam também a escassez de “trabalhadores qualificados” para se apresentarem como mão de obra no Distrito Industrial de Manaus.

De fato, ao acompanhar o crescimento populacional de Manaus nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, segundo os dados fornecidos pelo IBGE, podemos notar que a capital amazonense teve um crescimento demográfico nada desprezível:

Quadro 7 - Crescimento demográfico em Manaus.

Município	Situação do domicílio	Variável x Ano							
		População residente (Pessoas)				População residente (Percentual)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Manaus (AM)	Total	311.622	633.383	1.011.501	1.405.835	100,00	100,00	100,00	100,00
	Urbano	283.673	611.843	1.006.585	1.396.768	91,03	96,60	99,51	99,36
	Rural	27.949	21.54	4.916	9.067	8,97	3,40	0,49	0,64

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Reforçando as propagandas dos jornais, percebemos, na narrativa da senhora Autinha, a reprodução do discurso oficial de melhores condições de vida na cidade industrial e de expectativa de vagas de emprego.

2.5 Encantos e desencantos da cidade

Quando perguntamos à senhora Alta Ribeiro da Silva, vendedora de cosméticos e migrante do município de Juruti (PA), o que significava migrar para Manaus, ela nos deu duas dimensões, as quais vamos classificar de encantos e desencantos.

Analisando os encantos como a primeira dimensão, indagada sobre qual foi a razão que a fez optar por viver em Manaus, nossa depoente nos disse:

Então, nós viemos pra cá porque a vida era muito difícil, né? Nesse tempo, a gente trabalhava com agricultura, né, e era muito difícil nossa vida lá, não tinha luz, não tinha nada lá, né? A gente optou por vim embora pra Manaus, né, atrás de trabalho, né, atrás de sobrevivência, porque era muito difícil, a vida não era fácil. Tinha que trabalhar de roça, pra compra uma roupa lá, quem conseguia compra uma roupa lá, e andar calçado, na época não tinha calçado lá, o povo lá andava mais de pé no chão mesmo. Então, a gente trabalhava muito lá, era muito difícil. Essa foi a questão que nós viemos embora pra Manaus⁸⁹.

A narrativa de nossa entrevistada caracteriza o lugar de origem como um espaço de difícil sobrevivência, pela falta de energia elétrica, pelo duro trabalho na agricultura, pela falta de itens considerados básicos, como vestimenta, que, em sua fala, aparecem como “*não tem ‘nada’ no interior*”. A fala da nossa depoente é também a fala de muitos migrantes quando perguntados sobre os motivos que os levaram a buscar as cidades para viver.

Compreendemos que, mesmo apontando para a busca de melhor condição de vida, é preciso estar atento para os sentidos desse “melhor”. Nossa entrevistada não passava fome, tinha na agricultura familiar a sua subsistência garantida, porém, não basta alimentar, outras necessidades se colocam para ela. A luz elétrica é uma delas; outro ponto importante para a depoente é o andar calçado. A dificuldade de adquirir vestimentas e calçados se coloca para ela como importante fator de distinção.

Assim, a perspectiva de “melhorar de vida” deve ser vista também em sua dimensão subjetiva. “Por definição, a subjetividade diz respeito ao indivíduo” (PORTELLI, 1996, p. 61) e implica a visão de mundo de cada sujeito.

A subjetividade é real e compõe o fazer-se dos sujeitos. “Nossa tarefa não é, pois, de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui argumentos e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la” (PORTELLI, 1996, p. 61-62).

A segunda dimensão é a de desencantos. Observamos uma memória de frustração quando nossa depoente foi questionada acerca da estadia na cidade, e nos disse:

⁸⁹ Alta Ribeiro da Silva, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

Não foi fácil. A gente veio, aí a minha tia, a cunhada dela, da minha mãe, deu uma casinha lá, uma casinha feita de caixote, dessas de negócio de mercadoria, né, que naquela época vinha aquelas mercadorias grande, né? Então, as paredes toda da casa da minha tia, era ali na Avenida Airão, Avenida Airão fica na Matinha, era feita dessas caixa, era coberta de palha. Aí a gente ficô morando lá com ela, morando por um tempo lá, mas aí a casa era muita velha, muito ruim. Aí depois fomo pagar um aluguel, de um quarto só, um cômodo só, pra oito pessoas. Era aqui na Japurá, fica no centro, a avenida fica assim, e a Japurá fica bem aí no centro. [...] E aí a gente foi trabalhar, aí eu me empreguei numa fábrica de fazer açaí, aí na Constantino Nery, bem ali onde tem aquelas mangueira [...] aí depois o homem faliu lá, né⁹⁰.

O testemunho da migrante revela outra visão da cidade, a qual ela não conhecia; outros aspectos desagradáveis (falta de moradia, condições sub-humanas, aluguéis caros para quem vinha do interior, trabalhos informais com inexpressíveis remunerações etc.). Com todos os problemas anteriores, nossa depoente também se sentiu frustrada com a cidade, uma vez que a sua expectativa de morar em Manaus significava melhorar de vida em relação ao lugar de onde veio.

As fontes orais têm nos permitido repensar os significados das transformações nos aspectos físicos, sociais e econômicos, e assim reconstituir e recompor outras histórias. Essa reflexão cabe aos migrantes trabalhadores e às suas vivências e experiências na cidade (MORAIS, 2004, p. 229), que nem sempre estão ligadas diretamente a projetos industriais, como é o caso de vários paraenses.

Diante desse desencanto, nos instiga compreender como os paraenses têm se inserido na nova realidade. Que caminhos e estratégias desenvolveram naqueles primeiros anos, diante das dificuldades de se conseguir um emprego no sonhado Distrito Industrial, ou uma moradia?

Assim, pudemos observar, através das falas de nossos depoentes, que é necessário um tempo de adaptação para poder se organizar e buscar o que se procura, e, mesmo assim, quando não acontece o que se imaginou, o migrante busca meios para sobrevivência como forma de se manter e permanecer na cidade. É o que nos mostra a entrevista de Eduardo Carlos, quando foi perguntado sobre o que ele tinha pensado ou idealizado sobre a sua vinda para a cidade de Manaus. Ele assim respondeu:

Eu pensava que ia trabalhar no Distrito, era meu sonho, sonho frustrado, esse que depois de 25 anos praticamente eu nunca trabalhei no Distrito, mas eu pensava que eu iria trabalhar. Cheguei a fazer um teste na Moto Honda, e só não fiquei porque a única vaga que tinha era no setor que meu irmão trabalhava. Então, por isso, eles não aceitavam parente no mesmo setor, e por isso eu não fiquei. Essa foi a maior dificuldade, porque, assim, eu não conhecia pra sair, meu irmão trabalhava de segunda a sexta, e nos dias que era pra eu sair acompanhado não tinha ninguém. Então, essa foi a maior dificuldade que eu tive pra começar a trabalhar. Emprego

⁹⁰ Alta Ribeiro da Silva, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

*mesmo foi de cobrador de ônibus, cobrador, mas fiz antes vendas aqui em Manaus. Vendas, porque aqui tudo que colocar pra vender você vende. Eu vendi pipoca, eu vendi batata no centro de Manaus, e a gente olhava por esse lado era muito fácil sobreviver aqui*⁹¹.

Eduardo é um dos muitos paraenses interioranos que vieram em busca de uma vaga no Distrito Industrial e não conseguiram ingressar nas empresas. Ele partiu para o mercado informal, esse que também é outro desafio de quem migra. O depoente procurou meios de sobrevivência na cidade com as vendas, sem vínculo empregatício. Os vendedores ambulantes, como o nosso entrevistado, configuram novas estratégias para permanecer na cidade dos “sonhos”. E, em meio a essas dificuldades, Eduardo buscava novas formas de “ganhar” a vida na cidade, de resistir às dificuldades encontradas nesse novo percurso.

Os percalços no meio do caminho serviam de incentivo para muitos paraenses, que, mesmo enfrentando situações arbitrárias, não desistiram de viver em Manaus. Os depoimentos que nos foram concedidos nos permitem observar que muitos interioranos paraenses não conseguiram facilmente inserção do mercado de trabalho formal, sobretudo nos primeiros anos da implantação da Zona Franca. Quando indagamos à senhora Maria Inês Ribeiro da Silva, ex-industriária, migrante do município de Juruti (PA), a respeito do trabalho na cidade, ela relatou:

*A falta de renda fazia com que as pessoas morasse junto. Quem não tinha saber ficava difícil arranjar trabalho. Só entrava no Distrito quem tinha o 5º ano primário. As pessoas que vinha do interior não tinha chance de entrar no Distrito. As mulheres que chegavam do interior só conseguia ser doméstica*⁹².

A experiência da migrante nos dá outra percepção referente ao trabalho na cidade, qual seja: que nem todas as pessoas que chegavam iam diretamente para as fábricas, em um “emprego dos sonhos”. Nossa depoente nos conta sobre a necessidade de uma instrução mínima, e, como essa instrução não era comum em sua região, o que ocorreu em muitos casos com os migrantes paraenses do Baixo Amazonas, houve a necessidade de buscarem outras ocupações para conseguirem minimamente sobreviver. Em muitos casos, tiveram de buscar trabalhos na construção civil ou em casas de famílias, como empregadas domésticas, ou ainda fazendo trabalhos informais.

É fato que a corrida para a cidade de Manaus ocorreu em uma intensidade inesperada. Uma cidade industrial metamorfoseada pelo processo capitalista seduz muitas pessoas, fazendo com que elas mudem os seus modos de vida. Ao perguntarmos ao senhor Atílio de

⁹¹ Eduardo Carlos Freire de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

⁹² Maria Inês Ribeiro da Silva, entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 1º de maio de 2014, na cidade de Manaus.

Souza Assunção, técnico naval, atualmente aposentado, migrante do município de Juruti (PA), por que optou por morar na cidade, ele relembra:

[...] primeiramente, eu quero enfatizar, dizer que: Eu deveria ter vindo um pouquinho antes de 1970, porque quando surgiu a Zona Franca de Manaus, isso provocou uma atração nacional, né? E então eu fiquei muído para vir de mudança para Manaus. Ocorre que não foi possível, e eu tive que adiar a viagem e vim no final de 1970, e o motivo foi isso: atração promovida da Zona Franca, que facilitava o meio empregatício, né? Que circulava mercadorias em preços menores, também no afã de construir aqui a minha vida. A priori, eu vim fazer uma experiência, não vim de muda para Manaus em definitivo, embora tenha vindo com a família já, mas eu vim a título de experiência⁹³.

O imaginário que foi passado ao nosso depoente quando morava no interior no que se refere à vida em uma cidade externa foi somado ao desejo de ter vindo antes de 1970, por acreditar que aqui teria realmente uma melhora de vida, com tantas propagandas, como facilidades de encontrar emprego, facilidades de compra e de constituir um novo espaço para viver.

Assim, o entrevistado veio fazer uma experiência e acabou se instalando na cidade em definitivo. Mas a realidade da sonhada Zona Franca era bem diferente das propagandas difundidas. Segundo Renan Freitas Pinto (1987, p. 24), a permanência na Zona Franca tem um duplo sentido:

Os dados referentes a essas próprias empresas, entretanto, apontam que, na realidade, a questão do barateamento da produção via baixa remuneração do trabalhador é um fato. De outra maneira, como explicar que essas empresas têm diminuído seus investimentos na produção em seus países e aumentado o número de fábricas e plantas de montagem nos países periféricos?

No dúbio discurso sobre a instalação da Zona Franca, um aparece como oportunidade para as empresas internacionais de isenção dos impostos, e o outro é a vantagem para o empresariado perante a vasta oferta de força de trabalho, o que nos faz entender uma parte do processo da mudança na cidade, embora nem todos os migrantes paraenses que chegavam à cidade de Manaus trabalhassem no Distrito. Assim sendo, nossos depoentes, que vieram a partir do imaginário criado através da Zona Franca e suas ofertas de empregos abastadas, na sua maioria, traçaram outras histórias de vida, como o Eduardo, que se destacou como vendedor ambulante de picolé e disse que aquele período foi o melhor que ele já teve:

Também vendemos picolé Ajurí como aqueles carrinho da Kibon Sorvane, né? Tinha a Kibon Sorvane e o Picolé Ajurí, foi uma época em que nós ganhamos muito dinheiro em Manaus, né? Então, isso aí foi um empurrão pra que nós comprássemos um imóvel pequeno [...], depois surgiu esse trabalho de cobrador de ônibus⁹⁴.

⁹³ Atilio de Souza Assunção, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

⁹⁴ Eduardo Carlos Freire de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

Indagado se foi fácil conseguir esse emprego, ele nos revelou:

Na época, era fácil, as empresas tinham dificuldade de encontrar cobradores pelo seguinte: as pessoas queriam ir pro Distrito pra folgar no sábado e domingo, e o cobrador só tinha uma folga na semana [...] depois eu fui demitido, tavam tirando os homens pra colocar as mulheres. Então, eu fui trabalhar por conta ainda, eu fui trabalhar com vendas ainda. Fui trabalhar como camelô sete anos, em frente ao Ida Nelson, e... sete anos trabalhei lá como camelô. É muito bom ser camelô, é muito legal, trabalhei sete anos lá, era na frente do colégio. Nas férias do colégio, eu aproveitava e ia em Santarém duas vezes por ano, porque a gente ganhava um dinheiro que dava de sobreviver e dava de guardar um dinheirinho pra fazer esse turismo⁹⁵.

A história de Eduardo nos dá a dimensão do cotidiano na nova cidade que ele escolheu para viver. Mas a ideia que ele tem de vencer na vida pode ser relativa, já que, na visão do paraense, vencer na vida é tatear o trabalho que a cidade lhe oferece. Mesmo como o sonho frustrado de ser industrial, ele procurou alternativas de trabalho, ainda que informais, e não cessou de lutar pela sobrevivência na cidade. Traçou novos rumos e projetou outra história de vida. Importa perceber que, para ele, a vida na cidade trouxe outras expectativas, ainda que de forma individual, como conseguir comprar um imóvel com a venda de picolé, conseguir viajar duas vezes ao ano a Santarém, revertendo uma dura realidade encontrada na capital que propalava “abundante” oferta de emprego no polo.

A pesquisa oral nos leva a outras razões que os fazem migrar. Para tanto, o significado da migração para Manaus pode ser representado como um lugar de oportunidade de trabalho por uma vasta rede de serviços, como saúde e educação. Mas também pode ocorrer através de laços familiares, redes de sociabilidade. Motivos pelos quais os migrantes podem decidir viver nos grandes centros urbanos. Um modo diferente de viver é exposto como o direito à cidade, “[...] o qual se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar” (OLIVEIRA, 2010, p. 153).

Observamos, nas falas dos nossos entrevistados, que, entre a promessa/expectativa da abundância e da melhoria de vida e a realidade que encontraram ao chegar a Manaus, muitas rotas e sonhos foram refeitos. Atualmente, ao falar de seu passado, da decisão de migrar, nossos depoentes o avaliam com seu olhar contemporâneo, com as perdas e ganhos que o tempo transcorrido lhes proporciona, mas chama a atenção o fato de não se colocarem como vítimas da História, mas sim como sujeitos de sua própria vida, que, diante das contradições, repensam seus caminhos, tomam outras decisões, trilham outros caminhos, enfim, tomam em suas mãos sua própria história.

⁹⁵ Eduardo Carlos Freire de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

Cabe notar que a visão dos migrantes acerca da capital industrial manauara carrega semelhanças com outras cidades no passado, como Londres, por exemplo. Raymond Williams (1989) apresenta uma compreensão de diversas visões dos observadores setentistas sobre a cidade de Londres. Muitos viam a cidade como uma superestrutura legal e financeira do comércio e da indústria sempre elogiadíssima. Foi bem nesse cenário que os observadores setentistas viram outras dimensões dessa cidade, preferencialmente sobre Londres, que, naquele momento, era considerada a principal cidade do globo. Segundo Williams (1989), o pensador Voltaire entendia a atividade industrial e a procura dos prazeres requintados como as impressões singulares da cidade. Desse modo, específicas da civilização. A Londres para esses literários era remota.

Vários observadores que apreendiam a cidade abordavam comumente a ideia de progresso sobre a urbanidade londrina. Entretanto, a apreensão do que realmente foi Londres destoava de uma ideia de “ordem civilizada”, já que a cidade era agregadora de muitas mazelas. Por conseguinte, o que esse prisma une é uma realidade divergente; em meio a vícios e protestos, de criminalidade, de vitimização, de desesperos e de independência. As contradições entre pobreza e riqueza não eram qualitativamente díspares daquelas encontradas no meio rural. Entretanto, eram mais acentuadas, mais amplas e visivelmente problemáticas, decorrentes da expansão da cidade, que crescia freneticamente (WILLIAMS, 1989, p. 203).

Assim como a cidade de Londres do século XIX, a pManaus do século XX é observada também pelos migrantes como uma cidade do progresso, da civilização, da modernidade e das oportunidades. Porém, ela começou a dar sinais de contradições do progresso, comportando as grandes indústrias multinacionais, bem como as mazelas sociais que foram adquiridas como consequência da expansão da cidade. A urbe manauara crescia em proporções inesperadas.

Importa refletir que, a partir da instalação da Zona Franca, não é perceptível a promoção social como impacto plausível à população, já que as pessoas não conseguiam, muitas vezes, sair de situações calamitosas, não conseguiam vivenciar a qualidade de vida, e a situação ficava cada vez mais crítica, como diz Renan Freitas Pinto (1992, p. 129):

[...] a Zona Franca de Manaus, mesmo considerando todos os seus aspectos positivos, não se transformou afinal em um processo de promoção social para a população de Manaus, uma vez que a vida das pessoas não melhorou depois da Zona Franca. É muito mais fácil perceber e demonstrar que as coisas que pioraram, que a vida se tornou mais difícil e mais complicada para a grande maioria, que a cidade como um todo se tornou mais pobre e mais problemática.

A Região Norte foi escolhida para ser um novo modelo de economia, após vários estudos sobre zonas francas em diversos países. Manaus recebeu a implantação do livre

comércio, sob o discurso da geração de renda e emprego. Adotavam-se medidas políticas planejadas pelo governo militar para a propalada integração nacional do país, incluindo a Região Amazônica como uma das primeiras preocupações, e ainda a abertura de estradas para facilitar o acesso a lugares “ditos” longínquos em relação às outras regiões.

O “Integrar para não Entregar” e as propagandas governamentais fortaleciam a região para uma intensa atração de milhares de pessoas de outras regiões para vender sua força de trabalho em troca de geração de renda para o Distrito Industrial de Manaus, aumentando em grandes proporções as ofertas de novos empregos, e, assim, a cidade acelerou o seu cotidiano. Em meio ao “Milagre Econômico”, instalavam-se projetos para fomentar a industrialização, e efetivava-se, naquele momento, o Parque Industrial de Manaus, oportunizando vantagens às empresas nacionais e multinacionais concernentes aos incentivos fiscais e à doação do espaço físico. Dessa forma, as primeiras empresas a serem instaladas foram as de componentes eletroeletrônicos.

Conquanto fossem visíveis os problemas no planejamento urbano, as pessoas que chegavam construíam novas moradias. Em 1970, Manaus já tinha 284 mil habitantes, mesmo que existissem apenas alguns bairros.

Neste período Manaus já contava com os bairros de Imboca/Santa Luzia, Morro da Liberdade, Crespo, São Lázaro, Betânia, São Francisco e Petrópolis, ao leste; Santo Antônio, Glória e Compensa, à oeste; Matinha São Geraldo, Chapada, São Jorge, Beco do Macedo e Vila Amazonas, ao norte; com a retirada da cidade flutuante do centro, esta ajudou a aglomerar o que seria hoje o bairro da Raiz (PESAVENTO, 2001, p. 100).

Atualmente, Manaus dispõe de 68 bairros oficiais divididos nas Zonas Norte (12), Sul (18), Centro-Sul (6), Oeste (13), Centro-Oeste (6) e Leste (13)⁹⁶. A cidade é considerada a “maior metrópole da Região Norte”⁹⁷, sem contar com muitas ocupações que surgem constantemente. São construídos novos espaços nos bairros das periferias, onde as pessoas reconstróem suas histórias. Nesses novos espaços, esses indivíduos se legitimam como sujeitos, a partir de interesses em comum, em prol de um bem maior. Entre ruas, guetos, são construídas as relações humanas, bem como são reconhecidas as formações cultural, política e econômica da cidade (OLIVEIRA, 2000, p. 107). Contudo, é no correr diário que as pessoas almejam mudanças, que o indivíduo ganha ou deixa de ganhar a vida, sobrevive, ou vive plenamente. Pode ser nele que as pessoas sofrem ou têm prazer, e, para entendermos o cotidiano, precisamos descortinar essas realidades.

⁹⁶ Informação disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Manaus>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

⁹⁷ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 90.

3 A CIDADE REAL

Em meados do século XX, o Brasil experimentou uma das mais aceleradas transições urbanas da História mundial, que transformou, de forma rápida, um país rural e agrícola em um país urbano e metropolitano, de modo que grande parte dos seus habitantes passou a morar nas grandes cidades, podendo ser dito que a população brasileira já atingiu um grau elevado de maturidade⁹⁸.

Mas, não obstante essa rápida transição urbana, as cidades do Brasil ainda enfrentam grandes desafios sociais, econômicos e ambientais, pois toda mudança abrupta não se processa de forma harmoniosa. E é ainda bem mais difícil para o contingente mais pobre, que, apesar de representar a maior parte da população do crescimento urbano, raramente teve o seu lugar contemplado nessa expansão. Essa desatenção com as necessidades do maior grupo social está na raiz dos grandes problemas de ordem social que afligem as cidades brasileiras do século XXI (BAENINGER, 2010, p. 11).

Nesse intercruzamento de espaço e tempo, a cidade aparece como uma emaranhada floresta de símbolos, os quais podem se tornar visíveis para o historiador, ou, pelo contrário, se configurar como obstáculos. A descoberta da cidade é a de um labirinto do vivido, eternamente renovável, sendo que o indivíduo que nele adentra não é um ser completamente perdido ou sem rumo, mas sim alguém que lida com a memória e a sensação, a experiência e a bagagem intelectual, recolhendo os microestímulos da cidade, os quais apresentam caminhos que se abrem e se fecham (BAENINGER, 2010, p. 11).

3.1 A cidade sem “máscara”

A cidade se apresenta para os novos citadinos como ela é, sem “maquiagem”, sem vergonha de dizer o que ela oferece. É um campo de possibilidades, mas é também um impacto para muitos que sonham em estar nela.

Quando atracaram no porto da cidade, muitos migrantes paraenses sentiram o impacto do que é uma cidade grande. Além das belíssimas propagandas sobre o lugar, a conhecida

⁹⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre esse tema, ver: BAENINGER, Rosana. *População e cidades: subsídios para o planejamento e para políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População (Nepo)/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010, p. 11-12.

Zona Franca traz consigo realidades pontuais, que só podemos saber se experimentarmos o viver na cidade.

Pudemos observar, através dos depoimentos, que os migrantes, muitas vezes, criaram e criam um conjunto de representação acerca da cidade, que, em grande medida, não corresponde à realidade. O depoimento de Reginaldo nos ajuda a compreender os sentidos construídos acerca de Manaus pelos migrantes e o impacto com a cidade real.

Quando indagamos o nosso depoente sobre a sua visão ao chegar à cidade, ele nos disse:

Olha, primeiro eu tinha ido em Belém, né? Em Belém, quando você chega de barco, eu vim de barco, porque nós eramos 12 frei indo de barco, né? Quando eu fui pra Belém, né? Em Belém, quando eu vinha chegando no porto, era os prédio, muitos prédios, né? E assim, agrupados, né? Então, Belém é muito agrupado, assim, né? E quando eu cheguei em Manaus, eu vi um prédio só de longe, que é aquele prédio que é da Receita Federal, né? Um prédio antigo, único prédio, aí eu disse: “Égua! Que cidadezinha mais esquisita!”. E muito espaçosa, muito espaço. Aí, eu olhei, muita gente vendendo, muita gente correndo, o trânsito desordenado. Então, assim, a primeira impressão foi essa que eu tive, meio louca, no cais do porto, tem em todo canto, né? Mas aqui tinha muito mendigo, muita gente dormindo, né? Muitos meninos sujos, muito menino de rua, né? A primeira impressão que eu tive dali daquela frente de Manaus, né? Aquela feira, gente catando coisas pra sobreviver, né? E uma parte assim, aquela parte onde a gente aporta ali, é uma parte bem feia, aquele centro, aquela margem ali. Hum, hum, eu queria embora, eu queria voltar pra minha terra, porque eu vi ali muito sofrimento daquele povo, né? E queria ir embora pra casa, porque lá a gente não passava fome. A gente não tinha o que vestir, às vezes não tinha o que calçar. A sandália quebrava, a gente remendava. Não tinha esse luxo, né? Mas comia e bebia, e tinha bons amigos⁹⁹.

Para muitos, a ideia de progresso está ligada a uma cidade petrificada. A primeira impressão sobre a cidade deixou Reginaldo com medo de enfrentá-la. Foi assim que Manaus se apresentou ao nosso entrevistado. A presença de pedintes e vendedores ambulantes em grande quantidade não se coaduna com a representação que ele havia feito da cidade progressista e cheia de oportunidades. Assim, ele compara a capital amazonense com o interior paraense, e chega à conclusão de que lá em Santarém era melhor do que em Manaus, mas só foi possível perceber isso quando já tinha deixado uma vida inteira para trás.

O entorno do principal porto de Manaus não agradou. A porta de entrada da nova morada de Reginaldo não se apresentou de acordo com as suas representações de progresso e vida melhor. Assim, a dura realidade já começara a se revelar logo na chegada.

A principal via de entrada em Manaus é a fluvial. Pelo seu porto, chegam cotidianamente centenas de embarcações que a cidade recebe e comporta no cais. Os barcos trazem milhares de histórias de pessoas comuns que chegam para compor o cenário urbano. A maioria das cidades industriais carrega consigo a dura realidade que Reginaldo presenciou:

⁹⁹ Reginaldo dos Santos Castro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 16 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

muita agitação, pedintes, correria, enfim, uma vida frenética. Sandra Jatahy Pesavento (2007, p. 11-12) aponta que as cidades sonhadas, almejadas, que causam medo e despertam o ódio, que não podem ser alcançadas, assustadoramente reais, detêm a força do imaginário de qualificar o mundo, e salienta, ainda, que:

Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as “verdadeiras”, as “reais”, as “concretas” cidades em que vivemos. Afinal, o que chamamos de “mundo real” é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma. Pois o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas.

Dessa forma, Reginaldo encontrou a cidade palpável em que vivemos, com disparidades sociais, à vista de todos, não disfarçando suas mazelas e se apresentando de maneira real, ao ponto de o novo cidadão querer retornar a Santarém.

O impacto da cidade é marcante para muitos que desejam desafiá-la. A cidade real dispensa utopia, a sua dinâmica é feita do palpável, do tangível. Fica claro que, a princípio, o porto de Manaus não agradou muito ao migrante, já que ele não se identificou com o que viu. Para ele, o cais tem uma aparência feia, pouco arquitetada, foi e está sendo construído conforme a necessidade das pessoas, as setorizações que se acumulam entre os trabalhadores formais e informais do porto, que chegam e se acomodam como podem. O porto abriga vários espaços, é um lugar conflituoso, que traz consigo inúmeros personagens que fazem dele uma simbiose de diferenças. É o lugar que agrega o vai e vem de pessoas, um espaço de disputas, de roubos, de mortes, de mendicância. O cais do porto impregna nas pessoas uma visão marginalizada, como nos relata o jornal A Crítica:

O administrador do Porto de Manaus, engenheiro Nelson Neto, disse que as melhorias iniciadas no ano que passou que visam beneficiar a população de Manaus, de um modo geral, como a transferência de embarque e desembarque de passageiros em barco de porte médio da escadaria dos Remédios para o Roadway [...] A mudança de embarque e desembarque da escadaria dos Remédios para o Roadway, foi segundo Nelson Neto, a grande conquista da Petrobrás do ano 89, e vem atendendo a todas as expectativas, com aquela balbúrdia, sujeira e desconforto que era a Escadaria dos Remédios¹⁰⁰.

Não obstante já tenha sido marcada por projetos de embelezamento, como a retirada da Cidade Flutuante¹⁰¹, cujo objetivo era remover milhares de casas e comércios que estavam instalados nas margens do rio negrino, a fim de desenvolver a cidade através da atração de empreendedores, e, mais recentemente, com a reestruturação da Feira da Manaus Moderna, é

¹⁰⁰ Cf. Jornal A Crítica, publicado em 1º de maio de 1991, sem paginação.

¹⁰¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre esse assunto, ver: SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985, p. 10; e SOUZA, Leno José Barata. Os flutuantes antes da “cidade flutuante”. *Fronteiras do Tempo*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 105-126, jun. 2011.

nítido que a cidade não se esconde, que muitos atores se apresentam através do vivido. Essa é bem a realidade de quem sobrevive na beira no cais. Patrícia Rodrigues Silva (2010, p. 2) avalia que é “[...] por este porto que centenas de pessoas chegam ou partem para as cidades do interior do estado e outros estados da Região Norte. Assim, a Manaus moderna é a primeira e a última paisagem que veem da cidade”.

Reginaldo ressalta que, no interior, ele não passava fome, mas não havia o que calçar e, muitas vezes, o que vestir. Mas ele não foi o único a sentir a diferença entre o interior e a cidade grande. José Antônio também não teve uma boa impressão de Manaus. Ele chegou à capital amazonense ainda nos anos de 1990, e nos contou sobre a percepção que teve na sua chegada:

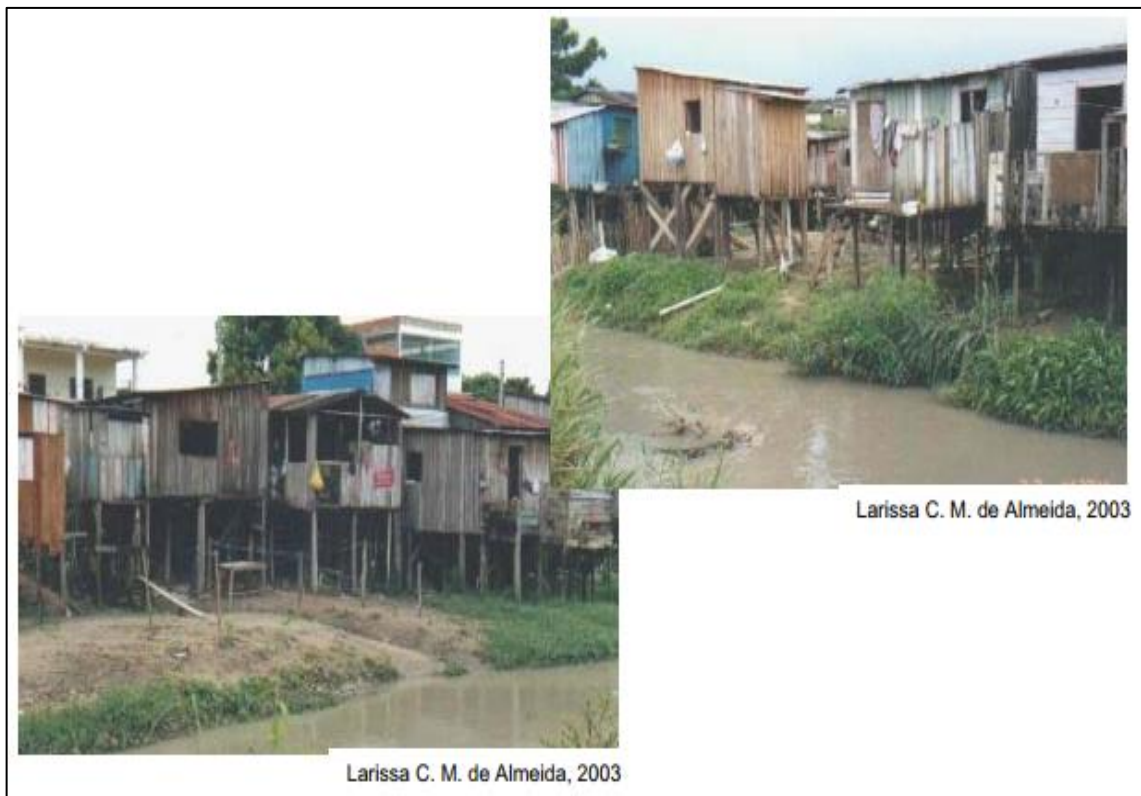
Manaus, na década de 1990, cara, quando eu cheguei aqui, eu me deparei com situações, assim, que não era do meu cotidiano em Óbidos. Ao visitar alguns colegas que moravam na margem ali do Igarapé do 40, eu achava horrível aquilo ali, eu dizia: “Gente, como é que vocês vieram de Óbidos pra morar num local desse?”. Jamais sairia da minha cidade pra morar assim, num lugar insalubre, numa casinha¹⁰².

José Antônio, como todos os outros migrantes, veio no entusiasmo de encontrar um lugar melhor do que Óbidos, mas se decepciona quando percebe que a cidade é bem diferente do seu imaginário, cheia de mazelas. Seus conterrâneos viviam na Manaus da Zona Franca, porém, não compartilhavam dessa face “próspera”. Ao contrário, a realidade era outra.

A percepção de nosso depoente está na questão da moradia. É comum, na cidade, ver inúmeras casas no entorno de igarapés já poluídos pela população. Muitas áreas que outrora eram preservadas, hoje viraram moradias para milhares de interioranos. Sem ter para onde ir, os novos citadinos foram se acomodando em verdadeiros aglomerados de casas feitas de madeira e papelão, sem a menor infraestrutura, como podemos observar nas fotografias a seguir.

¹⁰² José Antônio de Aquino Santos, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 16 de março de 2014, na cidade de Manaus.

Figura 4 - Palafitas construídas nas margens dos igarapés em Manaus.



Fonte: Larissa Christinne Melo de Almeida (2005, p. 79).

Essas imagens foram tiradas no Igarapé do 40, situado entre os bairros Japiim e Raiz, local conhecido na cidade por abrigar, nos seus arrabaldes, muitos moradores, principalmente migrantes interioranos. Elas também nos permitem observar a situação desses moradores que vivem ou viveram às margens dos igarapés.

A criatividade na construção das moradias é resultado de transformações pelas quais a cidade vem passando há tempos, desde o *boom* e a queda da economia gomífera até a instalação da Zona Franca em 1967, possibilitando levas de migração de interioranos, que são o nosso objeto de pesquisa. No caso de nossos interioranos, por falta de um lugar adequado para morar, muitos buscaram os igarapés. Larissa Christinne Melo de Almeida (2005, *passim*) afirma que aqueles que não conseguiram um lugar para se recostar foram parar nas margens dos igarapés ou ocuparam terrenos nas cercanias da cidade. As áreas que mais receberam essa nova população foram as Zonas Norte e Leste.

Na cidade real é assim, se misturam a riqueza e a pobreza. É um lugar de nítidas contradições, onde a todo o momento nos deparamos com situações adversas. Muito embora José Antônio tenha presenciado toda essa situação, não pensou em retornar a Óbidos, devido à precarização do campo. João Pinheiro Salazar (1985, p. 10) mostra que o campo vivenciava

uma economia agrícola extrativista em crise, que se agravava de 1920 a 1960, quando a produção agrícola-alimentícia era essencialmente de subsistência, comercializando-se somente o restante. A isso, somava-se a falta de um centro industrial urbano capaz de abastecer tamanha população. Todas essas dificuldades concorreram para que José Antônio não retornasse ao interior. Assim, ele se acomodou na cidade da maneira que pôde.

A Manaus cogitada não é a mesma encontrada pelos migrantes. A tão sonhada Zona Franca se mostrou de outra maneira para muitos. Márcio Souza (1980, p. 75) sustenta que:

A zona franca de Manaus é uma conjectura excepcional de favorecimento ao Capitalismo Monopolista em expansão, fruto da ditadura instalada no país desde 1964. Por isso a ZF de Manaus, assim como os outros diversos projetos da Ditadura para a região Amazônica, todos inseridos no processo dilacerante e nada idílico de acumulação primitiva, vieram colidir barbaramente com a estrutura econômica, política e cultural vigente na região. E dessa colisão ninguém escapou. [...] A zona franca de Manaus é filha de um sistema autoritário tecno-militar que em nome de uma suposta política de “integração” da Amazônia ao país vem desenvolvendo a integração da região ao desenvolvimento extensivo do Capitalismo.

Nesse contexto, a cidade de Manaus vem passando por drásticas mudanças em sua urbanização, decorrentes dessa ligação com o capitalismo, que, supostamente, veio dinamizar e melhorar a vida das pessoas que vivem e a procuram para realizar seus sonhos, sonhos esses relacionados, em grande parte, à qualidade de vida, e presenciam uma outra cidade, aquela da qual ninguém escapa de testificar, contornada de inúmeras mazelas sociais, sendo a violência uma das que mais despontam.

Foi o que aconteceu com o Antônio Marcus Saraiva Pinheiro, técnico em refrigeração, migrante de município de Castanhal (PA). Quando perguntamos ao nosso depoente qual foi a sua primeira impressão sobre Manaus, ele expressou:

*Apesar de a gente viver na cidade pequena, a gente não vê muitos crimes, roubos, assaltos, morte, né? Inclusive, no primeiro dia que eu cheguei na cidade de Manaus, eu presenciei uma morte, né? Que foi morte à facada. O parente matou o outro parente na esquina lá, com uma facada na garganta, e aquilo me chocou muito, né? E nunca tinha presenciado aquele tipo de briga, aquele tipo de morte, né? Porque quem vem de uma cidade pequena tá acostumado a vê as pessoas morrerem de doença, né? E na cidade grande, já foi diferente, já são facadas, já são mortes de tiros, são brigas constantes. Esse foi o meu impacto, inclusive, me deu [risos] até vontade de voltar pra minha cidade de novo, né?*¹⁰³

Antônio Marcus se assustou com a vida na cidade grande na sua chegada, em 2001. Nosso entrevistado se estarreceu com o cotidiano agitado e violento em Manaus. Mortes violentas, como as por assassinatos, vão aumentando com o maior contingente e, paulatinamente, se tornam corriqueiras na cidade. Muitos migrantes têm relatado que já presenciaram ou sabem de alguém que morreu assim. Esses acontecimentos quase fizeram o

¹⁰³ Antônio Marcus Saraiva Pinheiro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 2 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

nosso migrante retornar à sua cidade natal, se não fosse a crise que o seu município enfrentava. Conviver com a violência e com o medo tornou-se parte do cotidiano daqueles que habitam na cidade. Se tudo tem expandido na cidade, a criminalidade e a violência também aumentam. O impacto que Antônio Marcus teve são crimes comuns do espaço urbano. As estatísticas apontam para um aumento significativo de assassinatos.

A esse respeito, chamou-nos a atenção um *site* de notícias que, em 2013, dava a seguinte informação:

Em 2001, ocorreram 366 homicídios em Manaus e, dez anos depois, o número de casos subiu para 1.029. No ranking nacional, a capital do Amazonas fica atrás apenas de Natal e Salvador, que registram, respectivamente, alta de 251,3% e 215,3%. Na Região Norte, Manaus lidera em crescimento de casos, seguido, de Palmas (80%), Belém (63,1%) e Macapá (3,1%). Por outro lado, houve redução no número de assassinatos em Porto Velho (-17,5%), Rio Branco (-14,7%) e Boa Vista (-9%). Segundo Cebela, a Região Norte apresenta um preocupante aumento de homicídios na década com 66,8%. Entre 2001 e 2011, a taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes de Manaus aumentou 122,8%, o que também corresponde ao volume maior registrado entre as capitais da Região Norte e a terceira do país¹⁰⁴.

As informações do portal de notícias nos apontam para um crescimento vertiginoso da violência no âmbito da Região Norte como um todo, e de Manaus especificamente. Compreendemos que toda essa situação tem sido desencadeada e fomentada por uma gama de problemas, e, dada a expansão do perímetro urbano, tem alcançado essa população que chega com medo de permanecer no campo e teme enfrentar a cidade. Entretanto, com poucas opções de escolha, esses sujeitos enfrentam os medos que aterrorizam as grandes capitais. Cornelia Erckert (2000, p. 1-2) fala que a população que vive na cidade está sob a cultura do medo; é o que eles expressam continuamente:

Em seus relatos, contrastam um cenário de violência no tempo atual com lembranças do passado, abordando de múltiplas formas o tema do medo nos jogos descontínuos/contínuos de suas representações, imagens da cidade-contexto em que constroem sua “identidade” como geração (Lins de Barros, 1995:92). No processo de atualizar suas interpretações sobre a cidade que contextualiza suas experiências de vida as feições dos medos tomam múltiplas colorações. Nesse repertório simbólico de viver numa cidade violenta, não raro reafirmam as representações envoltas por um discurso do “poder” sobre o agravamento das situações de violência e uma dinâmica criminal.

Embora o medo ronde as pessoas que vivem nas cidades, elas procuram resistir pela luta em busca da sobrevivência. Os migrantes que entrevistamos têm acreditado e recomeçado suas vidas, e assim vão compondo um novo espaço. O migrante, quando chega a uma cidade que até então é totalmente desconhecida, busca seu espaço. Inicialmente, com muitas dificuldades, ele procura, junto aos conhecidos, uma parceria para a sua sobrevivência. Nossos depoentes buscam se adaptar à nova vida em Manaus, uma vez que não era a cidade

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/manaus-tem-3-maior-crescimento-no-numero-de-homicidios-dentre-capitais.html>>. Acesso em: 11 maio 2015.

imaginada, mas a cidade real, que se mostra de outra forma. José Aldemir de Oliveira (1998, p. 234) nos lembra que a cidade é uma produção da coletividade, e o espaço urbano abarca, com menor ou maior destaque, um a um de seus cidadãos. Nessa acepção, a memória da produção do espaço urbano no âmbito amazônico, de uma forma peculiar, não está no espaço social que se ergue, mas nos construtores. Por isso, toda partícula do que é produzido comporta uma parte de quem a constituiu. Nessa perspectiva, a cidade é o lugar do vivido.

3.2(Re) significando o novo espaço

A cidade tem se mostrado um campo amplo de possibilidades para os novos moradores que chegaram apenas imbuídos pelas propagandas e por uma imagem sobre a cidade, qual seja a de que nela habitava total prosperidade. Contudo, essa cidade imaginada ficou para trás quando esses migrantes avistaram a capital. Sem poder retornar, ou sem muitas possibilidades de viver no campo, eles reproduzem um novo espaço em Manaus, tendo em vista que o espaço urbano é uma produção dos homens e das mulheres, e é um requisito da própria condição humana (OLIVEIRA, 1998, p. 236).

A maioria dos nossos entrevistados veio para Manaus através das redes de sociabilidade. Seus depoimentos nos dão conta de que elas foram de suma importância para que os migrantes se estabelecessem na cidade. Pedro Afonso nos relata que, ao chegar à cidade:

Bom! É... os parentes, primeiro veio um irmão meu, que veio a Manaus ainda na década de 70. O meu irmão mais velho veio a Manaus, e ele aqui trabalhou, ele daqui pra lá, ele mandava ajuda pra nós da família. Isso motivou depois que eu viesse, o meu outro irmão que viesse pra cá, nós da família, isso motivou, ou seja, nós viemos pra cá motivados com isso, por quê? Porque lá não tínhamos trabalho, o trabalho na verdade era muito simples, não tinha condições de manter, de ajudar os nossos pais. Então, aqui era mais fácil vir pra trabalhar, porque aqui o salário, o dinheiro que a gente poderia enviar, como o meu irmão fazia, e nós viemos pra cá por isso. Então, o nosso irmão nos motivou a vir com a família que aqui já estava, parte da família que aqui já estava, meus tios que já moravam aqui¹⁰⁵.

Os parentes de Pedro o motivaram a estar na cidade. Ter parente na cidade se mostra como uma força para o migrante, um estímulo para enfrentar o novo espaço e aqui tatear novas conquistas, sobreviver, ou viver. A cidade causa espanto para quem não a conhece. Os que aqui estavam mandavam chamar os demais através de cartas; contavam como era fácil trabalhar e ganhar dinheiro, e isso certamente influenciava muito quem passava por

¹⁰⁵ Pedro Afonso Leal de Farias, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 7 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

dificuldades no interior paraense, incentivando-os a vir para a Manaus no intuito de enviar recursos para seus parentes que ficavam no interior; essas são as migrações em cadeia¹⁰⁶.

Portanto, percebe-se que as informações sobre a cidade tinham eficácia. Inúmeras famílias e conterrâneos chegavam para ganhar a vida na capital e fazer parte da história da cidade. Pedro Afonso veio no intuito de vencer na vida e absorveu o discurso do progresso. Muito embora sua experiência cotidiana mostrasse insistentemente que não seria tão fácil assim construir um novo espaço, este foi se configurando em um dos maiores desafios de migrantes como Pedro Afonso. José Aldemir de Oliveira (1998, p. 237) afirma que:

O espaço urbano que se produziu e se produz em Manaus, não é o único. Ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia, como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: de um lado, as ilhas de luxo, riqueza e bem estar e, de outro, os arquipélagos de extrema miséria. Nesse processo, o Estado, por meio das políticas públicas urbanas, tem contribuído para a produção do espaço dicotômico.

A nítida contradição entre os espaços construídos na cidade revelam seus muitos problemas. Para boa parte dos migrantes com quem conversamos, construir o seu espaço se tornava mais difícil sem conhecer ninguém e sem apoio de parentes ou amigos. Eles foram enfáticos em dizer que não podiam contar nem com o apoio do poder público, que, apesar de compactuar com a ampla propaganda que incentivava a vinda de pessoas para trabalhar nas empresas do Distrito, não dispunha de políticas públicas efetivas que facilitassem um estabelecimento, a seu ver, digno, na cidade. Os migrantes precisavam/precisam realmente se estabelecer sozinhos, e isso torna bem mais difícil a sua adaptação. Em entrevista com o senhor Cláudio Roberto, quando lhe perguntamos se já tinha um lugar certo para morar em Manaus, ele respondeu:

Nós viemos em um grupo de seis pessoas. Aí nós alugamos, o dinheiro que nós trouxemos, nós alugamos uma casa. Ficamos lá, pagamos uns quatro meses adiantado, e aí todo mundo saiu pro campo em busca de emprego. Aí, à medida que ia se empregando, quando todo mundo se empregou, aí todo mundo tomou suas decisões, agora vou alugar meu quarto, agora vou morar só, entendeu? E assim ficou. Algumas pessoas ficaram que ainda tão até hoje. Tem três pessoas que ainda eles moram, né? Eles moram alugados e, assim, do grupo que nós viemos, o resto, graças a Deus, já compraram casas, já tem sua casa própria¹⁰⁷.

Cláudio é um desses que não procurou ajuda da família, logo, buscou se reinventar diante das circunstâncias que foram lhe aparecendo, já que nem sempre o que ele idealizou correu conforme o planejado. Daí vem a capacidade do sujeito de se apresentar como dono de

¹⁰⁶ Segundo Oswaldo Truzzi (2008, p. 200), a migração em cadeia envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino.

¹⁰⁷ Cláudio Roberto Lisboa do Rego, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

sua própria história. É necessário um tempo de adaptação para poderem se organizar, principalmente nos quesitos moradia e emprego. Embora as adversidades venham se apresentando cotidianamente, nosso depoente buscou e busca meios para sobrevivência como forma de se manter e permanecer na cidade. Cláudio passou por momentos difíceis até se estabilizar, como podemos perceber em sua narrativa sobre a luta pela sobrevivência dia após dia:

No início é muito difícil, né? Porque você é acostumado com uma cidade pequena, e aí de repente você se depara com uma capital. Aí tudo é difícil, entendeu? Até a maneira das pessoas é diferente, entendeu? É... a gente às vezes tava acostumado lá em Santarém sentar na calçada, aí vinha aquele monte de gente, saía um cafezinho pra cá, diferentemente daqui, né? Ninguém não tem, né? Vizinho? É a coisa mais difícil ocorrer. Feliz daquele que tem um vizinho bom, entendeu? No início, a gente passou até por umas necessidades lá, porque o dinheiro que nós trouxemos, a gente entregamos no aluguel antecipado, né? Então, pra gente sobreviver, a gente tinha muita dificuldade. Às vezes, a gente almoçava e não jantava. Eu, pelo menos, como foi um dos que comecei a trabalhar, eu pedia que tinha hora-extra, porque na fábrica eu já almoçava e jantava, tomava café, almoçava e jantava. Quer dizer, o pouco que a gente tinha de dinheiro já dava pros que tava desempregado se manter, entendeu?[...] Então, a gente acha uma diferença muito grande, de quem vem de uma cidade pra uma capital, por causa disso, entendeu? Falta de informação. Às vezes, a gente pedia informação, a pessoa dizia assim: “Vai pra ali”, entendeu? E aí você tinha que, tanto que a gente pegou mania de procurar sempre assim guarda, entendeu? Policial, porque seria a informação mais certa, principalmente lá na Redenção, que, na época, eles chamavam de Planeta, né? Planeta dos Macacos, né? Então, as pessoas era sei lá, entendeu? As pessoas parece que tinham medo quando a gente chegava pra pedir informação. As pessoas ficavam temendo alguma coisa, principalmente porque a gente já ia perguntando com um pouco de dificuldade, porque você tem um outro tipo vida na cidade. É como eu tô te falando, é um relacionamento totalmente diferente¹⁰⁸.

Na fala de Cláudio, despontam os caminhos construídos no cotidiano para a superação das dificuldades. Ele aborda as redes de solidariedade que muitos migrantes foram construindo como forma de superar a dureza dos primeiros anos. Ele conta que fazia questão de fazer hora-extra, pois assim poderia estar sempre na fábrica e lá realizar todas as refeições do dia, podendo, assim, colaborar com os companheiros que ainda não estavam empregados, ou que traziam as famílias.

Assim, ao comparar o cotidiano na capital com o de sua cidade natal, nosso depoente contrapõe as práticas de solidariedade e boa vizinhança à desconfiança da cidade grande, o que acabou por fomentar a reconstrução, na capital, de práticas típicas de sua cidade natal.

Deusdedith Alves Rocha (2004, p. 2), que trabalha o cotidiano, sustenta que o cotidiano será apresentado, primeiramente, como “território”. Caracteriza-se como “lugar”: espaço e tempo constituídos como consequência de um processo que se desencadeou através do socializar-se, em que uma maneira particular de interatuar que envolve o indivíduo ao

¹⁰⁸ Cláudio Roberto Lisboa do Rego, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

“grupo” acontece engendrando personalidades, capacidades e comportamentos que se envolvem em disputas pela decisão dos traços identitários. Forma-se ali uma marca que se transforma, que modifica o “espaço” (geográfico, geométrico variável de tempo) em “lugar” (simbólico). Dessa forma, construir o cotidiano é uma ação que ocorre no vivido.

A falta de informação é também apontada como um problema enfrentado pelo migrante. Eles contam que têm muita dificuldade de comunicar-se, e isso ocorre devido à falta de localização, já que eles não sabem como andar no perímetro urbano. Assim como ocorreu com Cláudio, muitas histórias de migrantes tendem a serem reveladas a partir do desafio de vencer a cidade grande, e desconhecida. A cidade que foi tão idealizada, agora se torna confusa para esses interioranos que aqui se instalam.

É o que nos relata Eduardo Carlos: *“Essa foi a minha maior dificuldade, assim, a falta de conhecimento. Eu não conhecia pra sair, meu irmão trabalhava de segunda a sexta, e nos dias que era pra sair, eu não tinha ninguém. Então, essa foi a minha maior dificuldade”*¹⁰⁹. Com dificuldades para se locomover e se localizar na cidade, Eduardo não conseguia ir atrás de emprego. Não havia alguém disponível para ajudá-lo a conhecer os lugares essenciais da capital amazonense. Dessa maneira, ele se lembra desse momento de chegada como tempos difíceis. A falta de informação sobre a cidade é uma constante na vida de quem chega às metrópoles, pois a vida da cidade é sempre uma correria e as pessoas não têm tempo, ou não se importam em dar informações corretas, confundindo aqueles que nada conhecem do lugar.

As dificuldades de locomoção e a constituição de redes de solidariedades foram temas constantes nas entrevistas que realizamos quando questionamos nossos depoentes acerca dos primeiros anos em Manaus.

Outra questão, porém, tem permeado de forma incisiva as memórias de nossos entrevistados, qual seja a dificuldade de conseguir uma moradia, considerada digna, em Manaus. As lembranças sobre a moradia vêm sempre entrelaçadas nas narrativas do cotidiano.

3.3 O tatear do cotidiano

Nas lembranças de muitos entrevistados, o custo de vida na cidade era, e ainda é, muito caro, sobretudo quando se trata de moradia. Com aluguéis nada acessíveis, era comum famílias inteiras morarem em um mesmo cômodo. Assim, sem condições de pagar até mesmo uma casa, os migrantes iam tateando o dia a dia da forma como podiam. E em meio a essas

¹⁰⁹ Eduardo Carlos Freire de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

dificuldades, eles buscam na solidariedade uma forma de resistir às dificuldades encontradas nesse novo percurso.

Procurando essas formas de solidariedade, principalmente no seio familiar, o migrante começa a se sentir parte integrante do novo lugar. Essa foi a experiência de Cecília, no primeiro bairro em que morou com sua família. Em sua narrativa, ela selecionou trechos que considerou importantes na luta pela permanência na cidade. Quando perguntamos qual foi o primeiro bairro em que ela morou, ela respondeu:

A Glória. Quando eu cheguei pra cá, era um bairro assim, mais ou menos, tinha casa, tinha mercadinho, mercado grande, tinha um matador antigamente, o matador de bois, era na Glória, né? Chamava-se curtume na época, né? Já tinha filhos, duas irmãs que tinha filho. Bom, a moradia lá era um pouco apertada, era um pouco apertada, porque a casa era assim, nós morávamos numa estância e era só dois cômodo, mas era grande, né? Os quarto era grande, mas ficava apertado um pouco, de noite assim, pra dormir, mas a gente ia passando conforme a gente podia. Naquele tempo, como tô dizendo, tinha trabalho, mas era difícil, né? Por exemplo, as minhas irmãs que nasceram no interior, né? Que não tinham muito estudo, aí se tornava difícil, né? Tinha só uma irmã que teve sorte, teve sorte pelo um lado, pelo outro não teve, o marido deixou ela e ela veio morar com a gente, com uma menina. Na época, a menina tinha eu acho uns três anos, a menina dela. Ela conheceu um pessoal, um pessoal aí da Semp Toshiba, né? E ela foi lá e conseguiu um trabalho e começou a trabalhar aqui perto da Ajuricaba, que chamava antigamente, né? E eles trabalhavam. Aí, abriram uma fábrica de televisão Semp Toshiba, né? E ela trabalhava lá, e era o que ajudava, né? E eu, de início, lavei até pra fora, vendia roupa, né? Essa minha irmã ficou com uma roupa pra vender, a gente vendia, né? Eu e ela, então, era assim, a gente se virava como podia. Na época, eu tinha dois filhos, e assim, a nossa vida foi muito apertada aqui em Manaus, foi muita apertada mermo, muito difícil, mas depois que o meu marido começou a trabalhar na universidade, né? Era um trabalho bom e ele ganhava melhor, né? E aí as coisas foi melhorando. Aí foi o tempo que eu fui me aperfeiçoando, comprei uma máquina de costura e fui aprender a costurar e aprendi a fazer calcinha, fazia camisola, fazia baby doll, fazia cueca de homem, fazia camisetas. Aí pronto, quando eu comecei a trabalhar mermo, né? Que aprendi na marra, que a necessidade ensina a gente a se dedicar a algumas coisas, né? Aí eu já tinha mais filhos, né? E aí pronto, depois que aprendi fui costurar, e peguei as minha freguesias, aí o negócio melhorou. Eu costurava a semana toda, quando não vinha freguês na minha porta comprar, assim domingo colocava na sacola e ia vender, vendia pela feira. [...] E assim eu criei meus filhos com o dinheiro da costura¹¹⁰.

O cotidiano de Cecília, como o dos demais interioranos paraenses, não foi fácil, mas a luta pela sobrevivência prevaleceu em meio a todos os percalços que se apresentavam no cotidiano. Essas adversidades eram vencidas pela vontade de ficar, de construir um novo espaço. A moradia em que Cecília se acomodou com sua família foi a melhor forma que eles encontravam para viver.

As estâncias eram bastante procuradas por famílias numerosas, com pouco dinheiro. Eles se organizavam no espaço pequeno, sem luxo nenhum. Cecília refez a sua própria história. Na ausência de trabalho formal, ela procurou outras alternativas, para não passar

¹¹⁰ Cecília da Silva Ribeiro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 3 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

fome e outras privações. Como já possuía uma família, ela conseguiu superar as necessidades de seus parentes, ora com lavagens de roupas, como ela diz, “*lavagem para fora*”, ora com vendas de roupas, até conseguir a sua própria profissão como costureira. Os familiares que chegavam iam se acomodando; ainda que fosse em dois cômodos, sempre cabia mais um.

O que podemos observar na trajetória de vida de nossa depoente é que, ao recordar os caminhos percorridos, ela considera que superou os medos de enfrentar a cidade, se readaptou à outra rotina, dando continuidade à sua vivência em Manaus, que ainda começava a expandir-se nos anos de 1970, mas já apresentava inúmeras contradições, diferentemente das propagandas governamentais que diziam fortalecer a região.

Segundo Roberto Monteiro Oliveira (1998, p. 306), mesmo depois de quase duas décadas, o *glamour* da Zona Franca ainda ressoava como um modelo de sucesso. Como noticiava a edição especial do jornal A Crítica, de setembro de 1988: “ZONA FRANCA DE MANAUS. MODELO ECONÔMICO QUE DEU CERTO. EXCLUSIVO PARA A I FEIRA DA ZONA FRANCA DE MANAUS EM SÃO PAULO”, o autor enfatiza:

Só que não se tem a coragem de explicitar para quem a Zona Franca deu certo. Na verdade o suplemento especial reafirma e confirma, passados de homens e mulheres, jovens e crianças que com sua força de trabalho aviltada, com suor dos seus rostos desfigurados são os verdadeiros propulsores do Distrito industrial de Manaus. A Zona Franca de Manaus é a versão atualizada do El Dorado. Fato nada mudou: o nosso povo continua sendo explorado e sob o chicote dos novos feitores transvestidos de chefes de seção, inspetores de qualidade continuam trabalhando para o bem-estar dos senhores das metrópoles. A zona franca deu certo para as multinacionais e para aqueles que se colocam ao seu serviço, atraído os mínimos compromissos e interesses do nosso povo, renegando a própria condição (OLIVEIRA, 1998, p. 306).

É importante salientar que nem todos os migrantes que chegavam conseguiam empregos no Distrito Industrial. Na maioria das vezes, a esperança de conseguir um emprego era maior do que as ofertas, como é o caso de boa parte de nossos depoentes. Assim, a cidade acelerou o seu cotidiano. Em meio à instalação de projetos para fomentar a industrialização, efetivava-se, naquele momento, o Parque Industrial de Manaus, oportunizando vantagens às empresas nacionais e multinacionais concernentes aos incentivos fiscais e à doação do espaço físico. Essas instalações pareciam resolver os problemas da cidade. Porém, duas décadas depois, os jornais denunciavam a situação das famílias que viviam na Manaus da Zona Franca:

Miséria o outro lado da moeda chamada zona franca
[...] O maior polo eletroeletrônico, e segundo números oficiais, US\$6,3 bilhões (não milhões, bilhões de dólares mesmo) ano passado.
Mas outro lado da moeda (aquela lá de ouro) traz uma figura corroída pelo desemprego, baixos salários, desnutrição de crianças e falta de saneamento básico, numa cidade cheia de favela. Favelas que proliferaram no início da década de 70 até

agora, ocupadas por pessoas que chegavam em busca do sonho da zona franca, mas acabaram vivendo um pesadelo.
A questão da sobrevivência é um problema sério para a grande maioria das famílias, principalmente aquelas que habitam os bairros periféricos¹¹¹.

O cenário da cidade revela outra situação da qual muitos migrantes não tinham conhecimento, um contraste entre “duas cidades”: a cidade do “progresso” e a cidade das novas ocupações, as quais descortinam a vida real do lugar para muitos migrantes interioranos que outrora acreditavam na cidade como um sonho de melhoria de vida. Através das falas de nossos depoentes e também de outros documentos, temos notado que as adversidades se apresentam como um desafio para eles. Essa situação nos remete ao estudo de Maria Stella Brescianni (1998, p. 237-258) sobre a realidade dos moradores na cidade de São Paulo que lutam por uma moradia. “SEM CASA, NA CIDADE” (parece a própria ideia de cidade, tanto lá como aqui).

As razões dadas, por muitos dos nossos entrevistados, para as ocupações evidenciam a desproporção concernente ao valor do aluguel e aos salários praticados na cidade. Esses homens e mulheres deixam, muitas vezes, moradias feitas de alvenaria, para se instalarem em barracos autoconstruídos.

Ao comparar a casa de alvenaria deixada para trás com o barraco improvisado que agora chamavam de lar, nossos entrevistados nos apontam que sentiram na pele a degradação de sua condição em contradição à expectativa que foi gerada. A situação se complicava ainda mais quando percebiam que, mesmo nessas condições, eles não tinham nenhuma garantia de permanência nesses lugares ocupados.

Compreendemos que toda essa situação sinaliza que, para os nossos depoentes, a questão da moradia está entre um dos maiores problemas a serem solucionados nas metrópoles (BRESCIANNI, 1998, p. 237-258).

A Manaus dos anos de 1970 estava em plena expansão, com uma população significativa. Anteriormente, a cidade já havia sofrido uma mudança na sua urbanização. Antes da constituição da Zona Franca, muitas famílias se acomodavam nas margens do rio Negro, lugar que deu origem à extinta “Cidade Flutuante”. Muitas famílias de origem interiorana se viram obrigadas a adaptar-se, levando em consideração o alto custo dos aluguéis e dos terrenos à venda. Nesse contexto, as margens rio negrino eram ideais, já que não havia nenhum tipo de loteamento e nenhum dono reivindicando as águas¹¹², como havia em terra. Entretanto, essas famílias foram retiradas desse local, quando a cidade começava a

¹¹¹ Cf. Jornal A Crítica, publicado em 28 de janeiro de 1990, sem paginação.

¹¹² Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 114.

se preparar para receber os projetos industriais e comerciais. Esse remanejamento é comum em localidades que ficam próximas aos grandes centros urbanos e carregam consigo interesses econômicos que espoliam os direitos sociais, negligenciando o viver urbano das populações de baixa renda.

[...] a questão urbana envolve ainda, um processo de periferização, ou seja, deslocamento de bairro para bairro dentro da cidade. O processo mais comum é a mudança de populações de baixa renda, de bairros mais próximos ao centro da cidade em direção à periferia. Isso em geral ocorre à medida que os bairros centrais onde moravam vão sofrendo uma melhoria [...] (CASTRO, 1992, p. 171).

Vale notar que as autoridades foram de comum acordo na posição de retirar a “Cidade Flutuante”. Pois, segundo os empresários, ela poderia atrapalhar os negócios da cidade, uma vez que a sua aparência refletia as mazelas da nova cidade industrial que afluía. Sua ordem de despejo foi dada na gestão do então governador Arthur Reis.

Segundo Leno José Barata Souza (2011, p. 125), a “Cidade Flutuante” não era apenas um conjunto de moradias feitas de madeira, postas sobre as águas, firmadas sobre troncos de árvores; embora ela desaparecesse entre os anos de 1966 e 1967, por imposição do Estado, “[...] seus modos de vida continuam vivamente atuantes como problemática urbana e social para vários moradores de Manaus. Sua destruição, ainda que traumática para a maioria de seus moradores, fez parte de um processo e não de um fim [...]”.

É importante acrescentar que a saída desses moradores não foi passiva, mas marcada por violência policial, com represálias àqueles que resistiam ao despejo, os quais nem ao menos foram indenizados pelo ocorrido. Essas famílias ocupavam diversos terrenos vazios distribuídos nas várias zonas da cidade, provocando inúmeros conflitos entre os despejados e a força policial, porque muitas dessas terras pertenciam à J. G. de Araújo, dono de casas de aviações no tempo áureo da borracha. Essas ocupações tiveram início nos últimos anos da década de 1960 e no começo da década de 1970, e, atualmente, elas abrangem os atuais bairros da Raiz, Petrópolis, Compensa, Educandos, do Céu e Santo Antônio.

Cecília veio para a capital amazonense no momento em que a urbanização de Manaus, mais uma vez, estava sendo alterada. As famílias se acomodavam como podiam na cidade, com aluguéis caros. No momento posterior, ainda era possível captar a delicada situação daqueles que moravam em casas alugadas. Cláudio nos disse que, em 1991:

*Já era bom de preço. Isso já era bem significativo pra nós que tinha a vida na cidade, né? E também pela localização, né? Que a gente morava na beira de um barranco, era na Redenção, no bairro da Redenção, não lembro o nome da rua não, eu só sei que era na Redenção*¹¹³.

¹¹³ Cláudio Roberto Lisboa do Rego, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 18 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

Quem vinha para morar na cidade precisava de um lugar. Assim, Cláudio e seus amigos moraram em um lugar de barranco, no bairro da Redenção¹¹⁴. Geralmente instalados em locais propensos a deslizamentos constantes, os novos cidadãos corriam risco de morte devido à falta de infraestrutura apropriada.

Em Manaus, tem sido comum encontrar muitas famílias alocadas nas beiras de barrancos. Sem ter para onde ir, esses sujeitos acabam se acostumando a uma vida de perigo e medos constantes de deslizamentos. Segundo Edna Ramos de Castro (1992, p. 114):

A cidade é o local de maior evidência das contradições sociais. Essas contradições se refletem, portanto, no uso e na apropriação do espaço urbano. As camadas populares, sobretudo aquelas que chegam do campo em decorrência da falta de condições de vida ali, engrossam as fileiras dos que buscam um lugar de moradia.

A situação das famílias que se apropriam de barrancos para morar é algo desesperante, em vista de não terem onde morar. As enxurradas podem provocar uma série de problemas, como os desabamentos, e até vítimas fatais dessas famílias, como podemos observar na imagem abaixo.

Figura 5 - Casas em Manaus que desabaram no período de chuvas.



Fonte: Blog do Marcos Santos (2014, sem paginação)¹¹⁵.

¹¹⁴ O bairro da Redenção oficializou-se como terra legal no dia 28 de agosto de 1976, data que culminou no nome atual. Antes disso, a localidade era conhecida como Planeta dos Macacos, nome alusivo à série americana *The Planet of the Apes*, exibida em meados de 1974 nos Estados Unidos, ganhando repercussão mundial e servindo de inspiração para a criação de um desenho animado, no ano de 1975, chamado “De volta ao Planeta dos Macacos”, que foi ao ar no Brasil pela Rede Globo, no final dos anos de 1970. Na divergência de lembranças, alguns moradores dizem que o nome Redenção foi dado porque havia muitas espécies de macacos na região, os quais, em decorrência de derrubadas da floresta, foram embora e/ou morreram com o desmatamento. “Está registrado nos nossos registros antigos que para invadir o local e ganhar logo as terras era preciso escolher rapidamente um nome e o seriado Planeta dos Macacos estava no auge, os ocupantes oriundos do Conjunto Ajuricaba resolveram batizá-lo de Planeta dos Macacos”, ilustrou o presidente da Associação de Moradores do bairro, Almir Pinheiro da Silva, 39 anos. Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus, sem paginação).

¹¹⁵ Imagem disponível em: <<http://www.blogmarcosantos.com.br/2014/03/24/chuva-aumenta-risco-de-desabamento-de-casas-defesa-civil-registra-30-ocorrencias-nesta-segunda-feira/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

Essa imagem de desabamento é do perímetro urbano da cidade, na rua Barcelos, situada no bairro Praça 14 de Janeiro, ilustrando a seguinte reportagem: “Chuva aumenta risco de desabamento de casas: Defesa civil registra 30 ocorrências nessa segunda-feira”. A imagem nos permite perceber o quanto é arriscado sobreviver em lugares extremamente precários e sem nenhuma segurança. Essa situação de risco tem sido comum no âmbito urbano de Manaus. Mas não é de hoje que a cidade enfrenta esses problemas. Antigos moradores lembram que, se hoje já não são suficientes os serviços prestados à comunidade, houve um tempo em que esses serviços executados pelo poder público já foram bem mais escassos. Foi o que nos relatou Amauri:

Quando nós chegamos em Manaus, na época em que chegamos em Manaus, é, o Santo Antônio só tinha duas ruas asfaltadas, que era a Padre Francisco e a São José, a antiga São José, e o resto tava em construção ainda, tinha terminado de asfaltar a São José ali. O bairro de Santo Antônio era conhecido como Morro do Bode¹¹⁶.

Amauri lembra que o acesso ao bairro era difícil, mesmo porque só havia duas ruas. Há décadas atrás, as ruas eram muito acidentadas, só as ruas principais ganhavam asfalto. Ainda hoje, há uma enorme carência desses serviços. Havia muitos alagamentos, em decorrência dos igarapés, como até hoje há nas áreas mais baixas. E existe a falta de saneamento básico, ou seja, muitos bairros ainda sofrem com os antigos problemas. “Os moradores mais antigos do bairro lembram com desgosto a situação há 20 anos com as ruas sem asfalto e muitos buracos, igarapé poluído causando alagações, além da falta de saneamento básico no bairro”¹¹⁷. E ainda no deslocamento de um bairro para o outro, nas grandes cidades, há diferenças.

Embora na cidade se concentre maior diversificação de serviços, os indivíduos não usufruem indistintamente deles. Sua apropriação depende da condição social de cada um – ou de sua família – que por sua vez é resultante do lugar por onde ele ocupa – se é proprietário, se assalariado (CASTRO, 1992, p. 168).

3.4 A construção de novos bairros

Manaus cresceu de uma forma desordenada, com difícil acesso a moradias. Com escassas e ineficazes políticas públicas de habitação, aqueles que chegavam à cidade necessitavam de um lugar para se instalar. Assim, a providência tomada pelos migrantes foi buscar moradias alternativas, instalando-se onde ainda tinha espaço, ocupando locais cada vez

¹¹⁶ Amauri Gato Farias, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

¹¹⁷ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 e 24 de outubro de 2005 (edição comemorativa em homenagem aos 336 anos da cidade de Manaus), p. 114.

mais distantes do centro urbano. A partir daí, eles se projetam para zonas mais distantes de Manaus, e, na mesma proporção, iniciam-se embates com os poderes políticos pelo direito à ocupação dos espaços.

Crescia em grande proporção a ocupação de habitações em outras localidades do espaço geográfico da cidade sem a menor organização. Em 26 de fevereiro de 1971, por exemplo, ocorreu o despejo de 350 famílias, no bairro da Alvorada, em uma área desocupada, mas de propriedade de um senhor conhecido como Pedro. Apoiado pela justiça, ele retirou as famílias que haviam fixado suas residências no local (MONTEIRO, 2001, p. 101). Na mesma proporção do crescimento da cidade, em decorrência do capital industrial, os aglomerados de famílias cresciam aceleradamente, desbravando bairros e criando novas ocupações.

Com as sucessivas e desordenadas invasões, e as construções de conjuntos habitacionais, sem usinas de tratamento de dejetos, surgiram bairros como Vieiralves, Coroadó, Campos Elíseos, Santo Agostinho, Ajuricaba, Lírio do Vale, Cidade Nova, Canarana, São José e vilas militares diversas, onde nesses bairros citados viviam centenas de milhares de pessoas dependentes de empregos do distrito industrial¹¹⁸.

Manaus foi muito procurada por aqueles que buscavam melhorar a qualidade de vida, e assim a cidade cresceu desordenadamente, o que contribuiu em grandes proporções para agravar as mazelas sociais preexistentes. Contudo, essas mazelas estavam na contramão da prosperidade empresarial instalada no polo industrial. “O processo de produção capitalista é ao mesmo tempo um processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, pois no mesmo movimento através do qual o capitalismo se reproduz e acumula riquezas, ele produz e reproduz a miséria” (MONTEIRO, 2001, p. 169), daí a busca constante por gerações de rendas e acúmulo de bens. Convencidos pela “bela” propaganda governamental, os migrantes formavam a nova classe assalariada, vindo principalmente do Pará e do Ceará, seguidos do Piauí, do Maranhão e do interior do estado do Amazonas, muitos desses migrantes seriam novos trabalhadores que iriam compor as linhas de montagens. Amauri relembra a existência de outros migrantes: *“Na época não era muito farto, devido à quantidade de gente que migrou pra Manaus, nordestino e paraense, é... piauiense. Nessa época, deu muito piauiense aqui em Manaus, nordestino em geral”*¹¹⁹.

Entretanto, como já abordamos anteriormente, nem todos conseguiam a inserção no meio fabril, piorando ainda mais a situação financeira que era retratada nos arrabaldes da cidade.

¹¹⁸ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 90.

¹¹⁹ Amauri Gato Farias, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade de Manaus.

[...] tal problemática consiste, sobretudo em uma não integração entre as novas funções urbanas manauaras e os quadros sócio-econômicos da interlândia regional e numa intensificação da imigração acarretadora de uma oferta de força de trabalho superior à capacidade de absorção das novas forças de desenvolvimento da cidade e uma insuficiência de serviços sociais básicos (educação, saúde, habitação e transportes coletivos) em face do crescimento da demanda desses serviços, devido ao acelerado incremento populacional em curso¹²⁰.

Os contrastes sociais na cidade eram visíveis, e, diante da nova sociedade industrializada, ao mesmo tempo em que cresciam construções de grandes prédios e bairros de luxo, surgia a “favelização”. A paisagem díspar e múltipla deixava de ser a “Paris dos Trópicos”, onde só apareciam as mais belas arquiteturas copiadas da Europa; agora essas imagens misturavam-se entre a riqueza e a pobreza de uma cidade industrializada. Uma das principais características é o surgimento de bairros na maioria das vezes sem nenhum planejamento, alojando pais e/ou mães de famílias desempregados, subempregados, com salários que mal davam para o sustento de suas famílias, os quais se viam na necessidade de acomodarem-se nas baixadas alagadiças, nas palafitas que ficavam dentro dos igarapés, muitos já poluídos, vivendo em submoradias.

Como relata Cecília, na luta pela casa própria na cidade:

Olha, eu consegui uma casa no Santo Antônio. Olha, foi difícil pra mim conseguir esse terreno. Foi uma invasão lá, aí a minha irmã veio e me avisou, aí peguei um pedaço lá, aí veio um outro homem e me tomou o terreno. Eu já tinha trabalhado, já tinha colocado até sangue da minha mão roçando o terreno, aí o homem chegou com umas toras da compensa, aí quase joga em cima de mim, e aí lá nós ainda discutimo, e aí ele disse que era dele, e aí era só eu. Meu marido trabalhava na universidade, aí ele foi e cercou o pedaço, e aí entreguei na mão de Deus. Mas eu não desisti. Aqui onde a gente morava passava uns canos grande da Cosama, aí toda tarde, eu morava na J.G de Araújo, alugado, aí toda tarde eu ia pra lá, até que quando chegou uma tarde um homem tava lá, aí eu disse: “Olhe, esse terreno é meu, foi eu que limpei esse terreno”. Aí o homem foi embora. Com uns tempo, com uns tempo, apareceu o dono legítimo, aí nós negociamo com ele, mas foi difícil a gente conseguirmos, porque era assim, era muito charco, era muito feio, mas hoje em dia tá bonito, precisa você vê. [...] Eu consegui esse terreno foi muita luta.

A luta pela moradia tem sido uma situação constante. A narrativa de Cecília é parecida com a história de novos cidadãos que buscam um lugar para morar. A necessidade de morar fez com que eles se organizassem coletivamente, unindo força e resistência no intuito de fazer valer a permanência por um pedaço de terra, para conquistar o espaço na cidade através das lutas, das ocupações por eles planejadas. Eles viram naqueles lugares uma oportunidade de estabelecer residência, embora com todas as dificuldades apresentadas, já que a maioria das pessoas com melhores condições não queria morar naquelas terras, as quais, diga-se de passagem, já possuíam donos. De boca a boca, eles foram se informando daquelas terras que eram encharcadas.

¹²⁰ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 90.

A terra é muito cara, e muitas vezes o valor de compra está longe dos padrões aquisitivos dos migrantes. Assim, o que resta são terrenos de difícil acesso, em lugares encharcados. Considerando que Manaus é uma cidade que tem muitas baixadas, lugares alagadiços, não deixando outras alternativas para as novas famílias, a não ser construir moradias e se acomodarem como podem. Não obstante esses moradores, a exemplo de Cecília, tenham enfrentado conflitos, eles não desistiram de conseguir a sua moradia, sendo protagonistas da sua história. Em 2010, em uma edição comemorativa, o Jornal do Comércio apontava:

Diferente de outros bairros da capital do Amazonas, o bairro do Santo Antônio está situado na região oeste da cidade de Manaus e está bem próximo ao centro, tendo os bairros da Glória, São Raimundo e Compensa como divisa. O início do bairro é datado em 1950, quando o empresário Joaquim Geraldo de Araújo e Isaac Benzeery lotearam e venderam todo o lado direito das rua que atualmente é chamada de São José. O loteamento recebeu o nome de Uirapiranga, que em tupi-guarani significa terra do pássaro vermelho. A ideia de lotear aconteceu porque os dois queriam plantar seringueiras. Mas a época de ouro estava vivendo um declínio e o melhor procedimento foi lotear as terras. Nessa época milhares de ribeirinhos vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida, passando a morar em palafitas sem nenhum planejamento urbano. Jogados às margens do Rio Negro, as casas formavam um amontoado sobre balsas, passando a se chamar posteriormente Cidade Flutuante. Na administração do Prefeito Paulo Pinto Nery, provavelmente pela proximidade da área. Foi trocado a iluminação de candeeiro para elétrica. Sendo o bairro de Santo Antônio a ser um dos pioneiros a ter luz elétrica em Manaus. [...] A água encanada chegou ao bairro entre os anos de 1970-1980. Somente na década de 1990, as primeiras ruas do bairro começaram a serem asfaltadas¹²¹.

Mesmo que o bairro tenha sido loteado, as ocupações foram inevitáveis por migrantes que buscavam um lugar para morar. O fato de o bairro ter muitas baixadas, sem dúvida, facilitou a ocupação. Os lugares alagadiços e encharcados não eram muito atrativos, propiciando, assim, que muitos lotes ocupados fossem negociados pelos “verdadeiros” donos, como foi o caso de Cecília. O que facilitou em muito para a aquisição da nova moradia.

Segundo José Aldemir de Oliveira (1998, p. 240), a maneira urbana da cidade de Manaus é consequência das políticas públicas e da composição dos múltiplos sujeitos sociais (empresários, trabalhadores, desempregados) e do cotidiano:

O modo como o espaço urbano é produzido resulta de amplos processos econômicos, sociais e culturais, como também da resistência de indivíduos, minorias e classes populares que lutam pela apropriação do espaço. Essa abordagem é desenvolvida especialmente por Harvey e Lefebvre, nos aponta para o entendimento de que a produção do espaço urbano não ocorre apenas pelas determinações dos grandes acontecimentos, pois “o imediato é o (relativamente) simples; por conseguinte, é também o começo. Mas a simplicidade da sensação revela-se aparente”, pois há espanto, surpresas e descobertas a fazer, já que a cidade também se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói, contendo vida, fragmento de vida e a dimensão do uso do espaço e do tempo.

¹²¹ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 24 de outubro de 2010 (edição comemorativa em homenagem aos 341 anos da cidade de Manaus), p. 3.

Na busca de construir novos espaços, os migrantes passaram a chamar de bairros lugares extremamente precários. Não havia nenhuma estrutura para essas áreas que foram ocupadas pela extrema necessidade de sobrevivência dos moradores, visto que a ameaça do poder público de retirá-los e incriminá-los era uma constante. Quando perguntamos à senhora Maria Inês como ela adquiriu a sua casa própria, ela nos disse que:

As pessoas invadiam os terrenos e muitas conseguia permanecer, quando a polícia não botava pra correr. Eu invadi várias vezes, mas a polícia botava nós pra correr. A última invasão que eu fui, a polícia de choque chegou atirando e os trato derrubava as casa. Era muito difícil ter água, era crítico, não tinha asfalto, só as ruas principais¹²².

Conseguimos identificar, na fala de Maria Inês, a luta pela conquista da terra, ou pelo direito à moradia. O direito que passou a ser de interesse da maioria dos sujeitos que estavam à procura de uma melhoria de vida, a começar pela aquisição da casa própria. É possível perceber que não se trata de uma ação isolada, mas sim de uma ação conjunta, de um grupo de pessoas que, naquele momento, estavam sem estabilidade financeira para comprar um terreno. Dessa forma, eles se articulavam para consolidar a permanência nos terrenos.

A migrante se revela como sujeito do processo histórico, mas é também um sujeito coletivo, já que seus interesses estão associados aos de outros sujeitos que, como ela, se uniram para ocupar espaços na cidade, e, mesmo com todas as represálias sofridas, não baixaram sua guarda, enfrentando, lutando por se recompor no espaço urbano. Com constantes ocupações de terras, é perceptível que essa ação individual que se apresenta pela paraense não está dissociada de uma ação coletiva. Tanto é assim, que o governo não sabia como conter esse inchaço demográfico da cidade.

Nesse momento de consolidação da Zona Franca, houve uma profunda alteração na dinâmica populacional do estado. Manaus recebia milhares de famílias, mas elas logo se deparavam com outra realidade, a qual não estava inserida na propaganda, que era a falta de habitação, de condições dignas de moradia, de educação, de saúde e de infraestrutura. Chegavam, em média, 50 famílias por mês em busca de locais para morar, e todas essas problemáticas estavam expressas na luta pela defesa daquilo que entendiam ser um direito¹²³.

As famílias que chegavam à cidade buscavam novos lugares para morar, como o atual bairro do São José do Operário, na Zona Leste da cidade, que, na época, foi ocupado por

¹²² Maria Inês Ribeiro da Silva, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 1º de maio de 2014, na cidade de Manaus.

¹²³ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 de outubro de 2006 (edição comemorativa em homenagem aos 337 anos da cidade de Manaus), p. 30.

centenas delas, sem qualquer infraestrutura para atender e recepcionar os novos moradores¹²⁴.

É como nos conta Raimundo Francisco Ribeiro, pedreiro, migrante de Juruti (PA):

O São José era novo. Na época que eu vim pra cá, o São era novo. Na época que eu vim pra cá, não tinha uma casa de madeira. Tudo isso aqui, na época que eu cheguei aqui, só era umas casinha velha de papelão, de lona. Esse negócio, era tipo uma favela isso aqui. Isso aqui era praticamente um lixeiro isso aqui, o pessoal foram invadindo, invadindo, comprando, comprando, aqui quando eu cheguei aqui, já era o terceiro dono, aí eu comprei do terceiro. Mas era tudo feio isso aqui, o bairro era tudo feio, não tinha asfalto, não tinha nada, só tinha a rua cortada. Isso aqui era perigoso que só, tinha muito galeroso aqui, Deus o livre, quando eu vim pra cá, isso aqui, essa rua fechava quando era sábado e domingo de uma galera com outra se cacetando e tudo mais. [...] Muito perigoso na época, só que agora tá melhor¹²⁵.

O bairro de São José Operário foi o segundo da Zona Leste de Manaus a ser formado, tendo sido ocupado no início dos anos de 1980. O primeiro foi o Coroado – alusão feita à cidade de Coroado da novela “Selva de Pedra” –, como narra Pedro Afonso: “O bairro que eu morei Coroado, tava começando, Manaus, Manaus tava começando, nesse momento é uma das primeiras invasões de Manaus”¹²⁶. As famílias chegavam e se instalavam, em meio à necessidade de quase todos os serviços, como nos conta Pedro: “[...] nada de ônibus, só chegava onde é hoje a bola do Coroado, de lá voltava, [...] um bairro que se não tinha a mínima estrutura. Era uma invasão de palafitas, não tinha nada de segurança, nada de ruas abertas”¹²⁷.

A ação dos moradores nos faz perceber que não foi fácil adquirir a casa própria ou o direito de morar, portanto, o que fica claro é a ação de vários sujeitos em prol de uma causa que fez com eles ocupassem e adquirissem aquela que seria a Zona Leste da cidade, construindo um novo bairro, e, assim, a referida zona se expandiu rapidamente. Raimundo recorda como foi difícil a permanência no bairro de São José, mas a necessidade de morar é maior do que as situações calamitosas que o nosso depoente apresentou, entre elas a violência. Foi como os jornais descreveram o novo bairro:

O bairro de São José Operário surgiu em junho de 1980, por iniciativa do Governador José Lindoso e do prefeito José Fernandes. Era para ser um bairro projetado, sob a denominação de São José Operário. Sua inauguração teve a presença do Presidente da República na época, General João Baptista de Figueiredo, e do representante do Papa João Paulo II, Cardeal Dom Agnelo Rossi. Ocupando a faixa direita da pista da Avenida Autaz Mirim (hoje grande circular), foi o segundo bairro da zona leste. “Do outro lado da pista apenas floresta” lembram os primeiros moradores. Porém, pouco a pouco, a vegetação foi sendo substituída por invasões

¹²⁴ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 23 e 24 de outubro de 2005 (edição comemorativa em homenagem aos 336 anos da cidade de Manaus), p. 118.

¹²⁵ Raimundo Francisco Ribeiro, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 19 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

¹²⁶ Pedro Afonso Leal de Farias, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 7 de outubro de 2014, na cidade de Manaus.

¹²⁷ Idem.

que acabaram gerando outros bairros. “Tem São José II, São José II-Etapa b, São José III e São José IV. Além de desvirtuar o planejamento de um bairro organizado, também desvirtuou a denominação. Hoje ninguém conhece o bairro como São José Operário, sua denominação original, e sim como São José I, explica João Carneiro da Silva, morador da rua Rosa Branca e profundo conhecedor da história do bairro. [...] Os primeiros moradores vieram das terras do Benzeery, atrás do Parque Dez, da Colônia dos Japoneses. Lá seria um bairro chamado Serra Azul, mas não permitiram a ocupação e o prefeito José Fernandes transferiu moradores de lá para o São José. Depois vieram moradores da Beira do 40. Já as invasões foram comandadas por paraenses e nordestinos, num descuido da prefeitura acabando com o bairro planejado”, discursa João Carneiro¹²⁸.

A contradição entre a providência tomada da parceria entre governo e prefeitura para supostamente atender à demanda populacional na cidade, e a experiência dos moradores como Raimundo são aparentes. O suposto bairro planejado não tinha condições de assentar centenas de famílias que foram deslocadas para lá. O local apresentava problemas seríssimos, já que não havia a mínima infraestrutura para atendê-los. Assim, os novos moradores buscavam sobreviver no bairro do qual o poder público se orgulhava de ter solucionado um problema de moradia.

O discurso que aparece no jornal, a princípio, tenta passar uma imagem do poder público como redentor dos problemas de moradia na cidade, entretanto, ao mesmo tempo, é visível que essa atitude forçada de “construir” um novo bairro foi consequência de uma ação dos moradores que já ocupavam um local batizado de Serra Azul, o qual fazia parte da colônia dos japoneses. Dessa maneira, importa ressaltar que a decisão tomada por José Fernandes foi imposta pela extrema necessidade dos trabalhadores que se fizeram atuantes no processo histórico de ter direito a um lugar para morar.

Márcia Maria de Oliveira (2010, p. 117) sustenta que o resultado da migração compulsória para Manaus foi a expansão forçada da cidade, que sucede sem planejamento, na ausência de políticas públicas de habitação. A cada dia que passa, agrava-se o problema de morar, manifestando os sinais das desigualdades nos âmbitos social e econômico, latentes no meio urbano, principalmente nas Zonas Leste e Norte, as quais agrupam o maior número de ocupações ilegais.

É como Raimundo define o São José, um bairro que ainda estava sendo desbravado, somente com ruas cortadas, sem infraestrutura para abastecer as famílias que chegavam nessa zona que tem se expandido. É uma realidade ainda presente na maioria dos bairros que vão se formando das dezenas de ocupações que iam se consolidando.

¹²⁸ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 24 de outubro de 2010 (edição comemorativa em homenagem aos 341 anos da cidade de Manaus), sem paginação.

O bairro de São José Operário foi constituído em meio a muitos conflitos pela luta do direito à moradia. Eles reagiram a situações conflituosas tanto com especuladores que desejavam obter lucros através da venda de terrenos quanto pela força policial autorizada pelo poder público. Assim sendo, o assentamento teve um crescimento de forma desordenada, decorrente de uma política de assentamento urbano ineficaz e de uma estrutura favorável a essa nova população que chegava nessa zona.

Uma entrevista veiculada pelo Jornal do Comércio relatou a seguinte situação:

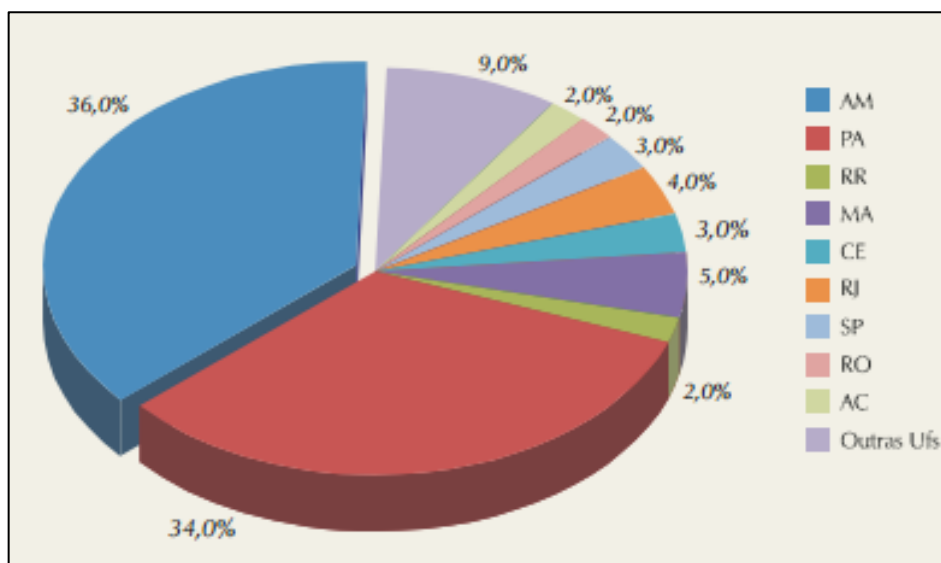
Por estar localizada nas proximidades do Distrito Industrial, a ocupação da área se tornou inevitável e levou o então governador do Estado, José Lindoso, e o prefeito da época José Fernandes, a criar o bairro de São José Operário, em 1980, com o objetivo de abrigar famílias que invadiam as áreas de Serra Azul, no Parque Dez, e do Igarapé do Quarenta. O bairro foi entregue sem infra-estrutura básica, como asfalto, transporte, água, luz e com moradia classificadas como casebres. Segundo Firmino Ferreira da Cruz morador do bairro desde sua fundação, para ter acesso ao transporte coletivo eram necessárias longas caminhadas até a Cosme Ferreira¹²⁹.

Interessante notar que o mesmo jornal, que, em 2010, veiculava matéria na qual se exaltava o protagonismo do prefeito, do governador e das demais “autoridades” administrativas na construção do bairro São José, em 2005 também veiculou matéria sobre a origem do bairro, entretanto, nesta última, ao contrário da primeira, deixa transparecer claramente que o referido bairro foi constituído não como uma ação do prefeito, mas como fruto da luta dos trabalhadores que ocuparam e lutaram não só para permanecer naquela espacialidade como também para obter benfeitorias em sua infraestrutura.

Atualmente, é na Zona Leste de Manaus, onde se localiza o bairro São José Operário, que está alocado o maior quantitativo de paraenses: 34% dos migrantes que moram no bairro são advindos do estado do Pará (NAZARETH; BRASIL; TEIXEIRA, 2011, p. 211). O Gráfico 2 ilustra esse dado.

¹²⁹ Cf. Jornal do Comércio, 23 e 24 de outubro de 2005, edição comemorativa em homenagem aos 336 anos da cidade de Manaus, p. 118.

Gráfico 2 - Migrantes com menos de cinco anos de residência, segundo local de residência anterior a Manaus – 2000.



Fonte: Censo demográfico do IBGE de 2000 (NAZARETH; BRASIL; TEIXEIRA, 2011, p. 211).

A Zona Norte de Manaus, nas últimas décadas, também tem recebido muitos paraenses. Atualmente, os bairros que têm se formado são compostos por essa nova população, dando conta de mudar, o que vem contribuindo efetivamente para a configuração da cidade. Nesse sentido, a criação do bairro Cidade Nova tinha o intuito de atender principalmente à população que advinha do interior do estado e os demais migrantes que ficavam nos arrabaldes da cidade. O bairro foi composto de vários conjuntos habitacionais, e a intenção do projeto era acomodar esses interioranos que vinham trabalhar no Distrito Industrial. Estima-se que foram edificadas quase 2.000 casas. Segundo o Jornal do Comércio:

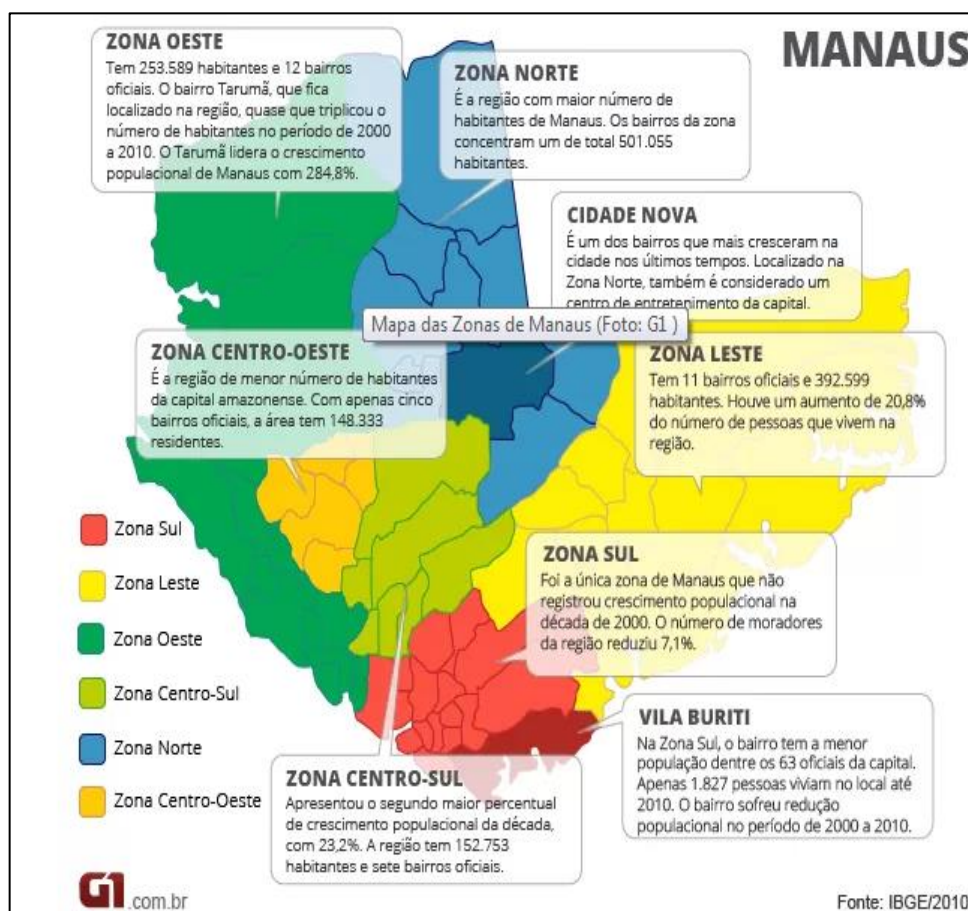
Criado através do então governador José Lindoso, o bairro Cidade Nova foi um projeto feito para atender, principalmente, as pessoas que vinham do interior do Amazonas, causando um inchaço na capital. Como eles não tinham onde morar, geralmente, acabavam nos leitos dos igarapés ou rios da cidade. O governador José Lindoso queria com esse projeto, reorganizar a estrutura urbanística de Manaus, por essa razão, o projeto foi desenvolvido. O bairro Cidade Nova consistia em diversos conjuntos habitacionais. As casas eram caracterizadas simples, uma sala, dois quartos e uma área de lazer atrás das moradas. Os residentes seriam os próprios interioranos que vinham trabalhar nas fábricas da Zona Franca [...] Para atender essa gente que migrava para a capital foram construídas quase 2.000 mil residências. Assim que foram ocupadas notou-se que o número de casas não era suficiente para o tanto de gente que se dirigia para Manaus. Gilberto Mestrinho, ao assumir a gestão do Estado do Amazonas, deu sequência ao projeto de José Lindoso¹³⁰.

Mesmo que o bairro tenha sido um projeto criado no intuito de abrigar as famílias interioranas e os trabalhadores do Distrito Industrial, ele não deu conta de acomodar todas as

¹³⁰ Cf. Jornal do Comércio, publicado em 24 de outubro de 2010 (edição comemorativa em homenagem aos 341 anos da cidade de Manaus), sem paginação.

peças que migravam. Com isso, a Zona Norte teve um crescimento significativo, e as ocupações deram origem a outros bairros, como podemos observar no Mapa 3, abaixo.

Mapa 3 - Cidade de Manaus.



Fonte: Adneilson Severiano (2014, sem paginação)¹³¹.

A cidade tem expandido consideravelmente, já que as novas ocupações que se formam no espaço urbano têm sido uma constante. Com isso, novos problemas vêm surgindo ao longo dessas quatro décadas. Contudo, não obstante todas as problemáticas advindas com o crescimento de Manaus, observamos que esses migrantes, de forma geral, e mais especificamente os paraenses, têm sido agentes de suas próprias histórias, construindo e refazendo seus caminhos. Ressignificando os espaços, Tateando um novo começo, são sujeitos de suas histórias.

Suas vozes nos apontam histórias alternativas, caminhos possíveis, perspectivas diferentes da sociedade. Embora muitas vezes silenciadas, elas existem e devem ser ouvidas. Alessandro Portelli (2010, p. 3) nos lembra que:

¹³¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/2014/noticia/2014/10/veja-mapa-com-zonas-e-bairros-mais-populosos-da-capital-do-amazonas.html>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz. Mas não há ninguém quem os escute. Essa voz está excluída no espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra.

Visibilizar esses sujeitos e suas lutas cotidianas é de suma importância para a compreensão da constituição das relações sociais na cidade. Suas vozes, muitas vezes inaudíveis, podem nos revelar outros aspectos da realidade social que os discursos hegemônicos tendem a ocultar. Seus sonhos, suas lutas, seus anseios nos dão conta da pluralidade de propostas e projetos que compõem o tecido social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa aponta dados sobre a estadia e a permanência dos migrantes paraenses que têm vindo para Manaus, desde a década de 1970, no intuito de conseguir uma melhoria nas condições de vida. Assim, o estudo foi encaminhado, em um primeiro momento, para uma questão atual, que é o preconceito sobre os paraenses na cidade.

Foi quase unânime, na fala de nossos depoentes, que a causa desse tipo de posicionamento por muitos amazonenses é, acima de tudo, a disputa no mercado de trabalho, constatação que não pudemos compreender somente no âmbito local. Para tanto, foi de suma importância compreendermos a política neoliberal dos anos de 1990, que contribuiu com tamanha desigualdade social, atingindo todo o país e, principalmente, os trabalhadores da indústria.

A crise, que atingiu, em especial, as indústrias, causou a demissão de milhares de trabalhadores, acirrando ainda mais as disputas por postos de trabalho no DIM em 1991. Com isso, veio a disputa pela sobrevivência, afinal, aqueles que já tinham seus empregos necessitavam se manter neles.

É nesse contexto que se dissemina o preconceito contra paraenses na cidade. A pesquisa nos apontou que as piadas contra esses migrantes são comuns no cotidiano da cidade, haja vista que, por trás das brincadeiras, fala-se aquilo que se quer. Atrás de muitas chacotas, esconde-se o medo, neste caso, o medo de perder o emprego, propagando um discurso de ódio, o qual já fez a primeira vítima fatal.

É necessário apontar que nossos depoentes resistem a toda propagação de inferioridade, reagindo através da cultura, que, segundo Edward Thompson (2004), é um componente essencial da vida em coletividade. É através dela que as pessoas expressam e compartilham algo em comum, e, dessa forma, se fortalecem.

Observamos, também, que, no âmbito dos discursos oficiais, nossos depoentes acreditavam que a cidade oferecia excelentes oportunidades de trabalho e vida melhor. Na tentativa de buscar um novo lugar para viver, eles absorveram o discurso do governo militar de que, em Manaus, chegara a Zona Franca e, com ela, vinha a prosperidade. Assim, muitos paraenses partiram rumo à capital amazonense, deixando para trás parte da família e, muitas vezes, seus terrenos, roçados, considerando que não havia políticas públicas voltadas para as cidades pequenas, principalmente do Baixo Amazonas.

O imaginário criado acerca da cidade fez com milhares de famílias chegassem a Manaus acreditando que a capital amazonense fosse o melhor lugar para viver. Entretanto,

esses migrantes encontraram muitos percalços, adversidades essas que não foram suficientes para desanimá-los. Eles reagiram veementemente na cidade, e, desse modo, conseguiram se estabelecer em Manaus.

Outro fator importante que os migrantes apontam é o impacto sofrido na chegada à cidade. A princípio, o medo do desconhecido causou um grande estranhamento sobre esses homens e essas mulheres que atracavam no porto manauara. Com o passar do tempo, eles foram experimentando a cidade real, a outra “face” da cidade, aquela que não aparecia nas propagandas veiculadas pelo governo de progresso.

Não obstante nossos depoentes tenham presenciado a nova realidade, mesmo com um cotidiano difícil, eles não cogitavam em retornar ao interior, devido à sua precarização. Assim sendo, instalaram-se como puderam na cidade, e viram em Manaus um campo de novas possibilidades para morar e refazer um novo caminho. Importa saber que a capital manauara se apresentou para eles como um novo espaço de experiências e vivências que estão impressas principalmente na cultura amazonense e na sua urbanização.

A pesquisa nos mostrou que a cidade cresce a cada dia, devido à constante migração e, conseqüentemente, às novas ocupações, e, com isso, novos problemas se acumulam. Mas essas circunstâncias não são e não foram suficientes para desiludir os migrantes, sobretudo os paraenses, que são protagonistas de sua própria história, ressignificando os espaços e galgando rotas alternativas, trajetórias possíveis.

FONTES

Acervos

Associação Comercial do Amazonas, Manaus.

Biblioteca dos Povos da Amazônia, Manaus.

Biblioteca Pública do Amazonas, Manaus.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.

Sites

AGRIC. **Comercialização**. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://www.agric.com.br/comercializacao>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

AMAZONAS possui quatro municípios com maior número de indígenas do país, diz IBGE. **Geografia Ensinar e Aprender**. [S.l.], 20 abr. 2012. Disponível em: <http://geografia-ensinareaprender.blogspot.com.br/2012/04/censo-indigena-2010-novidades.html>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

ANDRADE GUTIERREZ. **Relatórios anuais 2006**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.andradegutierrez.com.br/arquivos/relatorios-anuais/2006.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

BATALHÃO Ambiental apreende sete toneladas de carne de jacaré, no rio Solimões. **Em Tempo**, Manaus, 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www.emtempo.com.br/batalhao-ambiental-apreende-sete-toneladas-de-carne-de-jacare-no-rio-solimoes/>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

BRANDÃO, Daniel. **Tribos indígenas no estado do Pará**. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://danbrandao.blogspot.com.br/2011/08/tbibos-indigenas-no-estado-do-para.html>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Carimbó**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaque/-/asset-publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1213103>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BREGA POP. **História de Pinduca**. [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.bregapop.com/component/content/article?id=32:historia-de-pinduca>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

CANTO, João. Barcos saem lotados para Manaus. **Site Chupa Osso**, [S.l.], 22 fev. 2010. Disponível em:

<http://www.pesquisador.net.br/noticias.php?operacao=mostrar_info&pagina=1&ano=2009&cod_info=551>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CHUVA aumenta risco de desabamento de casas. Defesa Civil registra 30 ocorrências nesta segunda-feira. **Blog Marcos Santos**, [S.l.], 24 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.blogmarcossantos.com.br/2014/03/24/chuva-aumenta-risco-de-desabamento-de-casas-defesa-civil-registra-30-ocorrencias-nesta-segunda-feira/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

DANCE HITZ. **Homepage**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.dancehitz.com.br>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

DIÁRIO foi a Manaus ouvir os paraenses. **Diário Online**, Belém, 27 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias-interna.php?nIdNoticia=137212>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Inferninho**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/inferninho>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

FESTA em Manaus visa aproximar população do Pará e Amazonas. **O Impacto**, Santarém, 18 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.oimpacto.com.br/intercambio/festa-em-manaus-visa-aproximar-populacao-do-para-e-amazonas>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Amazônia**. Manaus, 2015. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/texto%20online/amazonia/brasil.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Migração Interestadual década de 1970**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS. **Sistema de produção de mandioca é tema de curso da EMPRAPA**. Manaus, Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/sistema-de-producao-de-mandioca-e-tema-de-curso-da-embrapa/#.VYHGJPIViko>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Indicadores da Região de Integração do Baixo Amazonas**. Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/indicadoresQualidadeAmbiental/IndicadoresRIBaixoAmazonas>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

JUSBRASIL. **Ministro de culto religioso**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26389793/ministro-de-culto>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

MUDANÇAS no Centro e na região da Ponta Negra. **Em Tempo**, 22 set. 2013. Disponível em: <<http://www.emtempo.com.br/mudancas-no-centro-e-na-regiao-da-ponta-negra/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MÚSICA.COM.BR. **Banda Calypso**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://musica.com.br/artista/banda-calypso/biografia.html>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

NOVO projeto da Ponta Negra sai em dezembro. **Jornal A Crítica**, Manaus, 21 nov. 2011. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/projeto-Ponta-Negra-sai-dezembro_0_595140523.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PREFEITO discute com moradora de área de risco. **Youtube**, [S.l.], 21 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=mkfukXcvHkw>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SEVERIANO, Adneilson. Manaus tem 3º maior crescimento no número de homicídios dentre capitais. **Portal G1 Amazonas**, Manaus, 19 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/manaus-tem-3-maior-crescimento-no-numero-de-homicidios-dentre-capitais.html>>. Acesso em: 11 maio 2015.

_____. Veja mapa com zonas e bairros mais populosos da capital do Amazonas. **Portal G1 Amazonas**, Manaus, 24 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/2014/noticia/2014/10/veja-mapa-com-zonas-e-bairros-mais-populosos-da-capital-do-amazonas.html>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO. **Homepage**. Manaus: SINE, 2015. Disponível em: <<http://www.sine.rn.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **Homepage**. Manaus, 2014. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2014.

VÍDEO chama paraense de ladrão e gera polêmica. **O Impacto**, Santarém, 4 out. 2011. Disponível em: <<http://www.oimpacto.com.br/acredite-se-quiser/video-chama-paraense-de-ladrao-e-gera-polemica/>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

WIKIPÉDIA. **Manaus**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Manaus>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

Jornais e revistas

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 2011.

JORNAL A CRÍTICA. Manaus, 1970.

_____. Manaus, 1990.

_____. Manaus, 1991.

_____. Manaus, 2006.

_____. Manaus, 2011.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 1970.

_____. Manaus, 1985.

_____. Manaus, 2005.

_____. Manaus, 2006.

_____. Manaus, 2010.

JORNAL EM TEMPO. Manaus, 2006.

_____. Manaus, 2013.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Manaus, 1971.

REVISTA VEJA. São Paulo, 1970.

Fontes orais

1. Alfredo Viana Gomes, natural de Óbidos (PA), atualmente é administrador. Concedeu entrevista em 23 de outubro de 2014.
2. Alta Ribeiro da Silva, natural de Juruti (PA), trabalha no comércio informal como consultora de produtos de beleza. Concedeu entrevista em 5 de fevereiro de 2014.
3. Amauri Gato Farias, natural de Óbidos (PA), profissionalizou-se como eletricitista e atualmente trabalha em um estaleiro. Concedeu entrevista em 5 de fevereiro de 2014.
4. Antônio Marcus Saraiva Pinheiro, natural de Castanhal (PA), é técnico em refrigeração. Concedeu entrevista em 2 de outubro de 2014.
5. Atílio de Souza Assunção, natural de Juruti (PA), atualmente é aposentado. Concedeu entrevista em 18 de fevereiro de 2014.
6. Autinha Domingas de Assunção Santos, natural de Juruti (PA), atualmente é cabeleireira. Concedeu entrevista em 7 de fevereiro de 2014.
7. Cecília da Silva Ribeiro, natural de Juruti (PA), é costureira. Concedeu entrevista em 3 de fevereiro de 2014.
8. Cláudio Roberto Lisboa do Rego, natural de Santarém (PA), é industrial. Concedeu entrevista em 18 de outubro de 2014.
9. Edilene Coelho Duarte Varela, natural de Óbidos (PA), atualmente é enfermeira e estudante de Direito. Concedeu entrevista em 13 de outubro de 2014.

10. Eduardo Carlos Freire de Oliveira, natural de Santarém (PA), atualmente é mototaxista. Concedeu entrevista em 18 de outubro de 2014.
11. Jane Galúcio Cerdeira, natural de Curuai (PA), atualmente é professora de Arte da Rede Municipal de Manaus e mantém um projeto cultural chamado Centro Casa do Parente, onde resgata a cultura e a diversidade amazônica. Concedeu entrevista em 3 de março de 2015.
12. José Antônio de Aquino Santos, natural de Óbidos (PA), atualmente é professor de Geografia da Rede Estadual de Ensino. Concedeu entrevista em 16 de março de 2014.
13. José Roberto Lima Saraiva, natural de Castanhal (PA), atualmente é empresário do ramo de material de embalagens, estudante de Direito e Ministro de Culto da Igreja Assembleia de Deus. Concedeu entrevista em 6 de outubro de 2014.
14. Marcio Galucio Ribeiro, natural de Juruti (PA), atualmente é carpinteiro aposentado. Concedeu entrevista em 8 de outubro de 2014.
15. Maria Eduarda dos Santos, natural de Juruti (PA), atualmente é assistente social. Concedeu entrevista em 7 de fevereiro de 2014.
16. Maria Inês Ribeiro da Silva, natural de Juruti (PA), atualmente é aposentada. Concedeu entrevista em 1º de maio de 2014.
17. Marta Freire de Oliveira Freitas, natural de Santarém (PA), atualmente é professora da Rede Municipal de Ensino de Manaus. Concedeu entrevista em 5 de outubro de 2014.
18. Paulo Auzier Marialva, natural de Juruti (PA), atualmente é soldador. Concedeu entrevista em 18 de fevereiro de 2014.
19. Pedro Afonso Leal de Farias, natural de Óbidos (PA), atualmente é Ministro de Culto da Igreja Adventista da Promessa e estudante de Jornalismo. Concedeu entrevista em 7 de outubro de 2014.
20. Raimundo Francisco Ribeiro, natural de Juruti (PA), atualmente é pedreiro. Concedeu entrevista em 19 de outubro de 2014.
21. Reginaldo dos Santos Castro, natural de Santarém (PA), atualmente é instrutor de autoescola. Concedeu entrevista em 16 de outubro de 2014.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Histórias da “música popular brasileira”: uma análise da produção sobre o período colonial. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Íris (Org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial; HUCITEC, 2001. v. II, p. 683-705. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nupehc/files/martha.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Ibama, 1997.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- ALMEIDA, Larissa Christinne Melo de. **Habitabilidade na cidade sobre as águas: desafios da implantação de infra-estrutura de saneamento nas palafitas do Igarapé do Quarenta bairro Japiim Manaus/AM**. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <<http://posugf.com.br/biblioteca/?word=Factory+sanitation&publisher=Biblioteca%20Digital%20de%20Teses%20e%20Disserta%C3%A7%C3%B5es%20da%20UFRN>> Acesso em: 12 maio 2015.
- BAENINGER, Rosana. **População e cidades: subsídios para o planejamento e para políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População (Nepo)/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o conceito de François Rabelais**. Tradução de Yara Franteschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Ed. da UnB, 1987.
- BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história**. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia legal na década de 1970/1980: expansão e concentração demográfica**. Manaus: CEDEAM/UA, 1981.
- BRASIL, Marília de Carvalho. Os fluxos migratórios na região norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Caderno de Estudos Socioeconômicos**, Recife, v. 3, n. 1, p. 61-84, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1197/917>>. Acesso em: 5 maio 2014.
- BRESCIANI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Tradução de Sergio Góes Paula: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história. **Questões e Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

CARINHATO E SILVA, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, Marília, ano II, n. 3, p. 37-46, dez. 2008. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf>. Acesso em: 17 maio 2015.

CASTRO, Edna Ramos de. A questão urbana na Amazônia. **Estudos e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas**, Belém, v. 2, p.165-176, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Tony Leão da. Brega paraense: indústria cultural e tradição na música popular do norte do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA –ANPUH, 26., jul. 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-17. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300474696_ARQUIVO_Brega-ANPUH2011.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2221/1322>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

CRUZ, Roberto Borges, A farinha de mandioca e suas “inconveniências” na obra de João Daniel. **Outros Tempos**, [S.l.], v. 10, n. 15, p. 38-55, 2013.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ECKERT, Cornelia. **A cultura do medo e as tensões do viver na cidade**: narrativas e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. 2000. Artigo científico (Artigo relacionado à pesquisa Cnpq “Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo urbano contemporâneo”) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30093/000671574.pdf?sequence=1>> Acesso em: 12 maio 2015.

FENELON, Déa. **Cidades**. São Paulo: Olho d’Água, 2000.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **A dinâmica da economia amazonense do período de 1950-1990**. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. A nova divisão internacional do trabalho e o surgimento das NIC's (Newly Industrilizing Coutries). **Geografia**, Londrina, v. 6, p. 102-107, 1990. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9901>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FRESSATO, Soleni Biscouto. O profano é o sagrado: imagens e representações sobre um conceito complexo. **Oficina, Cinema-História**, Núcleo de Pesquisa da Relação Imagem-História, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.oficinacinemahistoria.org>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

GARCIA, Etelvina. **Zona Franca de Manaus**: história, conquistas e desafios de Manaus. Manaus: Norma/Suframa, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Fundação Universidade de São Paulo, 2004.

HABERT, Nadine. **A década de 1970**: o apogeu a crise da ditadura militar brasileira. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

HOBBSAWN, Eric J. E. **Sobre história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LOUREIRO, Bernardo Pacheco. **O Plano de Integração Nacional de 1970 e as rodovias na Transamazônica**. 2010. Trabalho acadêmico (Trabalho apresentado na disciplina “A formação do espaço nacional”) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2010/m10/10-loureiro.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

MATHIS, Armin. Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia: a formação de relação de trabalho sobre o quadrângulo mercado internacional, Estado Nacional, região e natureza. **Paper do NAEA**, Belém, n. 101, ago. 1998. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/pdf_tcc.php?id=37>. Acesso em: 2 jun. 2015.

MONTEIRO, Mário Ipiranga. **332 anos de Manaus**: história e verdade. Manaus: Valer, 2001.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3162/1/Artigo_PolíticasFederaisReconfiguracoes.pdf. Acesso em: 1º maio 2015.

MORAIS, Sergio Paulo. Tempo, trajetórias de vidas e trabalho de carroceiros na cidade (Uberlândia 1970-1998). In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 225-246.

MOREIRA, Lucicléia Pereira. **O mauazinho na visão dos seus moradores (1980-1985)**. 2006. Monografia (Graduação em História) – UNINORTE, Manaus, 2006.

NAZARETH, Tayana; BRASIL, Marília; TEIXEIRA, Pery. Manaus: crescimento populacional e migração nos anos 90. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 121, p. 201-217, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/431/695>. Acesso em: 2 maio 2015.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Clarina Pinto. **Política de Estado e o grande capital na Amazônia**: o caso da mineração no Pará. 2008. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122527>. Acesso em: 14 abr. 2015.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

_____. Gente em movimento migração no contexto regional da Amazônia, In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010.

_____. Manaus, a produção do urbano na periferia: transformações e permanências. **Amazônia em Cadernos**, Manaus, n. 4 (Sesquicentenário da elevação de Manaus à categoria de cidade [1848-1998]), p. 233-260, out. 1998.

_____; GUIDOTTI, Humberto. **A Igreja arma a sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos: breves reflexões sobre os resultados de Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio. (Org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010. p. 103-128.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro. Zona Franca, meu amor. **Amazônia em Cadernos**, Manaus, n. 4 (Sesquicentenário da elevação de Manaus à categoria de cidade [1848-1998]), out. 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis. **Revista Histórica**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Muito além do espaço: “por uma história cultural do urbano”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 280-290, 1995.

_____. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluído no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PIMENTEL, Nilson Tavares. **Emprego industrial no pólo industrial de Manaus na década de 90**: expectativas, resultados e possibilidades. 2002. 115 f. Dissertação (Mestrado Executivo em Administração) – Escola de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3988/000310752.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade obre os ombros**: trabalhos e conflitos no porto de Manaus (1899-1925). Manaus: EDUA, 1999.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. Como se produzem as zonas francas. In: LIMA, Carlos Alberto Ferreira; PINTO, Ernesto Renan Freitas. **Trabalho e produção capitalista**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1987. p. 19-38. (Série Seminários e Debates, 13).

POLLAK, Michael, Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. Formas e significados na história oral: pesquisa como um experimento de igualdade. **Projeto de História**, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997a.

_____. História e poder. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997b.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2. ed. Manaus: EDUA, 1997.

ROCHA, Deusdedit Alves. **O território do cotidiano**. 2004. Artigo científico – Universidade de Brasília, Brasília, out. 2004. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/pade/article/viewFile/130/119>>. Acesso em: 13 maio 2015.

ROCHA, Eliane. **A explosão demográfica na cidade de Manaus**. 1994. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Amazonas, Manaus, 1994.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. **A Manaus da borracha: a Europa enquanto modelo**. [S.l.]: ANPUH, 2008. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=87> Acesso em: 16 de junho de 2015.

SILVA, Márcia Perales. **Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus**: Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM-1967-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Viver é lembrar: memórias e significados das transformações urbanas em Manaus. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. Testemunho: História e Política, 10., 2010, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. p. 1-12.

SILVA, Sidney Antônio da. Gente em movimento migração no contexto regional da Amazônia. In: _____. (Org.). **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010.

SOIHET, Rachel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 44-59, 1992.

SOUZA, Leno José Barata. Os flutuantes antes da “cidade flutuante”. *Fronteiras do Tempo*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 105-126, jun. 2011.

SOUZA, Márcio. ABC da Zona Franca de Manaus. **Jornal PORATIM**, Manaus, n. 15, jan./fev. 1980.

TELES, Luciano Everton Costa. Imprensa mundos do trabalho: a singularidade da imprensa operária no Amazonas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 186-212, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2011v3n5>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. I.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. I.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, [S.l.], v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1>>. Acesso em: 12 maio 2015.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed. Tradução de Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXO - Apresentação dos entrevistados

1. Alfredo Viana Gomes, natural de Óbidos (PA), nascido em 3 de fevereiro de 1969, pai de sete filhos. Chegou a Manaus em 1998, para trabalhar em uma fábrica de cimento, mas, antes de chegar à capital amazonense, ele tentou uma vida melhor em Santarém e em Oriximinã, no Pará. Não obtendo êxito, recebeu uma proposta para trabalhar em Manaus. Atualmente, é administrador.
2. Alta Ribeiro da Silva, natural de Juruti (PA), nascida em 9 de outubro de 1955, casada, mãe de seis filhos. Migrou para Manaus em 1974. Trabalhou inicialmente como doméstica e depois migrou para o comércio informal, como consultora de produtos de beleza. A partir de então, construiu um patrimônio considerável. Ela se orgulha de, mesmo sendo semianalfabeta, ter conseguido trabalhado para manter a família. Ainda hoje, todos os dias ela sai para trabalhar no centro da cidade.
3. Amauri Gato Farias, natural de Óbidos (PA), nascido em 4 de fevereiro de 1952. Migrou com sua família para Manaus em 1974, em busca de emprego. Tendo dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, foi ao município de Manaquiri (AM) trabalhar em uma serralheria. Retornando a Manaus, foi trabalhar na construtora Andrade Gutierrez. Profissionalizou-se como eletricitista, prestou serviços a outras empresas no setor elétrico, e atualmente trabalha em um estaleiro.
4. Antônio Marcus Saraiva Pinheiro, natural de Castanhal (PA), não declarou a idade, casado, pai de duas filhas, técnico em refrigeração. Veio para Manaus em 2001, por intermédio de seu tio, no intuito de melhorar de vida. Ele diz que foi muito difícil chegar à cidade, devido à viagem perigosa que fez até lá.
5. Atílio de Souza Assunção, natural de Juruti (PA), nascido em 13 de setembro de 1947, casado, pai de sete filhos, técnico naval. Migrou para Manaus em 1970, com o intuito de fazer uma experiência de moradia. Trabalhou na Construtora Camargo Corrêa e foi funcionário da Fábrica da Compensa. Ele narra que, naquele tempo, havia muita vaga de emprego no ramo da construção civil e que alguns caminhões chegavam a chamar, por meio de alto-falantes, aqueles que quisessem trabalhar. Atualmente, é aposentado.

6. Autinha Domingas de Assunção Santos, natural de Juruti (PA), nascida em 12 de maio de 1957, casada, mãe de seis filhos. Chegou a Manaus em 1º de dezembro de 1970, para continuar seus estudos. Trabalhou no Distrito Industrial de Manaus e atualmente é cabeleireira.
7. Cecília da Silva Ribeiro, natural de Juruti (PA), nascida em 6 de fevereiro de 1945, casada, mãe de seis filhos. Migrou para Manaus em 1973, com o marido e dois filhos. A princípio, não podia trabalhar fora por causa dos filhos que eram pequenos. Trabalhou no mercado informal como lavadeira de roupa, vendedora de roupa, doméstica em casa de família, e atualmente é costureira.
8. Cláudio Roberto Lisboa do Rego, natural de Santarém (PA), nascido em 23 de fevereiro de 1965, solteiro, sem filhos. Chegou a Manaus em 1991, buscando melhorar de vida. Veio com um grupo de amigos, morou de aluguel por alguns anos e conseguiu o seu único emprego até então na Semp Toshiba. É líder na empresa.
9. Edilene Coelho Duarte Varela, natural de Óbidos (PA), não declarou a idade, casada, mãe de três filhos. Migrou para Manaus em 1997. Antes disso, estudou em Belém, cursando Serviço Social, pois não encontrou inserção no mercado de trabalho na capital paraense. Migrou incentivada pela família que já residia em Manaus. Atualmente, é enfermeira concursada e estudante de Direito.
10. Eduardo Carlos Freire de Oliveira, natural de Santarém (PA), nascido em 2 de setembro de 1968, casado, pai de duas filhas. Migrou para Manaus em 1990, no intuito de trabalhar no Distrito Industrial, porém, segundo ele, foi um sonho frustrado. Mesmo assim, ele permaneceu na cidade e partiu para outras atividades, como cobrador de ônibus, vendedor ambulante, e atualmente é *motoboy*.
11. Jane Galúcio Cerdeira, natural de Curuai (PA), não declarou a idade, casada, mãe de três filhos. Chegou a Manaus em 1982, para trabalhar em casa de família. Atualmente, é professora da Rede Municipal de Ensino de Manaus, e mantém um projeto cultural chamado Centro Casa do Parente, onde resgata a cultura e a diversidade amazônica.

12. José Antônio de Aquino Santos, natural de Óbidos (PA), nascido em 3 de novembro de 1976, pai de dois filhos. Chegou a Manaus em 1999 e trabalhou apenas seis meses no Distrito Industrial, pois não se habituou a trabalhar sob pressão e disciplina. Após isso, trabalhou na Fundação de Vigilância em Saúde. Atualmente, é professor da Rede Estadual de Ensino.
13. José Roberto Lima Saraiva, natural de Castanhal (PA), nascido em 21 de setembro de 1969, casado, pai de duas filhas. Chegou a Manaus em 1985. Morou de aluguel durante vários anos e trabalhou no comércio formal como vendedor. Atualmente, cursa Direito e é empresário do ramo de material de embalagens e Ministro de Culto da Igreja Assembleia de Deus. No decorrer do tempo em que reside na capital amazonense, ajudou vários parentes a virem e permanecerem na cidade.
14. Marcio Galucio Ribeiro, natural de Juruti (PA), nascido em 28 de maio de 1940, casado, pai de seis filhos. Chegou com a família a Manaus em 1973. Teve dificuldades de colocação no mercado de trabalho e foi para o município de Manaquiri (AM), trabalhar em uma serralheria. Retornando à capital, trabalhou na antiga Universidade do Amazonas. Lá, profissionalizou-se como carpinteiro, onde ficou até o final da década de 1980. Pediu demissão, para que, com a indenização, pudesse construir uma moradia melhor para a sua família, haja vista que ele morava em uma área alagadiça. Depois, trabalhou como vigilante em uma clínica de estética, e atualmente é aposentado.
15. Maria Eduarda dos Santos, natural de Juruti (PA), nascida em 8 de setembro de 1959, solteira, sem filhos. Chegou a Manaus em 1970, para terminar seus estudos. Trabalhou no Distrito Industrial, e atualmente é assistente social.
16. Maria Inês Ribeiro da Silva, natural de Juruti (PA), nascida em 27 de maio de 1950, casada, mãe de duas filhas. Migrou para Manaus em 1972. Trabalhou como doméstica na casa do gerente da fábrica Semp Toshiba. Ainda lá, recebeu uma proposta de sair da residência como doméstica, esquecendo os benefícios trabalhistas, para ir trabalhar na Semp Toshiba, e lá ficou até 1997, saindo por ter sido extinta a função que desempenhava. Atualmente, é aposentada.

17. Marta Freire de Oliveira Freitas, natural de Santarém (PA), nascida em 25 de fevereiro de 1975, casada, mãe de uma filha. Chegou a Manaus em 1993. Devido à falta de emprego na sua cidade, sua mãe, que teve 12 filhos, arrecadou recursos financeiros e enviou um a um de seus filhos para Manaus, no intuito de melhorar de vida. Atualmente, é professora da Secretaria Municipal de Educação.
18. Paulo Auzier Marialva, casado, natural de Juruti (PA), não declarou a idade, pai de uma filha. Migrou com a sua família para Manaus em 1978. Disse que, no interior, eles tinham meios para viver, mas suas duas irmãs que já moravam em Manaus e falaram para seu pai que a cidade oferecia mais oportunidade. Foi trabalhador da Honda, e atualmente é soldador no mercado informal.
19. Pedro Afonso Leal de Farias, natural de Óbidos (PA), nascido em 4 de abril de 1959, casado, pai de quatro filhos. Chegou a Manaus em 1982, em busca de emprego, com o objetivo de auxiliar os seus pais que ficaram em Óbidos. Trabalhou no Distrito Industrial e na Mineração Taboca, e atualmente é Ministro de Culto da Igreja Adventista da Promessa e estudante de Jornalismo.
20. Raimundo Francisco Ribeiro, natural de Juruti (PA), nascido em 19 de dezembro de 1959, casado, pai de três filhos. Migrou para Manaus na tentativa de trabalhar. A princípio, morou com seu tio e depois conseguiu sua casa própria. Atualmente, é pedreiro.
21. Reginaldo dos Santos Castro, natural de Santarém (PA), nascido em 2 de fevereiro de 1973, casado, pai de dois filhos. Chegou a Manaus em 1998. Na época, ele pertencia a uma ordem católica. Desvinculou-se do sacerdócio, trabalhou no Distrito Industrial, e atualmente é instrutor de autoescola.